

Organização
Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli
Mariana Scussel Zanatta
Rafael Vebber

(R)EXISTIR

diálogos sobre gêneros
e sexualidades

COLEÇÃO

EC@AR



Organização
Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli
Mariana Scussel Zanatta
Rafael Vebber

(R)EXISTIR

diálogos sobre gêneros
e sexualidades

**Fundação Universidade de Caxias
do Sul**

Presidente:
Dom José Gislou

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:
Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:
Asdrubal Falavigna

*Pró-Reitor de Pesquisa e
Pós-Graduação:*
Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:
Terciane Ângela Luchese

*Pró-Reitora de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico:*
Neide Pessin

Chefe de Gabinete:
Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:
Simone Côrte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck
Alexandre Cortez Fernandes
Cleide Calgaro – Presidente do
Conselho

Everaldo Cescon
Flávia Brocchetto Ramos
Francisco Catelli
Guilherme Brambatti Guzzo
Márcio Miranda Alves
Matheus de Mesquita Silveira
Simone Côrte Real Barbieri
– Secretária

Suzana Maria de Conto
Terciane Ângela Luchese
Thiago de Oliveira Gamba

Comitê Editorial

Alberto Barausse
Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez
Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão
Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique
*Escuela Interdisciplinaria de Derechos
Fundamentales Praeeminentia Iustitia/
Peru*

Juan Emmerich
*Universidad Nacional de La Plata/
Argentina*

Ludmilson Abritta Mendes
Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró
*Universidad Nacional del Centro/
Argentina*

Nathália Cristine Vieceli
*Chalmers University of Technology/
Suécia*

Tristan McCowan
University of London/Inglaterra



Organização
Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli
Mariana Scussel Zanatta
Rafael Vebber

(R)EXISTIR

diálogos sobre gêneros e sexualidades

Autorias

Augusta da Silveira de Oliveira
Camila Petró
Clenio Lopes
Daniel Chies Baldasso
Daniela Rangel Tonietto
Deisi Noro
Gilian Vinicius Dias Cidade
Grasiela Cemin Gabriel
Guilherme Rodrigues Passamani

Helen Dalla Santa Prux
João Luís Almeida Weber
Jocianne Giacomuzzi Pires
Keyllen Yazmin Nieto Bedoya
Letícia Schneider Ferreira
Maria Antônia Pezzi
Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli
Mariana Scussel Zanatta
Mônica Montanari
Rita von Hunty

Colaboração: estudantes bolsistas de extensão

Camilly Vitoria Vieira de Sousa
Érica Piazza Nogueira
Giovana Piamolini Marques
Gustavo Veit Maranguelle

Leonardo Simon Covolan
Maria Antônia Pezzi
Rafael Vebber
Sol Ariel Dal Sasso

Realização:



Apoio:



© da equipe organizadora
1ª edição: 2023
Preparação de texto: Giovana Letícia Reolon
Revisão: Frederico Augusto Picolotto Viana
Editoração: Ana Carolina Marques Ramos
Capa: Ana Carolina Marques Ramos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

R455 (R)existir [recurso eletrônico] : diálogos sobre gêneros e sexualidades / organizadores Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli, Mariana Scussel Zanatta, Rafael Vebber. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2023.
Dados eletrônicos (1 arquivo). – Coleção Ecoar

Vários autores e colaboradores.
Modo de acesso: World Wide Web.
ISBN 978-65-5807-284-3
DOI: 10.18226/9786558072843

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. 3. Orientação sexual. I. Pizzoli, Maria de Fátima Fagherazzi. II. Zanatta, Mariana Scussel. III. Vebber, Rafael. IV. Série.

CDU 2. ed.: 316.47

Índice para o catálogo sistemático:

1. Identidade de gênero	316.47
2. Sexualidade	612.6.057
3. Orientação sexual	392.6

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Márcia Servi Gonçalves – CRB 10/1500

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560
– Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR
(54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br



Lista de Abreviaturas e Siglas

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CES	Centro de Especialidades em Saúde
CLOSE	Centro de Referência da História da LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COVID-19	Doença por Coronavírus 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
CVV	Centro de Valorização da Vida
DACRA	Departamento de Avaliação, Controle, Regulação e Auditoria
DSM	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i> ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EAD	Ensino à Distância
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FSG	Centro Universitário da Serra Gaúcha
HIV	sigla em inglês para Vírus da Imunodeficiência Humana
HPV	sigla em inglês para Papilomavírus Humano
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e mais.

LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual/Polissexual, Não binário e mais.
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MEC	Ministério da Educação
NEPGS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
PCD	Pessoa com deficiência
PCNs	Parâmetros Nacionais Curriculares
PECs	Proposta de Emenda à Constituição
PEP	Profilaxia Pós-Exposição
PPG	Programa de Pós-Graduação
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição
PROTIG	Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero
RG	Registo Geral
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de conclusão de curso
TDO	Tratamento diretamente observado
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo



Sumário

Diálogos para (R)Existências: breve texto de apresentação – 9

Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli – Mariana Scussel Zanatta

Prefácio: um convite ao diálogo – 13

Rudson Adriano Rossato da Luz

1

A heteronormatividade e a comunidade LGBTQIA+ – 17

Deisi Noro – Mariana Scussel Zanatta

2

Você conhece seus direitos LGBTQIA+? – 34

Daniel Chies Baldasso – Mônica Montanari – Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli

3

Infância e adolescência LGBTQIA+: processos de aceitação – 49

Clenio Lopes – João Luís Almeida Weber – Jocianne Giacomuzzi Pires

4

A saúde da comunidade LGBTQ+: cuidado e acesso – 68

Grasiela Cemin Gabriel – Helen Dalla Santa Prux – Maria Antônia Pezzi

5

A comunidade LGBTQI+ e os lugares de trabalho – 85

Keyllen Yazmin Nieto Bedoya – Mariana Scussel Zanatta

6

Sociedade e preconceitos LGBT: alguns caminhos para a transformação – 100

Rita von Hunty – Mariana Scussel Zanatta

7

Inovação é diversidade! Como o mercado de trabalho vem pensando práticas inclusivas em seu dia a dia? – 119

Daniela Rangel Tonietto – Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli

8

Movimento(s) LGBTQIA+: cultura e política – 133

Gilian Vinicius Dias Cidade – Mariana Scussel Zanatta

9

Experiências LGBTQIA+ no Pantanal/MS – 151

Guilherme Rodrigues Passamani – Leticia Schneider Ferreira

10

CLOSE – Centro de Referência da História

LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul – 164

Augusta da Silveira de Oliveira – Camila Petró – Mariana Scussel Zanatta

Posfácio – 180

Cléo Araújo

Glossário – 183

Autoria, colaboração e organização – 186



Diálogos para (R)Existências: breve texto de apresentação

Na década de 1970 o compositor gaúcho Kledir Ramil e sua banda Almôndegas nos provocavam, a despeito da censura imposta pelo regime ditatorial brasileiro, a refletir sobre as diferentes vivências – e os olhares estigmatizantes – com a letra da música *Androginismo*.

Quem é esse rapaz que tanto androginiza?
Que tanto me convida pra carnavalizar
Que tanto se requebra do céu de um salto alto
E usa anéis e plumas pra lantejolar
Que acena e manda beijo pra todos seus amores
E vive sempre a cores pra escandalizar
A minha mãe falou que é um tipo perigoso
Que vive sorridente fazendo quá, quá, quá
O meu pai me contou que um dia viu o cara
Num cabaré da zona dançando tchá, tchá, tchá
Quem é esse rapaz que tanto androginiza?
Que tudo anarquiza pra dissocializar
Com mil e um veados puxando seu foguete
Que lembra um sorvete pra refrescalizar
Cuidado aí vem ele, é um circo, é um cometa
Abana, abana, abana, que é o Papai Noel
Cuidado aí vem ele, é um circo, é um cometa
Abana, abana, abana, que é o Papai Noel
Eu pensei que todo mundo fosse filho de Papai Noel...

O que nos causa perplexidade é constatar que aproximadamente cinquenta anos depois esses olhares estigmatizantes ainda continuam a nos escandalizar.

Por isso, nos questionamos: olhar para as diferenças? Quais diferenças? A partir do olhar de quem? Com qual finalidade? Não somos todas e todos diferentes? Parece que não.

Quando vivemos em uma sociedade que histórica, cultural e politicamente normatiza corpos e suas condutas, alguns são mais diferentes que outros justamente por essas diferenças

estarem envolvidas em relações de poder. Sobre a ideia de diferença, Guacira Lopes Louro¹ nos ensina que

[...] é possível dizer que ela seja um atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação. A diferença não pré-existe nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida; em vez disso, ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou seja lá o que for) quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência. Portanto, se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-de-sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão diferentes todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. A posição normal é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la.

Questionar essa suposta e arbitrária normalidade é contribuir para reconfigurar o modo como as nossas sociedades se organizam. E, exatamente por isso, há quem diga que é *mi-mi-mi*, há quem diga que virou ideologia, há quem diga que é moda, há quem diga que é pecado, há quem diga que é doença. Mas quem diz tudo isso costuma estar dentro do padrão cis-heteronormativo, branco, de classe média e cristão.

Já para quem vive as agruras de ser “diferente”, de ser minoria, no país que há anos sustenta, por exemplo, o vergonhoso primeiro lugar em homicídios de pessoas trans, viver a diferença significa viver a violência presente desde a piada na escola até a morte com requintes de crueldade. E quanto mais diferença na diferença, maior o risco. Sim, porque se for gay e negro, ou trans e negra, ou lésbica, negra e pobre (e tantas outras interseccionalidades) a realidade fica mais cruel.

Mas não somos todos **humanos**? A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz no seu primeiro artigo que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

¹ LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008, p. 22. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2023.

São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Liberdade, igualdade, dignidade, direitos e fraternidade existem, de fato, para quem é classificado como diferente? Os capítulos a seguir nos levam a refletir e repensar.

Apresentamos esta obra com um misto de alegria, indignação e esperança.

Alegria, porque resulta de uma série de diálogos que iniciaram em um tempo de pandemia, em um projeto de extensão que se propõe, a partir de diferentes olhares e vozes, a discutir, esclarecer e contribuir para visibilizar quem existe (e resiste) nas diferenças de gêneros e sexualidades, um trabalho feito a várias mãos – estudantes, docentes, profissionais, militantes, artistas..., gente que se dispôs a dialogar *para, na e pela* diferença.

Indignação, porque ainda precisamos de projetos e diálogos como os que aqui construímos, porque ser diferente, para muitas e muitos, ainda significa sofrimento, ameaça, abjeção, invisibilidade.

Esperança, sim, de que nossos diálogos resultem em ações melhores e mais justas. Como nos ensina Paulo Freire², o diálogo, como encontro de pessoas para *ser mais*, “não pode fazer-se na desesperança”, não existe sem esperança. “Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero”.

Diálogos autênticos, entregas bonitas e verdadeiras que nos levaram a acreditar que poderiam se transformar em escritas, para chegar a mais pessoas. Não se trata de uma obra acadêmica em sua origem, mas acreditamos, ou melhor, “esperançamos”, que possa suscitar iniciativas para ações de ensino, pesquisa e extensão.

O livro está estruturado em dez capítulos, e temos a satisfação de ter o historiador Rudson Adriano Rossato da Luz prefaciando a obra. Cada capítulo resultou de um diálogo online e os apresentamos em formato de bate-papo, incluindo as contribuições das pessoas que fizeram a mediação e trouxeram, também, as perguntas resultantes da interação com o

² FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 68 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019, p. 114.

público. Os capítulos foram organizados na ordem cronológica dos diálogos, realizados entre agosto de 2021 e novembro de 2022, transmitidos e disponibilizados no canal do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) Campus Caxias do Sul no YouTube.

Nos cabe ressaltar a importância do apoio recebido do IFRS, que, por meio de editais, fomenta o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, visando à consolidação da prática extensionista, no âmbito das comunidades de sua abrangência, por meio de auxílio institucional e concessão de bolsas para estudantes. “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” é um desses projetos. Criado em 2021, no *campus* Caxias do Sul, conta com servidores e estudantes dos cursos de nível técnico integrado ao Ensino Médio e do Ensino Superior, atuando como bolsistas ou voluntários, além de membros de organizações da comunidade, desenvolvendo ações e produtos, como esta obra que agora apresentamos à comunidade.

Para além do apoio institucional, é imprescindível destacar que esta obra só chega até vocês, leitoras e leitores, pela generosidade de todas e todos os profissionais que aceitaram o nosso convite e, ao compartilhar suas pesquisas, experiências de trabalho e vivências como membros de movimentos sociais, nos presenteiam com informação e conhecimento que se convertem em ferramentas para semear o respeito às diversidades de gêneros e sexualidades. A vocês, estimadas e estimados autores, nosso muito obrigado carregado de afeto e admiração. A todas as pessoas, especialmente as/os estudantes que fizeram parte da equipe do projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” ao longo destes três anos, nosso agradecimento pelo trabalho, pela dedicação e pelo entusiasmo. Construir este projeto ao lado de pessoas tão singulares, dispostas e competentes é uma grande honra.

Acreditamos que um dos principais caminhos para a desconstrução dos preconceitos é a produção e a difusão de conhecimento. Por isso, torcemos para que este livro e seus diálogos sejam uma leitura agradável e instigante. Boa leitura!

Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli e Mariana Scussel Zanatta



Prefácio: um convite ao diálogo

Rudson Adriano Rossato da Luz³

“Eu sou o monstro que vos fala!”
Paul B. Preciado

Olá, pessoa leitora! Escrevo este prefácio no mês de setembro, final do inverno, um tempo de mudanças: as árvores começam a florescer e os dias a ficar mais longos, mais quentes... e menos melancólicos. O inverno aqui na Serra Gaúcha normalmente é um período de frio, neblina, chuva, umidade... dias cinzas e tristes. Dias esses que me lembram os últimos quatro anos que vivemos no país: um grande e triste inverno, marcado pela pandemia e pelo pandemônio do governo. Graças à nossa luta e mobilização, agora estamos construindo uma nova primavera. É claro que as estações não mudam de um dia para o outro: hoje mesmo está havendo um debate na Câmara Federal que visa acabar com o casamento civil igualitário. Algumas pessoas e alguns grupos querem que nós, dissidentes sexuais e de gênero⁴, vivamos num constante in(f)verno!

Mas, como diz Clarice Lispector: “ainda bem que sempre existe outro dia”. Mesmo durante a pandemia e o pandemônio, a luta e a resistência continuaram, e, dentre várias frentes,

³ Doutorando (bolsista PROSUC/CAPES) e mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Licenciado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Integra o grupo de pesquisa do CNPq “Educação, Filosofia e Multiplicidade na Contemporaneidade”. Realiza pesquisas sobre gêneros e sexualidades e suas interlocuções com a educação e os processos formativos, na perspectiva da Filosofia da Diferença e de uma Política Queer. E-mail: rarluz@ucs.br.

⁴ Minha opção conceitual é a de utilizar a expressão “dissidentes sexuais e de gênero”, não “LGBTQIAPN+”, por entender que não podemos estar reduzidos às nossas identidades, tampouco elas nos definem como pessoas. A identidade é importante, sim, mas como um meio e não como um fim. Assim, acredito que “dissidentes sexuais e de gênero” consegue nos dar uma ideia melhor de grupo, de pessoas que escapam às normas para os gêneros e as sexualidades.

uma delas foi a do projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+”, que, utilizando-se das tecnologias da informação e da comunicação, realizou *lives* para discutir diversos assuntos que afetam diretamente a nós, dissidentes sexuais e de gênero, que tiveram a participação de dissidentes, além de pessoas heterocisgêneras [sic] aliadas da nossa comunidade. Todas essas pessoas estudam, pesquisam e trabalham sobre as temáticas discutidas, transformando as *lives* em momentos potentes de diálogo, o que entendo ser um caminho fundamental para a construção de outras primaveras. Esses diálogos reverberaram na obra *(R)Existir: diálogos sobre gêneros e sexualidades*, organizada pelas professoras Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli e Mariana Scussel Zanatta e pelo estudante Rafael Vebber, a qual poderá contribuir sobremaneira na construção de uma sociedade menos LGBTfóbica. Pessoas não nascem preconceituosas, elas aprendem. Assim, é possível também aprender o contrário: acolher todas, independentemente da sua identidade de gênero ou orientação sexual.

A resistência é parte constitutiva da história dos dissidentes sexuais e de gênero. Mesmo antes de Stonewall, nossa comunidade já lutava para ter o direito de existir. Nas últimas décadas, conseguimos alguns avanços importantes, mas ainda somos alvo de preconceito e discriminação. Especialmente acerca das pessoas trans, são negados direitos básicos como saúde, educação e trabalho, além de questões fisiológicas, como utilizar o banheiro conforme sua autodeterminação de gênero. Quando falamos em pessoas intersexo, há uma total invisibilidade, além de estas continuarem a ser mutiladas no nascimento, a fim de atenderem uma lógica social de gênero, que se configura como binária e arbitrária. Aos nossos corpos monstruosos, utilizando aqui o conceito de Paul B. Preciado, são negados espaços de poder e representação política, pensados por heterocisgêneros para heterocisgêneros, o que reflete, por exemplo, nas 273⁵ mortes violentas dos membros da nossa

⁵ Acontece Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

comunidade ocorridas no ano de 2022. Um inverno que insiste em permanecer nas nossas vidas!

Mas há também frutos dessas resistências, que são as primaveras que construímos: temos cada vez mais parlamentares dissidentes sexuais e de gênero nas casas legislativas. Pela primeira vez, o Congresso Nacional possui uma bancada LGBTIA+, formada inclusive por duas mulheres trans: as deputadas federais Erika Hilton e Duda Salabert. Temos a maior parada LGBTIA+ do mundo, que se realiza em São Paulo e demonstra a nossa força como grupo. Dissidentes sexuais e de gênero têm conseguido alcançar cargos de liderança, chegar à academia e realizar pesquisas sobre e a partir dos nossos gêneros e das nossas sexualidades. São as primaveras possíveis.

Gêneros e sexualidades não são categorias biológicas, mas sim categorias políticas, sociais e culturais. E nessas categorias não há uma natureza ou essência, mas sim processos de naturalização. Mesmo antes do nosso nascimento nos é designado de forma arbitrária um gênero, tendo como base apenas um elemento do nosso corpo: a genitália. A partir disso, é socialmente esperado que nos comportemos de acordo com o gênero que nos foi designado e sintamos atração física e afetiva por pessoas do gênero oposto. Eis o heterocisgênero: o “normal”, o “natural”, dos gêneros e das sexualidades. O humano universal! Qualquer outra manifestação diferente dessa é entendida como ilegítima, anormal, antinatural, desviante e não humano... e precisa ser controlada, atacada e até mesmo eliminada.

O que se desconsidera nessa concepção universal para os gêneros e as sexualidades é que cada pessoa é única: cada um de nós possui a sua constituição como pessoa humana, pois somos todas diferentes. E assim, de diferentes maneiras, manifestamos nossos gêneros e nossas sexualidades. Mesmo entre os heterocisgêneros há diferentes maneiras de existir e estar no mundo. O humano universal é algo inalcançável mesmo para eles.

Não há existências mais ou menos importantes, melhores ou piores: quando falamos sobre gêneros e sexualidades (e não só nesta dimensão do humano), todas as formas de estar no mundo possuem a mesma legitimidade, pois estamos falando

de cada existência, que é única. E isso é fundamental para avançarmos como sociedade: a democracia só poderá ser realmente plena quando todas as pessoas puderem manifestar seus diferentes gêneros e suas diferentes sexualidades sem medo de serem violentadas moral, psicológica ou fisicamente.

Que esta obra seja um convite ao diálogo na e pela diferença. Que ela possa contribuir com a diminuição da LGBTIA+fobia estrutural da nossa sociedade. Que as pessoas que lerem estes textos possam contribuir para, cada vez mais, construirmos outras primaveras possíveis para nós, dissidentes sexuais e de gênero. Boa leitura!

*Rudson Adriano Rossato da Luz
Inverno de 2023*



1

A heteronormatividade e a comunidade LGBTQIA+

O tema heteronormatividade (uma sociedade que estabelece como norma a heterossexualidade) foi escolhido como ponto de partida para a série de diálogos on-line do programa “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+”. A equipe entendeu que era preciso esclarecer ao público alguns conceitos e aspectos fundamentais sobre sexo, gênero e sexualidade para “início das conversas”. Foi então convidada a doutora Deisi Noro⁶, bióloga, educadora e pesquisadora, que com muita propriedade e clareza apresentou o assunto, dialogou e esclareceu dúvidas no encontro ocorrido em 26 de agosto de 2021⁷.

O encontro foi mediado pela socióloga e professora Mariana Scussel Zanatta⁸, acompanhada pelos bolsistas do programa Maria Antônia Pezzi e Sol Dal Sasso, que com atenção trouxeram as dúvidas de quem prestigiou o encontro pela internet.

O programa visa diminuir a desinformação e o preconceito bem como melhorar a qualidade de vida da comunidade LGBTQIA+.

Iniciemos!

⁶ Bióloga, educadora e pesquisadora.

⁷ Disponível em: <https://youtu.be/mrqjoSHEysA?list=PLDm5-f8Qw4MOP-juFoElpJu9j9GFG-D6Q4>.

⁸ Docente do IFRS Campus Caxias do Sul e mediadora do diálogo.

Deisi

Falar sobre heteronormatividade e LGBTQIA+ nesse momento em que os espaços parecem abrir e às vezes parecem fechar... estou determinada a ocupar, sempre que possível, os espaços que são dados. Nos últimos anos tenho me dedicado a estudar essa temática que assombra a vida de muitas pessoas, levando algumas, inclusive, a adoecer. Familiares e algumas pessoas adoecem por pura falta de conhecimento, e entender e compreender a diversidade sexual e de gênero acomoda a nossa vida de uma forma que costumo dizer que só o entendimento salva.

Inicialmente vamos conversar sobre a diferença entre sexo e gênero, porque boa parte da complexidade da temática se dá pelo desconhecimento, e ele inicia neste ponto: quando as pessoas confundem sexo biológico com gênero.

Então, o sexo biológico é entendido como o sexo morfológico, anatômico, sexo cromossômico, quando entendemos que o “homem” tem os cromossomos XY e a “mulher” tem os XX, sexo hormonal ou endócrino, que define que os homens têm maior produção de testosterona e as mulheres de progesterona e estrogênio, e sexo gonadal ou gamético, sendo a questão de testículos com produção de espermatozoides e ovários com produção de ovócitos. O sexo biológico, portanto, está relacionado com essa produção hormonal que se manifesta em uma determinada composição física. E, em uma organização de alinhamento de sexo biológico e identidade de gênero, vamos ter a maioria da população: pessoas cisgênero.

Quando falamos em gênero, falamos em papel e representação. Sabemos que a sociedade, muitas vezes, utiliza gênero e sexo como sinônimos, mas, para que possamos compreender a diversidade sexual e de gênero, precisamos distingui-los. A compreensão de que gênero está ligado ao papel de uma pessoa é o entendimento do modo como ela se posiciona na sociedade. Em geral, temos os homens atendendo algumas prerrogativas de ser mais objetivo, ser mais ativo, ser sexual, ser racional e ocupar o espaço público, enquanto as mulheres tendem a ser subjetivas, passivas, emocionais e passionais e a ocupar o espaço doméstico.

Não é difícil encontrar muitas mulheres falando algumas questões que vão contra o entendimento que temos da importância da mulher na sociedade desigual que ainda vivemos. Isso deflagra o quanto precisamos progredir. Um exemplo é quando encontramos alguém confundindo os conceitos de feminismo e femismo, a palavra contrária ao machismo. O que as pessoas que se dizem feministas pregam é que todos os indivíduos, homens e mulheres, precisam da igualdade e do reconhecimento de homens e mulheres na sociedade. Não como o femismo, que entende que a mulher é superior, assim como se entende o machismo, que faz com que o homem tenha um papel superior em todas as suas dimensões.

Quando falamos sobre o papel de gênero, fica difícil não citar Simone de Beauvoir, que foi tão criticada no ENEM de 2015 com sua frase de que as mulheres tornam-se mulheres. Ela estava justamente, lá em 1946, se referindo a essa questão de as mulheres aprendem a se comportar como mulheres e os homens aprendem a se comportar como homens. Tudo isso tem ônus e ônus. No entendimento masculino, existe o ônus de que o homem não pode chorar e tem que ser forte, machão e determinado, assim como o de que um homem que tem uma sensibilidade maior e uma tendência maior a chorar sofre bullying desde bem pequeno para que aprenda a “ser homem”. O ônus não é só feminino, o ônus é feminino e masculino também nos seus papéis.

Dito isso sobre sexo e gênero, precisamos entender alguns conceitos clássicos que deveriam ser entendidos por toda a sociedade. Percebemos que as pessoas não têm compreensão sobre esses conceitos quando utilizam a expressão “opção sexual”, quando, hoje, qualquer um com o mínimo de esclarecimento sobre a diversidade sexual e de gênero sabe que não existe essa “opção”. A pessoa não opta por ser o que ela quiser, ela nasce com a orientação sexual.

Outro conceito que deve se tornar claro no vocabulário de pessoas sem esclarecimento é o de gênero, o entendimento de que gênero não tem a ver com o sexo, porque podemos ter variações bem significativas. A identidade de gênero é outro conceito fundamental, assim como a expressão de gênero. Quando falamos sobre sexo biológico falando sobre um conjun-

to de características que são cromossômicas: XX, XY ou todas as outras possibilidades de sujeitos intersexuais, que podem ser XXX, XXYY, e outras formações que não obrigatoriamente designam XX para mulher e XY para homens estão dentro do sexo biológico, dessas variações cromossômicas, morfológicas, hormonais e gonadais. Essa composição pode determinar se temos o macho, a fêmea ou uma pessoa intersexual, quando ela nasce com a genitália externa não completamente formada para macho ou para fêmea; ou a genitália externa completamente fêmea e alguns órgãos internos de macho e outros de fêmea. Essa organização pode variar, já que muitos intersexuais também podem ter genitália externa com formação de órgãos internos totalmente de fêmea, e dentro das células temos um mosaico, com algumas células XX e outras XY, o que poderá determinar uma produção hormonal diferente da esperada para uma fêmea.

O sexo biológico apresenta as seguintes possibilidades: macho, fêmea e intersexual. Algumas pessoas minimizam a importância da intersexualidade, e nós não minimizamos isso de forma alguma, porque todos são importantes, independentemente do seu sexo biológico. Vamos pensar que esse percentual é de 0,1 a 3% em nível mundial. Antigamente as pessoas chamavam de hermafroditas, hoje a expressão atende a biologia justamente por entender que o hermafrodita é aquele ser vivo que apresenta as características de macho e fêmea concomitantemente. Não é o caso do intersexual. A expressão correta no sexo biológico é intersexual. Temos mais intersexuais do que ruivos na população, o que é uma referência importante para percebermos que não é pouca gente, já que todos nós conhecemos alguém que é ruivo. Todos nós conhecemos alguém que possivelmente seja intersexual.

O conhecimento não leva alguém a mudar seu sexo biológico, orientação sexual, identidade ou expressão de gênero. Conhecimento leva ao acolhimento, à inclusão, ao entendimento, ao reconhecimento da importância de todos os indivíduos na sociedade.

A orientação sexual de um indivíduo é por quem ele se sente atraído sexual ou afetivamente. Podemos ter pessoas que são heterossexuais, que é a maioria da população, mas

temos também as homossexuais, as bissexuais e as assexuais (quando um sujeito não sente atração física e/ou afetiva por outros). Só sobre orientação sexual poderíamos falar por pelo menos umas quatro horas. Então, de forma resumida, temos heterossexuais, homossexuais, bissexuais e assexuais, e temos também as pessoas pansexuais: quando elas têm uma gama maior de possibilidades. Mas aí entramos na discussão da bissexualidade.

A identidade de gênero é a maneira como alguém se enxerga, como se vê. Não obrigatoriamente alinhada ao sexo biológico fêmea, uma pessoa se vê como mulher e pode se ver como homem. Isso é a identidade de gênero.

O sexo biológico pode ser identificado por ecografia, em torno da 12^a semana, algo conhecido por todos que estudam biologia no Ensino Médio, mas não aprendemos que a identidade de gênero se dá em torno da 20^a semana de gestação. Tão importante quanto sexo biológico é a identidade de gênero.

Quando uma pessoa tem alinhado o sexo biológico com a sua identidade de gênero, dizemos que ela é cisgênero, também uma palavra que não é tão comum, e, como a maioria da população, em torno de 97%, é cisgênero, deveríamos ter esse conhecimento, mas quando questionadas se são cisgênero, muitas vezes as pessoas dizem “não sei o que é isso” ou “não sou isso aí”. Esse entendimento é muito importante, também em relação ao contrário da palavra cisgênero, que é transgênero (o radical “trans” significa “além de”, além do gênero).

Temos indivíduos em diferentes possibilidades: pode ser travesti, pode ser transexual e pode ser transgênero. Temos pessoas com identidade de gênero feminina e pessoas com identidade de gênero masculina, o que independe do sexo biológico. Isso se dá em momentos diferentes do desenvolvimento gestacional. Esse conjunto, em geral, forma a expressão de gênero: sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero.

O conceito de heteronormatividade é muito utilizado. Se separarmos a palavra, segmentando hétero e normativo, significa que a ordem e a norma são determinadas como heterossexual, e esse é um conceito que precisamos desmembrar e compreender, principalmente entendendo que ser hete-

rossexual é mais “comum”. O que não desmerece em nada a pessoa que tem outra orientação sexual. Pertencer à minoria da população não avaliza alguém a discriminar ou impor seu preconceito.

Freud já dizia, em 1932, que a homossexualidade é uma variação da função sexual: o indivíduo nasce com a sua orientação sexual e desenvolve-se tendo a sua orientação sexual. As pessoas não se tornam homossexuais, bissexuais ou heterossexuais.

Vamos falar um pouquinho da sigla LGBTQIA+, que é o título do grupo, do núcleo desse movimento. Nessa sigla vamos ter LGBTQIA+, que pode ser LGBTQIAPN+, mas já passou por LGBT, LGBTI, LGBTQI, entre outras. Hoje é um formato que utilizamos para poder abarcar todas as possibilidades da diversidade sexual e de gênero, e o + contempla o que estiver além das letras.

Vamos ter L de lésbicas, G de gays e B de bissexuais. Com o A do final temos os assexuais. Estamos falando de orientação sexual, que é por quem uma pessoa sente atração – lésbicas são mulheres que sentem atração por mulheres; gays são homens que sentem atração por homens; bissexuais sentem atração por homens e mulheres; e assexuais não sentem atração afetiva/sexual. Já o T, de travestis, transexuais e transgêneros, diz respeito à identidade de gênero, a maneira como uma pessoa se enxerga, não obrigatoriamente sintonizada com seu sexo biológico. Quando ela não tem essa harmonização, essa consonância, é uma pessoa trans, podendo ser travesti, transexual ou transgênero.

O I, de intersexuais, diz respeito ao sexo biológico, e o Q diz respeito tanto a identidade de gênero quanto a expressão de gênero. O + (mais) diz respeito a todas as outras possibilidades, que também são muitas. As pessoas muitas vezes, no desconhecimento da importância da diversidade sexual e de gênero, se referem à sigla de uma forma que não condiz com o seu significado ou não sabem o que é. Sempre precisamos partir do entendimento de que, se desconhecemos, precisamos compreender. Se isso me incomoda de alguma forma, se me atrapalha de alguma forma, preciso me debruçar e entender. Ao ponto de que algumas pessoas confundiram [a sigla LGBTQIA+

com] LGPD, que é a Lei Geral de Proteção de Dados. O desconhecimento faz com que elas confundam as siglas.

Então é preciso que quem trabalha nessa área saiba pronunciar e explicar a sigla, assim como a população como um todo deve reconhecer e entender a sigla LGBTQIA+, porque é importante para a sociedade, para as pessoas e para que possamos minimizar o preconceito e levar um pouco de conhecimento aos outros. Os sujeitos às vezes se atrapalham, e não tem problema algum se atrapalhar, mas é importante que perguntemos e tentemos nos aprofundar e fazer essa compreensão.

A heteronormatividade vem dessa organização social de muitos anos, do mesmo formato que compreende o homem como um ser superior às mulheres e foi passando de geração em geração. Nos últimos anos – na verdade, deve ser do último século para cá –, passamos pelo entendimento um pouco maior da importância de entender que não é “normal” ser heterossexual e sim “comum”. A maioria da população é heterossexual, mas isso não quer dizer que as outras pessoas não possam ter o mesmo reconhecimento que as heterossexuais.

É importante também esclarecermos que o respeito é o contrário do preconceito. Para que eu respeite a população LGBTQIAPN+, preciso conhecer, compreender e reconhecê-la como pertinente, como parte da sociedade. Preciso, sempre que for possível, assegurar a garantia de direitos, incluir e acolher, porque isso faz parte da compreensão de uma sociedade que entende a diversidade, que entende que cada um é de uma forma e que não há mais espaço para ser preconceituoso.

O preconceito só leva à violência, à depressão, à síndrome do pânico, à tentativa de suicídio, ao desentendimento das famílias. Já está bem além da possibilidade de ser aceito. Desconhecer não significa permissão para ser preconceituoso. Se eu não conheço, posso buscar conhecimento, e hoje o encontramos em diversos lugares.

É bem importante e significativo saber que é pertencente.

Conhecer significa entender que sexo biológico é diferente de orientação sexual, de identidade de gênero e de expressão de gênero. Compreender significa saber que existe discriminação e nós, como membros da sociedade, queremos diminuir

isso. Existe a violência, que não aceitamos aqui com ninguém, tanto a psicológica quanto a física, assim como existe a evasão escolar por conta da homofobia, da LGBTfobia.

Em toda a minha experiência, vi toda a população LGBTQIAPN+ passar pela medicina, passar pelo Judiciário, quando compreende as relações homoafetivas, os casamentos homoafetivos e as uniões homoafetivas, e passar pelo Legislativo, que precisa respeitar a legislação, porque a ele cabe essa garantia assegurada em lei, a qual garante direitos, inclusão e reconhecimento para a execução de políticas públicas por parte do Executivo em todas as instâncias.

Cabe a nós pensar que toda essa população merece reconhecimento e que cada um deve fazer sua parte, favorecer o entendimento e levar o conhecimento cada vez a mais e mais pessoas. O que não cabe mais na sociedade é o preconceito, e de todas as discussões que temos visto, muitas têm sido palco político.

Mariana

Hoje só transformamos a realidade com o conhecimento, esclarecendo a respeito dessa diversidade existente na sociedade. A heteronormatividade nos leva à naturalização de um padrão, daquilo que seria mais natural, normal, comum, e nesse padrão também se encaixa a ideia da cisgeneridade. Pensando no contexto político em que nos encontramos, em todas as transformações que temos, nos documentos que orientam a educação e na transformação da Base Nacional Comum Curricular, temos um tensionamento dessas questões, principalmente pela ideia do senso comum, uma muito errônea que gera tantas situações de discriminação, de que a homossexualidade é resultado da influência do meio, ou seja, que é uma opção sexual e não uma orientação.

Tudo isso que você nos trouxe é fonte do conhecimento, a questão gestacional, o momento que se forma a orientação sexual, a identidade de gênero no período gestacional... isso é conhecimento.

Se não falamos sobre essas temáticas, se a escola não traz à tona essas questões, não fala sobre, discute, promove e dá visibilidade para as causas, em que espaços faremos isso?

A minha pergunta é: quais são as intencionalidades de não permitir que os debates conceituais sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero estejam dentro da escola? Porque sabemos que, na reformulação da BNCC, muita coisa deixou de entrar, com relação a esses conceitos.

Primeiro, quanto perdemos com a ausência desse debate? E, segundo, qual a importância dos estudos das neurociências para desmistificar essa ideia de que a opção sexual é uma influência do meio? E, para ficar bem claro, “não vamos conversar sobre as questões de gênero e sexualidade, porque vamos influenciar os jovens a mudarem a sua opção sexual” – esses são os discursos e as palavras usadas.

Deisi

As perdas vêm se arrastando há muito tempo, porém não podemos dizer que não existe uma luz no fim do túnel, porque, na verdade, temos conseguido abrir os campos de discussão. Anos atrás, lembro de ter feito uma formação para professores de Educação Infantil, a pedido dos professores, por essa compreensão de termos algumas crianças intersexuais e pelo cerceamento da criança de brincar com brinquedos de menino ou de menina. Então veja que com isso não estamos discutindo identidade de gênero e orientação sexual, mas igualdade de gênero, que é um conceito anterior e sobre o qual ainda precisamos falar.

Hoje temos os núcleos. Faço parte, desde o início, do NEPGS do IFRS Farroupilha, que é um grupo do qual tenho orgulho de fazer parte e que me nutre, me dá sustentação, e é a ele que recorro quando fico em uma situação mais séria, como aconteceu esses dias. O grupo entrou em contato comigo e me apoiou numa situação séria e desnecessária, fazendo “o cala boca ser invertido”. Foi bastante importante.

Acho que estamos avançando, temos conseguido levar mais conhecimento e, hoje, conseguimos falar sobre a temática com uma segurança maior. Claro, sei que infelizmente ainda não temos essa liberdade, que ainda está cerceada, porém temos feito avanços.

Temos proponentes no Legislativo e no Executivo, e têm sido bastante consideráveis os avanços. Acho que estamos

saindo da inércia e, passo a passo, conseguindo que o conhecimento avance, e com isso só temos a ganhar.

Cada vez mais pessoas podem falar sobre si e se sentir acolhidas nos grupos. Serão menos cidadãos doentes e menos evasão escolar, que é o objetivo de qualquer educador.

Mariana

Compartilho contigo dessa visão positiva e esperançosa. Afinal, estamos aqui falando sobre isso no canal institucional. Mas é uma preocupação que tenho, que vem também da minha trajetória. Sou professora de sociologia aqui no campus e trabalho com Ensino Médio. Observo que as questões que envolvem gênero e sexualidade, as conceituais, acabam sendo temas de antigamente, lá dos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs). Eram temas transversais, dentro dos quais tínhamos a questão da orientação sexual.

Quando falamos de tema transversal na escola, estamos falando de um tema que atravessa todas as disciplinas, o currículo escolar e a concepção pedagógica. Então ele deveria ser tratado por todos, mas não é muito bem o que acontece na nossa prática. São temas que acabam recaindo lá nas disciplinas de biologia e sociologia.

Como nós, instituições, vamos entender que somos privilegiados, nos Institutos Federais por termos os núcleos e sistema de apoio? Ele não existe em outras escolas. Tenho uma preocupação, por exemplo, quanto às redes municipal e estadual.

Foi retirada a orientação sexual e colocado um grande tema do multiculturalismo, em que se trata sobre a diversidade cultural e a educação para a valorização do multiculturalismo, assim como as matrizes históricas e as culturais brasileiras, com o eixo transversal da saúde e da educação alimentar e nutricional. Nos temas transversais contemporâneos, as questões de gênero e sexualidade foram excluídas.

A minha preocupação é com o modo como que isso talvez vai se reverter nos materiais pedagógicos que as escolas vão receber daqui para frente para trabalhar os conteúdos. A partir dessa reformulação, a preocupação é no sentido do esvaziamento dos conteúdos. Se antes eles cabiam mais para as

disciplinas da biologia ou da sociologia, quando ela existe na escola, a minha preocupação é que talvez agora eles não sejam tratados.

Eu gostaria de conversar contigo. O que tu darias como dicas para que nós, além dos núcleos, possamos ter esse tema transversal como algo que envolve o ambiente escolar? Porque sabemos das resistências da comunidade como um todo, do professor, do técnico administrativo, de todas as instâncias. A comunidade escolar tem resistência em tratar as temáticas de gênero e sexualidade.

Deisi

Em 2006, o Plano Nacional de Educação já trazia questões de gênero e de indivíduos transgêneros, e nada foi feito. Nós não trabalhamos isso em sala de aula, estar escrito no plano não mudou nada, porque lá estava e não se fez. Agora não está e não temos mais como segurar.

A mesma questão aconteceu com os temas transversais: estava garantido, estava assegurado e nada se fez, não se trabalhou isso e foi retirado.

E estou tão esperançosa, e talvez veja uma luz maior do que outras pessoas, porque tenho sido chamada para falar para muitos grupos de médicos e alunos de medicina. A garantia de direitos da população passa pela medicina, e hoje eles sofrem uma pressão, desde 1997, se não me engano. O Conselho Federal de Medicina sofreu uma pressão do Judiciário, porque não estava acontecendo uma orientação aos estudantes trans para a utilização de hormônios, que passaram a se auto-hormonizar. Como a medicina, que não tem conhecimento sobre isso, vai poder orientar as pessoas?

Então, até pouco tempo, não encontrávamos um atendimento de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em que se recebesse algum tipo de orientação. Hoje sabemos que os profissionais têm buscado, que os professores e os médicos estão indo atrás. Em geral, temos tido mais pessoas do Judiciário preocupadas.

Temos uma pressão social de urgência de conhecimento, situações em que indivíduos se põem em confusão porque não

sabem o que é LGBTQIAPN+, agora eles precisam buscar: “ah, mas o que é isso? Como aconteceu essa confusão?”.

Mariana

Temos uma grande conquista, que é a utilização do nome social. Você tem dado formação sobre isso nas escolas, nas instituições? As pessoas têm curiosidade a respeito disso? Elas sabem da existência dessa lei?

Deisi

Tem sido minha temática de maior busca nos últimos tempos. Tenho um artigo escrito, com base na minha tese, só sobre o nome social, publicado numa revista A2, por sinal, e dali parte uma das urgências das pessoas. “Recebo alguém com nome social e não sei como me referir”, essa é uma dúvida que tem acontecido e percebemos que, com isso, conseguimos avançar no restante. Entender nome social tem prerrogativa de entender identidade de gênero, e para entender identidade de gênero precisamos entender sexo biológico. Seja por uma via ou por outra, a busca por entendimento vem chegando. Sim, o uso do nome social ajuda muito para que a coletividade fique com dúvida e busque conhecimento.

Mariana

Como instituição escolar, não podemos permitir que situações de preconceito e discriminação passem sem o olhar pedagógico, ou seja, sem alguém intervir ou mediar para que todos possam aprender com aquela situação. Não podemos de forma alguma, enquanto instituição, ser coniventes diante de situações que sabemos que acontecem e são tão prejudiciais para as pessoas de modo geral, ainda mais para os adolescentes em idade escolar.

Interação com o público

O sexo é uma construção social assim como gênero? A expressão sexo biológico deve ser substituída por sexo designado ao nascimento?

Deisi

Sim, o sexo biológico é o sexo designado no nascimento, esse é o sexo biológico. Quanto ao sexo biológico não existe

construção, a questão toda é quando utilizamos a terminologia gênero como sinônimo de sexo e de onde vem essa questão conceitual. Na língua portuguesa, temos o gênero feminino e o masculino. Assim, acabamos juntando com o sexo biológico, porque, quando tudo isso era discutido, não tínhamos o conhecimento de que o sexo biológico não obrigatoriamente determina um feminino ou masculino.

Esse conhecimento hoje é importante, e algumas pessoas ficam muito presas em conceitos antigos, na Bíblia, em algumas questões que não estão no século XXI. Trazendo para o aqui e o agora, precisamos saber que, por exemplo, a Bíblia foi escrita no momento em que se entendia que, se uma mulher sofresse violência sexual, a família dela cobraria 35 moedas de prata da pessoa que tinha feito a violência e o homem seria obrigado a casar-se com ela.

Percebemos que existe uma questão do gênero de não querer compreender isso como um papel, mas é a forma mais tranquila de entendermos, porque é assim que conseguimos fazer essa distinção da importância da identidade de gênero numa pessoa e avançar com esse conhecimento.

Interação com o público

Como você analisa a exclusão de mulheres trans e travestis de movimentos feministas? Qual a relação dessa exclusão com o movimento do sagrado feminino?

Deisi

Vamos passar para o entendimento de que não tenho conhecimento. Não sei dessa questão da exclusão, acho que ela não cabe de forma alguma, então vou falar pela minha opinião realmente, não por ter lido sobre isso ou visto. A questão do feminismo é que ela é de todas as pessoas, deveríamos ter muitos homens lutando por isso também. Independentemente de sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero, é uma luta da qual toda a sociedade precisa fazer parte. É uma luta de todas as pessoas, sem dúvida alguma, independente de tudo.

Mariana

Se a pauta do movimento feminista é em busca de uma sociedade mais equitativa, que vai ir contra e mostrar a opressão do patriarcado, em que as mulheres foram historicamente excluídas e precisaram conquistar os seus direitos por meio de movimentos sociais, se pensarmos que o movimento feminista serve para isso, para trazer a pauta e incluir, acho que não pode haver e não cabe a exclusão das pessoas trans.

O movimento feminista, ao longo do processo histórico, foi desagregando e agregando algumas pautas e lutas. Falamos, hoje, da interseccionalidade das discussões dentro do próprio movimento, porque se sabe, por exemplo, que as vivências e as questões de uma mulher branca cisgênero são diferentes das vivências e das questões de uma mulher negra cisgênero. Da mesma forma que as questões e vivências de uma mulher negra transgênero são diferentes de uma mulher branca transgênero. As pautas podem ter diferenças em algumas reivindicações, mas buscam conquistar direitos, igualdade e não discriminação. Elas deveriam estar juntas, não separadas.

Interação com o público

Por que as pessoas se pressionam, ainda hoje, a decidir concretamente o que são, no caso de rótulos, como gay, lésbica, bi, etc., ao invés de simplesmente aproveitarem o orgasmo, o amor?

Deisi

Vou usar o exemplo de quando descobrimos o sexo biológico de uma criança e começamos a fazer enxoval da cor relacionada, isso está instituído, é cultural, uma questão enraizada. Da mesma forma, queremos rótulos, queremos definir. Vamos demorar algum tempo para poder fazer esse entendimento, porque ainda é muito forte na sociedade definir, entender, rotular.

Alguns conceitos estão socialmente formatados e só com conhecimento vamos chegar ao patamar em que cada um tem liberdade de entender sua sexualidade.

Sol

Eu entendo as pessoas que não gostam de se rotular, mas, por exemplo, na minha experiência como LGBT, sinto que esse rótulo me ajuda com um sentimento de pertencimento, como se eu realmente participasse de uma comunidade.

Interação com o público

Como podemos mudar a linguagem dentro do ambiente escolar para que ela seja mais inclusiva para pessoas trans, como, por exemplo, nas aulas de biologia?

Deisi

A massificação mais fácil de errar é com as pessoas intersexuais, quanto ao sexo biológico, ou as não binárias e andróginas, que não têm essa definição clara. Infelizmente, toda a linguagem leva para o feminino ou o masculino.

Essa compreensão nós também ainda não conseguimos atingir, infelizmente estamos ainda tentando entender a orientação sexual não hétero. Entender a heterocisnormatividade é entender que precisamos desfazer todos esses conceitos enraizados. A linguagem é importante pelo reconhecimento, mas ainda precisamos de tempo a mais para fazer com que esse conhecimento chegue às pessoas, para que elas consigam entender quando digo boa noite a todos, todas e todes.

Interação com o público

Como ficam as questões de raça e classe nas construções de gênero?

Deisi

Para mim, são todas faltas de extrema importância que precisam ser desenvolvidas juntas, concomitantemente. Estamos em atraso nessas faltas. Essa toda questão de segmentação faz com que não evoluamos, não avancemos, não progredamos. Pautas têm de ser levantadas, e já deveriam estar, já deveríamos estar num patamar adiantado.

Eu sempre gosto de salientar O Manifesto dos Pioneiros, que é o primeiro documento organizacional da Educação do Brasil, lá de 1930. Ele já falava em “não” ao preconceito contra todo tipo de raça, classe e gênero. A educação brasileira, desde

o Manifesto dos Pioneiros, já tinha preocupação em abolir preconceitos.

Interação com o público

A biologia não reconhece a existência de pessoas trans?

Deisi

A biologia reconhece a existência de pessoas trans. Se todos os biólogos compreendem, entendem e conhecem, não posso afirmar, mas a biologia, como compreensão do corpo humano, da identidade de gênero e das neurociências, reconhece a pessoa trans.

Interação com o público

Como você tem percebido a heteronormatividade nas empresas?

Deisi

Depende, tem empresas que levantam a bandeira contra a heteronormatividade. Particpei de lives com algumas pessoas de empresas que têm um trabalho lindo, um movimento lindo de compreensão da diversidade sexual e de gênero, e fazem um trabalho inclusivo.

Interação com o público

Você consegue perceber alguma perspectiva de combate à heteronormatividade no futebol, principalmente no masculino?

Deisi

Querendo olhar bem, me esforçando, acho que conseguimos observar um avanço. Mas é querer enxergar, porque consegui ver alguns movimentos de alguns jogadores que têm essa bandeira mais clara e, hoje, alguns movimentos de torcidas. Porém é um meio bem enraizado, bem forte e que funciona, pois o bullying é muito claro ali e algumas pessoas se retraem, o que torna um pouco mais difícil. O movimento inicial está “engatinhando” mesmo.

Sol

Sobre a sexualidade de pessoas trans, por exemplo, um homem gay que se atrai por um homem trans, muitos indivíduos

acabam reproduzindo preconceitos em situações parecidas. Eu gostaria que você trouxesse alguma fala sobre a sexualidade de pessoas trans.

Deisi

Compreender algumas questões, hoje, é imperioso. Partindo do que falei antes, dos que que falam em “opção sexual”, percebemos o quão longe estamos de entender quem é a pessoa que sente atração por uma travesti. Se pegarmos o exemplo de um homem que tem atração por uma travesti, vamos estar falando de um homem cujo cérebro é heterossexual, porque ele é homem, pelo sexo biológico e pela identidade de gênero masculino, que sente atração por uma travesti, então ele é heterossexual. O cérebro sente atração por uma mulher, se sentisse atração por um homem, seria gay e ele iria buscar outro homem.

Toda vez que passamos pelo entendimento de que é possível um gay sentir atração por um homem trans, precisamos compreender como esse cérebro funciona. Cada pessoa precisa saber de si.



Você conhece seus direitos LGBTQIA+?

No dia 30 de setembro de 2021 realizamos o nosso segundo diálogo on-line⁹, em plena pandemia de Covid-19, a respeito de direitos das pessoas LGBTQIA+. De forma clara e franca, os advogados Daniel Chies Baldasso¹⁰ e Mônica Montanari¹¹ conversaram conosco sobre quais são os direitos daqueles que, numa sociedade em que todos deveriam ser iguais perante a lei, ainda são relegados à invisibilidade e ficam à mercê de jurisprudências, uma vez que a lei ainda não abrange a todos, todas e todes.

A mediação foi realizada pela professora Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli¹², com a contribuição inestimável de Maria Antônia Pezzi e Sol Dal Sasso, bolsistas do programa “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+”, que, com atenção, trouxeram as dúvidas de quem nos prestigiou pela internet.

Foi uma excelente oportunidade de aprendizado sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+, sejamos ou não parte dela.

Boa leitura!

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Vi2PuJZm=-A&list=PLDm5-f8Qw4MOPjuFoElpJu9j9GFG-D6Q4&index=8&pp=iAQB>

¹⁰ Advogado empresarial, atuante em defesa da população LGBTQIA+ e Coordenador da Comissão Especial de Diversidade de Sexo e Gênero para OAB – Seção Caxias do Sul.

¹¹ Advogada especialista em direito de família e palestrante de questões de sexo e gênero

¹² Docente do IFRS – Campus Caxias do Sul e mediadora do diálogo.

Daniel

Sou advogado e atuo bastante na área LGBT. Também sou coordenador da Comissão da Diversidade perante a OAB de Caxias do Sul, onde temos contato direto com as questões dos direitos LGBT.

O que são os direitos LGBT? O que entender como LGBT para o direito? As pessoas costumam colocar como privilégios o que a população LGBT, assim como outras populações, estão buscando, uma questão de privilégio em termos de direitos. Inicialmente, é preciso desfazer esse equívoco, essa má interpretação. Os direitos são iguais para todos, mas, infelizmente, não os acessamos de forma igual.

A questão dos direitos LGBT no Brasil só teve alguma evolução desde que o Poder Judiciário passou a tutelar várias situações em que foi chamado a se manifestar. Por exemplo, quanto à história e ao histórico do direito LGBT no Brasil, temos uma evolução bem recente que começou no final da década de 1990, em 1999, quando uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) fez uma pequena alteração, que foi uma grande consideração: trouxe uma questão que discutia uma situação familiar de duas pessoas que tinham um relacionamento homoafetivo, ou seja, homossexual, que era tratado até então pelo direito como uma “sociedade de fato” (uma sociedade de fato, para o Direito, é como se fosse uma empresa, só que os sócios existentes não possuem um contrato social). É como se eu tratasse de uma relação interpessoal da vida entre duas pessoas, uma questão de relacionamento afetivo como se fosse uma empresa. A primeira visibilidade dessa questão se deu em 1999, com a decisão do TJRS, que determinou que era competência da Vara de Família tratar sobre a união homoafetiva, até então não reconhecida pelo Judiciário nem pelo Direito brasileiro.

Depois, em 2002, tivemos pela primeira vez a expressão homoafetividade em uma decisão, também do TJRS, que considerou a existência da relação entre duas pessoas do mesmo sexo uma questão de união estável, algo que até então não era entendido pelo Judiciário brasileiro nem pela lei brasileira.

Passado esse momento de 2002, tivemos somente em 2011 o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal (STF), ao

julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277 e reconhecer, então, uma união estável homoafetiva, ou seja, a vida de duas pessoas do mesmo sexo que têm uma relação afetiva. Esperamos dez anos para chegar a uma decisão e um reconhecimento efetivo da relação homoafetiva.

Depois de 2011, tivemos, em 2013, uma resolução do Conselho Nacional de Justiça com a possibilidade de fazer o casamento civil, também novamente por uma decisão judicial, ou seja, um comprometimento do Poder Judiciário dizendo que, independentemente de serem relações heterossexuais ou homossexuais, o casamento civil tem que ser realizado da mesma forma para qualquer pessoa.

Após 2013, a próxima evolução que tivemos na questão dos direitos LGBT foi a questão de que o Supremo Tribunal Federal, em 2015, reconheceu algo que para nós é bastante natural hoje, ou seja, a formação da família independentemente de se tratar de pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes. A discussão era se a Constituição aceitava uma família com a união de dois homens ou duas mulheres, por exemplo, ou apenas a união heteroafetiva, entre um homem e uma mulher. Pelo julgamento do recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal considerou que as uniões homoafetivas são igualmente consideradas como entidades familiares e devem ter o mesmo tratamento que as uniões heteroafetivas.

Em 2018, tivemos um avanço nos direitos de transexuais. Indivíduos transexuais ou transgêneros são aqueles que, diferentemente dos cisgêneros, não estão conformados com o seu gênero biológico. Não é uma questão de escolha ou de moda, como muitos pensam, nem uma questão de aberração ou de qualquer tipo de problema genético. É uma questão que não pode ser tratada de forma preconceituosa. Então, por uma decisão igualmente judicial, tivemos a possibilidade de indivíduos transgêneros fazerem a retificação do seu nome e gênero, ou nome ou gênero, diretamente em cartório. Antes disso, tínhamos a necessidade de um processo judicial que muitas vezes, por inexistirem critérios objetivos, levava a um constrangimento muito grande para se conseguir respeito. Era necessário juntar laudo psicológico de que a pessoa sofria

de disforia de gênero, por exemplo. A retificação em cartório simplificou o processo e trouxe dignidade para essas pessoas.

Já em 2019, tivemos a decisão que trouxe a criminalização da LGBTfobia, ao trazer a aplicação da lei de racismo para os casos em que forem cometidos violência ou restrições à comunidade LGBT. E não é apenas a lei de racismo que se aplica à LGBTfobia, mas todo o crime que tiver motivação causada por aversão ou qualquer violência causada à população LGBT.

Por fim, em 2020, foi permitida a doação de sangue por pessoas homossexuais, o que não era uma possibilidade até então.

E qual é o principal problema que temos hoje no Brasil? Não temos qualquer legislação que trate sobre direitos da comunidade LGBT, ou seja, que abra os direitos já existentes. Os direitos ao casamento, à união estável, à adoção e à herança são existentes, por isso não se fala em criação de direito, apenas na abertura para que eles sejam aplicados a toda e qualquer pessoa independentemente da sua orientação sexual e da sua identidade de gênero.

Em questão de avanços legislativos, temos pouco ou nada. A última ação, em 2019, julgada pelo STF, foi motivada em grande parte pela ausência de resposta do Poder Legislativo. Há muito tempo esse sistema não coloca tais questões em pauta de forma correta.

No Brasil, o que temos são direitos que foram conquistados perante o Poder Judiciário, e algumas coisas concedidas perante o Poder Executivo, mas não há leis que assegurem esses direitos. Isso não quer dizer que eles não sejam garantidos, mas a qualquer momento pode vir a ter um novo entendimento que poderia prejudicar a população.

M^a de Fátima

Todas as pessoas são iguais perante a lei. Então, se a união estável ou o casamento reconhecido como hétero é aceito perante a lei, deveria também a união homo ser aceita da mesma forma?

Daniel

A lei no Brasil é criada para a sociedade heteronormativa. Temos pilares na sociedade, e a lei coloca a vida neles. Temos

como pilares a questão heteronormativa, a questão racial (branca) e a questão machista. Se analisarmos o porquê de não evoluirmos nos direitos em questões LGBT, é em virtude de termos a constituição de sociedade baseada nesses princípios, nessa qualificação.

Mônica

Falar de homofobia é fundamental. Desde o ano de 1981 a homossexualidade passou a ser encarada como uma orientação e não mais como “homossexualismo”. Como teríamos cura gay? De que doença estamos falando? De que espaço, escolha e prazer estamos falando?

Se as pessoas se amam, se querem estar juntas, é óbvio que vão construir um patrimônio, vão ter sonhos, expectativas, e nada mais correto do que o Judiciário ver isso como família.

No artigo 1.723 do Código Civil está o casamento entre cidadãos brasileiros, não está “entre um homem e uma mulher”, mas na Constituição Federal está “um homem e uma mulher”. Então tem alguma lei que garanta o casamento ou a união estável entre dois homens ou duas mulheres? Não há. Existem entendimentos jurisprudenciais, existem doutrinas, existem direitos humanos lutando por isso, mas a lei não mudou, e o que me parece mais triste: quando mudará? De que forma mudará?

Quando escolhemos os nossos líderes, escolhemos as nossas leis. Quando escolhemos alguém que taxa o que é certo e o que é errado, se não está dentro da nossa casa e não entende o que é amor, estamos nos deixando seduzir por um espaço que não vamos alcançar.

A questão que está mais em evidência hoje é a da adoção por mulheres lésbicas (ou não). Temos a possibilidade de que duas mulheres lésbicas fiquem juntas, casem, isso é uma coisa que não podemos negar, o casamento ainda é permitido, a adoção do nome é permitida, o registro dos filhos é permitido. Tem coisas que são permitidas ainda, mas não há lei. Mas duas mulheres não conseguiram registrar seus filhos. Teve uma decisão em agosto de 2020. Quem estava no poder? Não era a famosa tradicional família brasileira? Quem disse que isso não é uma família? Não vamos possibilitar que essas duas “sapatas” tenham seus filhos pois não podem ter gerado eles?

M^a de Fátima

Duas mulheres não podem, mas dois homens podem?

Mônica

Dois homens não podem gerar, eles ficam com a adoção e a barriga de aluguel, mas as mulheres podem gerar. Em 2016, o Conselho Nacional do Judiciário publicou um Provimento nº 52, que possibilitou que as mulheres fizessem inseminação caseira, e quando o bebê nascesse elas teriam que ir ao cartório registrar o bebê como delas. Em 2017, foi publicado o Provimento nº 63, que possibilitou o registro de filho gerado por inseminação caseira com base no cadastro de filhos nascidos vivos no hospital. Em 2020, não mais, só com inseminação artificial, e não existe mais a possibilidade. Como dois homens não têm como gerar, não há outra alternativa. Então a mulher que gerou o filho pega a sua declaração de nascido vivo do hospital e vai ao cartório registrá-lo como seu. Ela fica mãe solteira e a companheira vai fazer um processo, que pode iniciar antes, apontando a situação ou indicando adoção unilateral.

A grande questão é que é necessário facilitar. O Estado precisa facilitar isso. Não podemos fechar os olhos para as mulheres.

M^a de Fátima

É a barriga de aluguel no Brasil? Ela é permitida? É ilegal? Tanto para casais homoafetivos quanto para casais héteros?

Mônica

Precisa ter uma relação familiar para que isso aconteça.

Daniel

O nome de verdade é barriga solidária, e não pode ter proventos econômicos, como acontece em outros países.

É importante também dizer que quando tratamos de homem e mulher não podemos esquecer que existem os homens e as mulheres trans. Então um homem não pode gerar um filho, mas um homem trans pode ter essa possibilidade.

Mônica

É muito bacana acompanhar casos de famílias incomuns, porque é uma forma de amor e solidariedade familiar que precisamos mostrar. Não são as formas de amor, sangue, idade e família conhecidas e normalmente vistas, mas são as formas de amor de cada pessoa. Não é justo que a legislação diga se alguém tem o direito de viver assim ou não.

Daniel

Houve um movimento recente agora do CNJ relacionado a pessoas intersexo. Anteriormente, em primeiro lugar, havia uma espécie de castração médica, porque os pais eram chamados para designar o sexo da criança no nascimento desta. Visto que não podemos registrar uma criança sem dizer qual é o sexo, o médico precisa declarar que ela, ao nascer, é do o sexo feminino ou masculino. Mas hoje é possível registrar, nesses casos, a questão do sexo não identificado. Então, quando tiver idade suficiente e a questão definida por si mesma, a pessoa pode definir se quer ou não ser identificada por um gênero, o que traz a questão da não binariedade. Infelizmente, são conceitos aos quais a sociedade não está adaptada ainda. Existe muito a busca da binariedade. Tenho que estar sempre numa caixa, porque sou homem ou mulher, e isso causa essa dificuldade no autoentendimento.

Mônica

Há uma questão que sempre temos que levar em conta: estamos falando só de entendimentos jurisprudenciais, nada disso está na lei. Isso é muito importante, o reconhecimento de união estável não está na lei. É necessário que reivindicemos cada vez mais possibilidades de alteração da lei, pois vamos ficando cada vez mais à mercê do entendimento de julgadores. Se mudarem o STF hoje e colocarmos várias pessoas com um entendimento daquela família tradicional da sociedade, acabou. Eles caçam no dia seguinte. É importante que esteja claro, a lei não garante direitos, ela não está garantindo direitos à comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

Qual é a legislação dos direitos? São muito rasos, muito poucos, a maioria é entendimento jurisprudencial e pode ser mudado amanhã ou depois de amanhã. É necessário, sim, que a

população LGBTQIA+ se organize e faça, dentro das estruturas da câmara, com legisladores no Executivo, o seu papel. Porque será muito fácil a “caça aos veados”.

M^a de Fátima

Vemos que uma parte da população LGBTQIA+ sofre maior violência, como as pessoas trans. Vocês percebem que a nova geração de profissionais da área do Direito começa a ter um outro olhar, para que possamos esperar daqui para frente uma visão mais aberta?

Mônica

Acho que é uma mudança cultural e social. Estamos evoluindo. Quero acreditar em igualdade e acreditar que o Direito pode ser mais humano. Não sabemos o que nos espera.

Daniel

Vejo da seguinte forma: não é a idade que vai levar as pessoas a compreender; se você viver em um ambiente preconceituoso, no qual o preconceito se aprende, é desse lugar que ele vem. Preconceito não é nato, é resultado de um ambiente no qual as pessoas ao redor são preconceituosas, não compreendem e não fazem o mínimo esforço para deixar o outro viver em paz. A forma como se entende será diferente. Se isso não mudar em termos de sociedade, ou seja, se não pararmos de querer controlar a vida do indivíduo e nos preocuparmos com questões extraindividuais, não vamos ter uma evolução linear e continuaremos com esses picos.

Estamos vivendo um retrocesso que é visto a quilômetros de distância, e não só nós, no Brasil, mas pessoas em todo o mundo. Temos uma onda de autoritarismo, de retrocessos, de escolha de chefes de Estado de extrema ignorância que visa nada mais do que controlar a sociedade e extinguir o que é a diferença. Precisamos ter consciência de que o Estado não deve tutelar o indivíduo, o Estado não deve intervir na minha vida, o Estado não foi criado para isso. A questão não para na população LGBT. Olhem há quanto tempo estamos discutindo o aborto, uma pauta feminina que não é aprovada no Brasil porque o homem não engravida, se o homem engravidasse já teríamos aprovado.

Mônica

Até onde o Estado pode intervir no privado? Temos o aborto, a eutanásia e vários outros pontos deixados aqui para nos questionarmos.

M^a de Fátima

Um aspecto importante quando falamos de direitos é o nome social. O que é nome social? Quem pode adotar e quem precisa respeitar? Que importância ele tem e como podemos viabilizar?

Daniel

É preciso compreender duas coisas: o nome social ainda é utilizado, é o nome com o qual alguém, geralmente pessoas trans, se identifica e passa a usar. Então, até que não se tenha um registro formal, existe a possibilidade da utilização do nome social. Ele foi criado como “uma muleta” para que indivíduos pudessem ser respeitados de acordo com o nome com o qual se identificavam e que geralmente condizia com o que era visto, alguma expressão de gênero.

E foi criado porque por muito tempo houve dificuldades. Antes não era permitido, depois, por meio judicial, foi permitido fazer a troca do nome, a retificação, mas não do gênero, porque do gênero tinha a imposição da cirurgia de redesignação sexual, ou seja, precisava ter os genitais do gênero identificado. Eu precisava ter uma conformidade biológica para ter o gênero com o qual eu me identificava. Passado isso, tivemos uma evolução jurisprudencial que definiu que, independentemente de ter realizado cirurgia ou não, a pessoa pode entrar com uma ação judicial e pedir para o juiz retificar nome e gênero.

O nome social passou a ter um pouco menos importância hoje por causa da retificação, que é feita diretamente em cartório. No entanto, por que ainda é importante a sua existência? Porque cidadãos com menos de dezoito anos não podem fazer a retificação em cartório, eles não têm essa possibilidade, precisam ter a maioridade civil.

Para o ambiente escolar utilizar o nome social quando a pessoa tem menos de dezoito anos, ela precisa estar representada por um dos seus responsáveis, seja o pai ou a avó,

dependendo de como é a configuração familiar em cada caso. O pai ou responsável tem que autorizar a escola a utilizar esse nome social; caso contrário, não vai poder usar.

Em consequência disso, ocorre evasão escolar, porque a família não compreende, e não adianta ter leis se a minha família não consegue enxergar. A lei é um reflexo da sociedade. Não evoluímos porque a sociedade está ainda muito aquém da evolução.

O nome social deve ser respeitado no SUS, deve ser respeitado em instituições de ensino (já existe regulamentação do MEC para isso e do SUS também), deve ser respeitado por instituições particulares, mas nessas instituições geralmente há a necessidade da carteira social, que é como um RG normal, uma carteira de identidade solicitada junto ao Instituto Geral de Perícias, onde se faz a carteira de identidade. Isso está meio em desuso, porque os indivíduos com mais de dezoito anos podem fazer a retificação direto no cartório. É muito importante que as pessoas e as instituições se conscientizem da importância de respeitar o nome social, já que isso causa inúmeros traumas no indivíduo e faz com que ele não acesse o serviço de saúde e não tenha um desenvolvimento educacional normal. Ninguém ficaria em um ambiente social que machuque e não enxergue essa violência como problema.

É necessário que exista essa compreensão do que é uma pessoa transgênero para que isso não se traduza numa exclusão da vida social.

Mônica

Nós tivemos há pouco tempo uma discussão sobre tentativas de suicídio em Caxias do Sul dentro de um conselho e o número de casos está cada vez maior entre adolescentes, tem crescido muito. Considera-se que a questão da automutilação e do suicídio têm como um dos motivos percebidos a questão da orientação sexual, a dificuldade do entendimento dentro da estrutura familiar ou da escola, ou seja, por parte da entidade escolar ou dos colegas, de alguém querer ser chamado por um nome que não é o do registro. Isso é uma realidade apontada por especialistas. O nome social é mais do que um direito, é mais que qualquer coisa, é a vida.

Interação com o público

As pesquisas indicam que a violência doméstica foi agravada no contexto da pandemia de Covid-19. Resumidamente, podemos dizer que agressor e vítima têm que conviver no mesmo lugar por mais tempo, o que é um gatilho para a violência física se concretizar. Fico pensando o quanto esses dados e análises comprovam a normalização da violência no ambiente doméstico – isto é, só explodiu, aumentou, em função da pandemia. Podemos supor que outras formas de violência psicológica ou matrimonial são naturalizadas e normalizadas e que a denúncia somente se concretiza quando a violência física vem à tona. O que você acha disso?

Mônica

Sim, a violência doméstica aumentou numa base de 22% no Brasil, apesar de termos um registro menor. Diminuiu a procura imediata da medida protetiva e aumentou o boletim de ocorrência. A medida protetiva diminuiu, porque as mulheres vítimas de violência não teriam como se afastar do lar.

O que aumenta a violência é a desigualdade social. Sempre que tivemos aumento de desigualdade social, como tivemos no Brasil nos últimos anos (de 2018 para cá), a violência aumentou. O segredo para diminuir a violência doméstica ou social é diminuir a desigualdade social. O que gera a violência é uma pessoa achar que é maior e/ou melhor que outra.

Interação com o público

Você poderia nos ajudar a esclarecer qual é o papel ou, melhor dizendo, a responsabilidade do governo federal no processo de formulação e implementação de políticas públicas para os LGBTQIA+?

Daniel

A responsabilidade é enorme, considerando que políticas públicas são feitas pelo Executivo. Temos Três Poderes: o que gera as leis (Legislativo), o de executar medida (Executivo) e o para julgar (Judiciário). Quando não temos uma preocupação do órgão estatal, o Executivo, no caso, em resolver ou tomar medidas para a combater a violência contra a população LGBT, temos uma consequência bastante grave.

Até pouco tempo atrás tínhamos cuidados de Ministérios com a população LGBT, hoje não temos praticamente política pública nacional alguma que trate dessa pauta. A pauta LGBT é geral, não é uma que vai favorecer um grupo ou outro. A falta de políticas do governo federal, principalmente com essa população, gera a questão da invisibilidade, ou seja, eu não enxergo essas pessoas. Não preciso tratar delas, porque é uma questão menor, que não impacta na minha vida e não me diz respeito.

Temos uma falsa sensação de que não são indivíduos que estão sendo cuidados, mas uma questão de privilégios. O governo federal não fez nada além de divulgar informações totalmente contrárias à realidade. Ele não se preocupa em combater a violência que ali está, não se preocupa em fazer com que o Poder Legislativo trate dessas pessoas, pois o Poder Executivo também pode encaminhar projetos legislativos para esse fim.

No nosso país temos uma subnotificação desses casos de violência – por exemplo, vamos até as delegacias de polícia e, quando vemos os registros, muitas vezes eles não contemplam questões que podem fomentar dados oficiais. E, se não existem esses dados, não é necessária uma política pública, não é preciso gastar dinheiro com “questões menores”.

A falta de políticas públicas, em especial neste momento que vivemos, é flagrante, não há tipo algum de política. É só olharmos as mídias governamentais e veremos que não existe qualquer tipo de cuidado com a população LGBT.

Mônica

A política pública é feita por estatística, ou seja, necessita de números para implantar-se. Ao não denunciar um caso de homofobia ou transfobia, você está deixando de possibilitar que isso vire uma política pública. O Estado não vai fazer a sua parte até que isso não seja um problema público.

Interação com o público

Quais são as perspectivas futuras sobre os direitos LGBTQIA+ no governo atual¹³?

¹³ A questão se refere ao governo do presidente Jair Bolsonaro.

Mônica

Temos que acreditar em uma coisa chamada respeito e entender que a única possibilidade que temos é ter esperanças em quem a população vai escolher para nossos governantes, nossos representantes.

Não existe a “tradicional família brasileira”, que família é essa que mata os seus filhos diariamente?

Vamos olhar com atenção e respeitar. Outra questão: o que esperamos dos outros e o que está ao nosso lado? Vamos respeitar a diferença, vamos acolher. Temos que saber que todos estão aqui, no mesmo espaço que nós. Temos que ser respeitados, temos que ter nossos direitos acolhidos.

Se soubermos o que o respeito significa, poderemos andar para frente.

Daniel

Deixa a pessoa ser, deixa o diferente existir. Nós, enquanto sociedade, vivemos na diferença, e não existe igualdade, mesmo no público heteronormativo, não existe uma mulher igual a outra mulher nem um homem igual a outro homem. Não tem por que brigar com o diferente simplesmente por ele ser diferente das minhas convicções. As tuas convicções são tuas. E assim como tu tens o direito de pensar, escolher e fazer, eu também tenho o meu direito e devo ter esse direito respeitado.

O que precisamos aprender é conviver em sociedade. Temos ainda a possibilidade de viver numa sociedade melhor. Não podemos permitir que o que está sendo feito hoje permaneça, temos uma situação bastante preocupante, em que temos a total ausência de empatia por parte dos poderes constituídos. Precisamos resolver essas questões e simplesmente não atrapalhar.

Mônica

Os direitos são extensivos a todos cidadãos, então não tem sexo, não tem gênero, não tem escolha individual que dificulte a garantia de acessar seus direitos. Por favor, amar é bom! Vamos amar, amar é muito melhor do que odiar, e o mundo está cheio de ódio. Vamos amar mais, vamos respeitar mais.

M^a de Fátima

Acredito que a única coisa que nos torna iguais é sermos todos diferentes. Somos diferentes, de diferentes gerações, diferentes sexos, diferentes gêneros, diferentes competências e diferentes dificuldades. Somos diferentes e é isso que faz a beleza de uma sociedade. Um quebra-cabeça bonito não se faz de peças iguais. Não concordar é uma coisa, mas preciso respeitar, assim como o outro precisa me respeitar, isso é o básico. As pessoas têm diferentes concepções de amor e família, mas têm que ser respeitadas. Nenhuma situação de violência se justifica.

Quais são as instâncias ou os locais para onde posso ir? Para onde vou, quem devo procurar? A Delegacia da Mulher? A Unidade Básica de Saúde? Onde as pessoas podem buscar auxílio, informação, suporte, socorro?

Daniel

Para questões LGBT, não temos uma delegacia específica. Agora está se discutindo fazer um cartório dentro de uma delegacia, provavelmente a delegacia da mulher, para fins de resolver ou tratar a violência contra a população LGBT. Estamos tentando trazer esses órgãos policiais para essa questão da intolerância. No entanto, todos os ambientes públicos devem ser acessados, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e as delegacias de polícia. A sociedade não quer enxergar essas pessoas e isso gera uma falta de atenção e soluções para o atendimento da comunidade.

A ONG Construindo Igualdade é uma tentativa de acolhimento para essas pessoas, uma tentativa de dar o mínimo de orientação. Ela tem a sua abrangência e a sua eficácia controladas, porque depende de questões financeiras, mas busca sempre prestar orientações e trazer algum tipo de alento.

Vivemos com o preconceito institucional. Encontramos indivíduos conservadores e temos situações em que os juizes não conseguem compreender as situações e colocam esses direitos como direitos de segunda importância.

Não podemos deixar de conscientizar as pessoas e fazê-las ir atrás e buscar o atendimento que precisam. Elas vão encontrar portas fechadas, sim, mas só conseguimos uma

mudança quando incomodamos, quando mostramos que existimos e temos os nossos direitos.

Mensagem Final

[Daniel] Escutem mais e julguem menos. É isso.

[Mônica] Escute, escute o que o outro tem a dizer. Não é a sua vida, não diga o que é certo ou errado, apenas escute. Respeite a escolha e escute. Vamos ser mais amorosos e acreditar que existe justiça. Vamos construir igualdade.



Infância e adolescência LGBTQIA+: processos de aceitação

Infância e adolescência são fases do desenvolvimento humano permeadas por muitas transformações físicas, mentais, comportamentais e sociais que incluem aspectos relacionados a gênero e sexualidade.

No dia 03 de novembro de 2021¹⁴, Clenio Lopes¹⁵ e João Luís Almeida Weber¹⁶, psicólogos atuantes em projetos relacionados à temática LGBT, mediados pela servidora do IFRS Campus Caxias do Sul e também psicóloga Jocianne Giacomuzzi Pires¹⁷, foram os convidados a dialogar sobre gênero e sexualidade na infância e na adolescência.

Como se dá o desenvolvimento e a vivência de gênero e sexualidade? Como enfrentar o estranhamento, o preconceito e as diversas formas de violência nos diferentes espaços, incluindo aqueles nos quais crianças e adolescentes deveriam encontrar maior acolhimento? Essas foram algumas das questões que estiveram na pauta do encontro e você encontrará nas próximas páginas.

Boa leitura!

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u0la2zwoHdM&list=PLDm5-f8Qw4MOPjuFoElpJu9j9GFG-D6Q4&index=7&pp=iAQB>

¹⁵ Psicólogo, coordenador de projetos sociais, escritor e palestrante.

¹⁶ Psicólogo, professor, coordenador do projeto "Diversidade em Foco".

¹⁷ Servidora do IFRS Campus Caxias do Sul, psicóloga e mediadora do diálogo.

Jocianne

O pessoal elencou alguns pontos que talvez sejam importantes para a nossa conversa, e um deles é situar um pouco essa questão da infância e da adolescência trazendo o olhar da psicologia para o assunto e o modo como gênero e sexualidade se desenvolvem, e falando um pouco, também, dessa sociedade heteronormativa, a maneira como os processos de aceitação ocorrem e como vocês percebem isso pelas suas experiências.

Clenio

Nós sempre temos que pensar, historicamente falando, nessa necessidade de nos sentirmos pertencentes a algum grupo. Ao mesmo tempo que existe uma necessidade de fugir de um rótulo, buscamos algo para nos colocar em algum patamar, em um grupo de pertencimento. Viemos de um discurso em que, quando se é criança/adolescente, as pessoas brincam perguntando “e as namoradinhas?” para os meninos e “e os namoradinhos?” para as meninas. Desse jeito, normatiza-se um comportamento ou desejo sexual. Sendo assim, vemos que existe uma norma de comportamentos, ações e pensamentos e, quando se foge dessa norma, tem-se que colocar alguma nomenclatura. E por que existe essa necessidade? O importante é que o sujeito respeite o seu desejo e compreenda o que lhe faz sentido. Porém, quando você é um menino que gosta de outros meninos e recebe esse tipo de pergunta, se sente fora de um padrão, e isso causa um adoecimento mental. Precisamos perceber o quanto esse discurso, que se coloca como heteronormativo, gera angústias. Tanto é que durante muito tempo se aceitou só a heterossexualidade e se utilizava “homossexualismo” como doença, posto dentro do DSM como um desvio de conduta. Ou seja, esse adolescente cresce pensando que não é aceito naquele contexto e que ele é adoecido. E, assim, adoecemos o desejo. Até chegar nessa luta e nessa construção que hoje temos, tem todo esse conflito, tanto individual quanto social, de autoaceitação. Até mesmo a psicologia vem de uma lógica na qual se colocava a pessoa em uma norma.

João

Dando sequência e trazendo para a minha perspectiva de entendimento do sujeito, que é pautada nessa construção sócio-histórica e cultural da própria sociedade de desenvolvimento do ser humano, precisamos olhar tudo aquilo que é base na vida do desenvolvimento de uma criança. A família, a escola e as mídias. São esses três elementos com que uma criança vai ter mais contato no seu dia a dia. Essa questão de uma normatividade identitária, que alega que o sujeito deve ser/desejar/sentir de certo modo, é posta e reproduzida dentro dessas três grandes instituições, e muitas vezes a criança vai crescendo e assimilando aquilo que é jogado para ela como modo correto de ser e se desenvolver. No momento em que, já entrando na pré-adolescência, essa criança começa a perceber que não está presente dentro desses moldes, ela vê que não se adequa a essa caixinha e se vê em outra, naquela não correta, naquela que é colocada como a inferior ou errada, naquela que é patológica e que deve ser trabalhada. Tudo isso dá vazão a coisas absurdas, como os movimentos da cura gay¹⁸. Seguindo, essa criança vai se desenvolver por meio das relações que estabelece com os mais diferentes grupos dentro da família, da escola e das próprias mídias, e isso vai facilitando ou dificultando que ela tenha uma possibilidade de se aceitar e ser aceita.

Ambas as aceitações caminham juntas. Não se pode dizer que o sujeito vai conseguir aceitar sua situação se a sociedade inteira operar contra ele. Toda a nossa sociedade precisa ser ampla e sistêmica para compreender que só temos como proteger o desenvolvimento de uma criança/adolescente que não tenha sexualidade ou identidade de gênero normativa se trabalharmos de forma ampliada, se dermos suporte para essa criança, se modificarmos essas relações e práticas, como a própria representação que isso tem na mídia, e se, dentro das escolas, conseguirmos compreender e falar sobre a temática da sexualidade. Não é incitar as crianças a desempenhar sexualidade de qualquer forma, já que nem é possível transformar o desejo de alguém por meio da educação, mas fazer com que

¹⁸ Desde 1999, está em vigor a Resolução nº 001 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe terapias de reversão sexual (conversão de pessoas à heterossexualidade), considerando a sexualidade como forma de expressão da identidade e não um transtorno ou doença.

elas possam entender aquilo que sentem e compreender que não é errado.

Esse sujeito não vai ser “O Diferente”. Até porque, colocando esse diferente, incitamos que existe um jeito correto e um jeito errado. Ele vai se entender em um mundo de diferenças, em que todos somos diferentes uns dos outros e todos os jeitos de ser estão certos, sobretudo em respeito à sexualidade humana. E se esses caminhos andam de forma conjunta, se a criança tem suporte em casa e na escola, se ela entra em contato com espaço positivos, com certeza vai ter um desenvolvimento muito mais satisfatório. Agora, se uma das partes ou mais falham, isso irá trazer consequências difíceis para essa pessoa lidar. As próprias estatísticas acerca do risco de suicídio na população LGBT, principalmente falando dos jovens, é de três a cinco vezes maior do que na população que tem uma sexualidade normativa. E isso se dá por dois simples motivos: o preconceito e a violência da sociedade para com aquilo que foge da norma.

Jocianne

É importante pensar nessas estatísticas, não só em relação ao suicídio, mas também em relação à trajetória escolar e ao trabalho precarizado. E isso acaba se repetindo em vários âmbitos. Em alguns momentos pensamos que avançamos muito em relação a essas reflexões, mas, ao mesmo tempo, há movimentos muito fortes e autoritários que vêm para calar todos esses espaços abertos. Eu queria perguntar: como vocês veem esses avanços e essas permanências? Como têm percebido isso no curso dos pacientes ou em outros espaços em que circulam?

Clenio

Acredito que, historicamente, vimos de uma lógica que tenta normatizar até o seu desejo. Michel Foucault fala da história da sexualidade, numa das obras de uma trilogia em que conta um pouco desse recurso, afirmando que, até então, as relações homoafetivas (não existia esse termo na época) eram uma transição natural no processo de desenvolvimento. Quando pensamos nesse sofrimento psíquico, quando o sujeito rompe com os padrões, é justamente perceber isso, porque,

por exemplo, uma das questões que se traz é a da família: os pais, muitas vezes, não é que não aceitem o filho, mas a preocupação deles é com o que o filho vai enfrentar. Já crescemos escutando que isso é errado ou que vai trazer um prejuízo, ou que é feio ou pecado.

É importante compreender que, dentro da nossa história e da nossa cultura, sempre existiu esta visão: “o que foge da norma é errado”. Precisamos romper com esse padrão. E isso é difícil, é um processo, principalmente no sentido interno de respeitar o seu desejo, de poder colocar isso e verbalizar para pessoas próximas sem culpa/receio. O grande medo é: “como elas vão lidar com isso?”.

Tive a oportunidade de trabalhar na ONG Construindo Igualdade¹⁹ e vimos muito isso, quando se fala da evasão escolar. É muito comum as pessoas falarem “mas meu namorado é assim ou assim, será que ele é gay?”, e percebemos que reproduzimos, mesmo sem nos dar conta, o preconceito. Socialmente, precisamos buscar referências para isso.

Ao mesmo tempo, o Brasil tem um índice de assassinatos elevados na população LGBT, porque talvez essa violência seja um reflexo da própria dificuldade de aceitar a si mesmo. Quando pensamos na história da psicanálise e na questão da sexualidade, focamos muito o nosso desejo no objeto, mas não quer dizer que isso seja permanente. Hoje de manhã mesmo, uma paciente me disse que o importante é a relação com a pessoa, se ela está confortável, se sentindo bem e compreendida naquela relação, é isso que vale. Claro que isso tem a ver com o pertencimento, mas também com referências. Quais são as referências que temos? Nas próprias mídias sociais, a questão do gay e da lésbica sempre apareceu de modo estigmatizado. E isso é tão sutil e intrínseco que, muitas vezes, a pessoa acaba reproduzindo esse preconceito. É importante perceber as suti-

¹⁹ A ONG Construindo Igualdade é uma entidade sem fins lucrativos atuante no município de Caxias do Sul/RS desde 2003. Dirigida por Cléo Araújo, tem como missão combater qualquer tipo de discriminação e violação de direitos humanos em função de orientação sexual ou identidade de gênero, atuando para garantir o direito à cidadania plena e a livre expressão. A ONG também mantém uma Casa de Acolhimento que tem como finalidade primeira abrigar pessoas afastadas de suas famílias pelas questões de orientação sexual e de gênero.

lezas em que isso está, mas, principalmente, respeitar o próprio desejo e poder levar isso de uma forma mais natural possível.

Temos que debater justamente para trazer à tona essa questão da aceitação, de que cada um tem o seu percurso e a sua história. Temos que valorizar isso, e, quando temos esse espaço de debates, precisamos mostrar que está tudo bem e tudo certo se questionar, entender que estamos fugindo de um “padrão”. Mas o que é esse padrão? Por que temos que segui-lo? Será que existe mesmo um padrão? É importante questionar o que também reproduzimos, mesmo sem nos darmos conta. Cada um tem que se sentir respeitado, independentemente da sua escolha, da sua orientação, sem que isso seja um problema.

Jocianne

Quando, na escola, eventualmente os jovens entram na minha sala para falar sobre isso e ficam se questionando se devem falar com os pais sobre isso ou não, coloco-me no lugar deles e desses pais também, porque alguns pais já têm a minha idade e acabamos nos encontrando na parte geracional. Quando eu era adolescente, nem existia isso de pensar que existia algo além de ser hétero em relação às sexualidades. No máximo, ser hétero ou homossexual, era só isso que se pensava e se discutia com muito preconceito ainda. E aí entra a importância de termos esses espaços na mídia e essas discussões para podermos abrir um pouco esses conceitos e preconceitos, essas construções sociais que são muito, muito fortes.

João

Dialogando com o que o Clenio já trouxe e com a tua pergunta, sobre esse assunto dos avanços e retrocessos, são vários os elementos sobre os quais precisamos pensar para dar sequência ao nosso diálogo. Podemos retornar à história da sexualidade de Foucault, que traz justamente essa questão de como o desejo da sociedade vai sendo reprimido e imposto em determinados espaços pelas próprias estruturas de poder. Tem um porquê por trás disso, um porquê dessa hegemonia e hierarquização do certo e do errado, que é justamente a manutenção de um modelo de sociedade e de sujeito. E a partir disso podemos olhar para vários impasses que influenciam e tensionam para essa manutenção.

Podemos pensar no discurso religioso, que se aproxima desses pontos e de outros elementos da nossa sociedade que estão atrelados a isso, ou o próprio modo como manifestamos a nossa sexualidade e a nossa identidade de gênero, atrelada a questões como “menino veste azul e menina veste rosa”, entre outras. Temos o exemplo de direcionar as crianças a pensar que elas têm um jeito certo de ser, até em assuntos de profissões, em que são categorizadas dentro do masculino ou do feminino, ligando a masculinidade à violência, ao bruto, à força e ao domínio e a feminilidade à submissão e à fragilidade. Tanto é que, dentro dessas questões, quando uma pessoa se expressa de forma que, supostamente, não corresponde ao seu gênero construído, aprendemos a imaginar, quanto sociedade, que essa pessoa “deve ser homossexual ou ter uma outra identidade de gênero”. E entre esses outros elementos está, na cabeça de pais, familiares e até mesmo nas escolas, o pensamento de que “é só uma fase”. E, sim, talvez seja apenas uma fase, vivemos várias fases ao longo da nossa vida, mas não quer dizer que o que estejamos fazendo em determinada fase seja correto ou errado, nem que o fato de essa fase durar mais ou menos tempo faz com que ela seja mais ou menos válida.

Olhemos para a própria bissexualidade, vista como algo que não existe. Se está em relacionamento heteroaferivo, uma pessoa que se identifica como bissexual “superou essa fase”; se está em um relacionamento homoafetivo, ela se assumiu homossexual. A sociedade tem dificuldade em entender isso [a bissexualidade]. Vimos que houve muitos avanços.

A própria internet faz essa via de mão dupla: ao mesmo tempo que ajuda, ela também prejudica em um monte de fatores positivos e negativos ali presentes. Mas está havendo mais espaço para dialogar acerca dessas temáticas, o assunto entrou mais em voga, muitas pessoas que antes viviam solitárias puderam, por meio das comunidades virtuais, encontrar outras pessoas para dialogar e se sentir aceitas. Porém, esses avanços geraram certo medo numa ala da população que se vê ameaçada. Então, o indivíduo preconceituoso vai e utiliza algum recorte da história, ou da bíblia, e contextualiza tudo para, amparado por isso, dizer que algo está errado. Ser ou viver de um jeito diferente não é possível. E isso vai se reproduzindo.

Uma pessoa fala e uma multidão dá voz. Na internet, as coisas se espalham e ganham peso de forma muito rápida.

Percebemos, então, que existem certos segmentos da sociedade que recebem esse espaço e local de fala para poder destilar ódio/violência e até trazer uma ideia de que as crianças estão sendo vítimas, porque estão passando por essa suposta “homossexualização coletiva” que é promovida. Essas coisas não têm fundamento algum, mas isso não quer dizer que as pessoas não tenham uma crença forte em relação a elas. E tudo isso, na cabeça de uma criança/adolescente que está, de certa forma, se desenvolvendo e pensando acerca de questões que envolvem sua sexualidade/identidade de gênero, coloca-a numa situação de medo.

O Brasil é um país extremamente violento com cidadãos não normativos em espaços públicos, que correm risco de serem mortos, violentados e excluídos de diversos espaços da nossa sociedade. Logo, precisamos olhar principalmente para as pessoas trans ou não binárias. Espaços que deveriam ser de proteção para elas acabam jogando-as para fora. O próprio trabalho da ONG Construindo Igualdade e da Casa de Acolhimento LGBT, onde alguns alunos e alunas meus estão realizando estágio, vai tentar dar esse suporte que muitas pessoas não tiveram. E a psicologia precisa se importar com isso e bancar certas práticas inclusivas.

Dentro da área da psicologia, por exemplo, existe a psicologia organizacional nas empresas, na qual aprendemos, durante as aulas, que é preciso traçar o perfil do candidato ou olhar suas competências, mas na prática vemos que aquela pessoa tem o perfil ideal e todas as competências necessárias, porém não é normativa. Muitas vezes ela não é contratada e outra pessoa, normativa mas bem menos adequada segundo as competências para o trabalho, acaba sendo contratada em seu lugar. Não podemos nos calar em frente a essas situações. Precisamos justamente resgatar esse lado político da psicologia, resgatar esse espaço de diálogo frente a todos os âmbitos da sociedade, para que consigamos modificar as coisas.

Jocianne

Vamos pensar em um jovem que está nesse processo de se compreender e começa a sentir essa necessidade de falar com os pais sobre se assumir, “sair do armário”. O que poderíamos dizer para esse jovem para que ele retome esse processo de maneira mais fácil? Se é que existe uma fórmula...

Clenio

Como falamos da questão de normatizar... Normalizar ou colocar no padrão é entender isso da forma mais simples possível. Embora seja algo complexo, que envolve a questão da cultura, da família, do que se espera e das expectativas dos pais, é poder compreender que nós, enquanto sujeitos, temos a nossa autonomia de decisão, de escolha e de olhar para si, de saber que cada um tem seu tempo e seu espaço, que não existe uma regra.

Primeiro você vai olhar para si, respeitar o seu desejo, compreender que faz parte da vida ter algumas dúvidas, mas que é preciso se sentir à vontade para se expor e se expressar dessa forma. A partir do momento que nos omitimos e nos escondemos, isso vai gerar um sofrimento psíquico. Mas, quando encontramos um grupo de apoio ou um lugar de pertencimento, vamos nos colocando em um lugar de perceber que está tudo bem ser assim.

Acredito que nós, enquanto seres humanos na sociedade ou pela cultura, sempre temos que colocar as coisas como certo ou errado. Temos que entender a polaridade de tudo, de que tem coisas que podem dar certo, que funcionam na nossa vida, e outras que não vão ser tão maravilhosamente perfeitas. Mas temos que ter a coragem de enfrentar esses medos internos de autoaceitação, de autoamor, de autovalorização, e buscar, por meio do autoconhecimento, nos permitir e respeitar o próprio desejo, entender isso como natural. Muitas vezes, o que nos coloca em sofrimento é comparar. “Tenho que seguir o que meu pai ou minha mãe deseja, tenho que fazer o que querem que eu faça”. E aí entra o conflito. Mas se temos esse espaço de diálogo e fala para as pessoas, surgem frases como: “não se sinta na obrigação de seguir uma norma”, “respeite o tempo de

cada um”, “busque por orientação”, “não se sinta sozinho nessa trajetória”.

Como o João colocou, na questão organizacional, temos que nos enquadrar dentro de um perfil, mas precisamos entender que cada um tem suas habilidades e suas potencialidades, e respeitar isso é importante. Em relação à sexualidade, é uma coisa íntima, de cada um. Quando você está buscando por uma posição no mercado de trabalho, é necessário se permitir e se sentir pertencente àquele lugar, independentemente da sua orientação. Porque, como você falou antes, Jocianne, quanto à questão da evasão escolar, quando tive a oportunidade de trabalhar nessa ONG, a própria coordenadora disse que ela saiu da escola justamente pelo preconceito que sofria, ou seja, acabou sabotando a si mesma. Todos nós somos capazes de alcançar lugares e posições de poder, independentemente da nossa orientação sexual. Sabemos que existem problemas, familiares e comentários, mas temos que criar uma distância segura disso tudo.

Jocianne

Eu ia pedir para o João complementar levando em conta que essa família não é aberta ao diálogo, porque sabemos que existem famílias conservadoras em relação a isso. O que você diria para esse jovem que está nesse processo?

João

Creio que depende de cada família, existem as que são mais abertas e as que são mais fechadas, que já demonstram isso em vários momentos. A própria questão de que, muitas vezes, a família começa a discutir isso antes de a pessoa trazer o assunto, a questionar a sexualidade dela anteriormente, confabulando ou trazendo hipóteses. Mas acho bem importante frisar que cada um tem o seu tempo, e não há tempo correto.

O mais importante é que tenhamos segurança para trazer uma informação, que pode ser recebida com violência, e essa violência pode se dar de várias formas. Existe uma violência direta, física, e uma violência verbal, de exclusão, de deixar o sujeito de lado ou tratá-lo de forma diferente, entre outros elementos.

Acho que um ponto muito importante é ter uma rede de amparo, uma ou várias pessoas com as quais esse jovem se sinta seguro antes, para poder saber que ele não vai estar sozinho, caso essa informação seja recebida de forma violenta pela família. Às vezes são pessoas próximas, dentro do contexto escolar, são amigos, até mesmo de internet, às vezes um membro da família que tenha uma mente mais aberta. Pego até como exemplo a minha época coordenando um grupo, no qual tinham participantes com ansiedade social. Tinha um homem, participante do grupo, que estava com quase 30 anos e morava numa cidade longe dos pais dele. Ele era homossexual e nunca tinha contado isso para os pais, e queria muito contar, mas sabia que não ia ser bem recebido. Com isso, dentro daquele próprio grupo, servimos de rede de apoio e até ensaiamos a situação fazendo com que ele se fortalecesse frente a outros espaços para conseguir fazer com que esse momento, caso ele chegasse, fosse o melhor possível.

Em relação a essas questões também, não podemos deixar que o desejo e a vontade dos pais venham a silenciar a vontade desse sujeito, não apenas no sentido de falar sobre isso com eles, mas de poder se expressar. Alguém dentro de uma família mais tradicional, por ter medo, fica retraído e se culpa em relação aos seus desejos, ou até mesmo busca silenciá-los. É muito importante fazermos uma aliança de proteção, independentemente de estarmos envolvidos diretamente com essa pessoa, independentemente da nossa orientação sexual, para que também possamos servir de apoio e não deixar com que ela seja violentada. E daí temos algumas possibilidades de mudança a longo prazo. Esses são alguns pontos que acho interessante pensarmos.

Jocianne

Sempre pensamos que o público são os jovens, mas também estamos falando com os pais. Que conselhos vocês dariam para esses pais, que estão do outro lado, acolhendo e tentando entender esses jovens? O que poderíamos dizer para eles?

Clenio

Como em qualquer relação humana, a questão do diálogo, de poder expor isso. Muitos de nós vêm de uma cultura de falas preconceituosas, então acabamos tendo uma carga até para a questão da pressão social para seguir um padrão. Por isso é importante o diálogo, a compreensão, expor seus sentimentos, poder falar isso, porque o que calamos se manifesta de outras formas, pela agressividade, pelo uso abusivo de substâncias ou qualquer outro processo autodestrutivo, e, muitas vezes, vêm de maneira mental, por pensamentos, por acharmos que não estamos suprimindo as expectativas dos outros. Isso ocorre desde quando os pais recebem a notícia de que vão ser pais, pois já criam uma expectativa desde a escolha do nome do filho, e, quando essa expectativa se rompe, é necessário que se fale e se expresse, criando um ambiente de diálogo. Porque sempre viemos de uma cultura de lógica punitiva. Por exemplo, se a pessoa está na escola e faz tudo certinho, ninguém fala nada, mas se fizer uma coisa errada, todos apontam o dedo.

Como o João disse, precisamos de uma rede de apoio, e conseguir fazer isso dentro de casa vai melhorar a autoestima, seja da criança ou do adolescente. Assim, o indivíduo vai poder se expressar livremente, sem medo, sem culpa, sem receio, sem achar que é um pecador. Se os pais conseguem possibilitar que o filho tenha um espaço de segurança e aceitação, essa criança ou adolescente vai enfrentar as demandas da sociedade de uma forma muito mais segura, porque vai estar internamente trabalhando a sua autoestima. Mas isso começa nesse pequeno universo em casa, com família, com os cuidadores. É importante trazer esse assunto em pauta de uma forma natural, mostrar que está do lado da pessoa e dizer que a entende. E compreendo que muitas dessas dificuldades que os pais têm de aceitação vêm justamente no medo do que os filhos vão enfrentar, mas esse é um processo de dialogar, de trazer esse assunto de uma forma natural e tranquila, e, se tem dúvidas, buscar apoio. Hoje em dia temos vários recursos para isso.

Uma das questões que percebi que está na pauta é a questão do apoio psicológico. Nas universidades existem as assessorias psíquicas, existem outros grupos de apoio que

podem amparar, tanto os familiares como a pessoa que busca se aceitar. Sabemos que há uma casa de acolhimento construída pela ONG Construindo Igualdade, que acolhe essa demanda, que dá um suporte, que atualmente estão fazendo preparação para o ENEM para mostrar que é possível as pessoas LGBTQIA+ irem em busca dos seus sonhos, independentemente da orientação sexual. E, criando esse espaço de escuta dentro de casa, possibilitando que esse adolescente ou criança tenha esse espaço, vamos internamente criando uma segurança, fazendo com que ela enfrente o mundo de uma forma mais segura. Não quer dizer que ela não vá sofrer, mas que vai entender esse sofrimento de uma forma mais saudável.

João

Complementando, o diálogo é a chave para muitos caminhos. E esse diálogo é de todos nós, não apenas de um profissional que vai estar em contato com esses pais, mas até mesmo da mídia, que traz esse tema de uma forma mais natural, que traz frases presentes no cotidiano, não trata isso como algo extraterrestre e faz com que esse tema circule. A partir disso, as próprias pessoas vão começar a olhar, se questionar e buscar entender um pouco mais como isso acontece.

Também, como recado para os pais, poderíamos trazer a importância do respeito, acima de tudo. Muitas vezes esse preconceito é fruto de uma ignorância frente ao tema, dos pais que não sabem do que se trata exatamente ou têm aquela ideia estigmatizada e nunca buscaram olhar para além disso. É claro que, neste diálogo, estou falando em um nível um tanto ideal, pois há famílias em que não existe essa conversa ou ela não é tão simples assim de ocorrer. Porém, é uma tentativa muito importante, que deve ocorrer por várias vias, vários espaços.

E se a família continuar recorrentemente trazendo violência e essa posição negativa, precisamos dar apoio e suporte para que esse sujeito entenda que família não é apenas a quem tem laço sanguíneo, família são as pessoas que exercitam a função de acolhimento, de apoio, de amparo, de cuidado. Também podemos mostrar que, às vezes, é preciso ressignificar esses laços, mudar o tipo de contato que se tem com essas pessoas. Muitas vezes, o jovem para de falar com algum familiar e se sente culpado por isso, quando, na verdade, a culpa não é dele.

Ninguém precisa ser obrigado a ficar dentro de um ambiente violento sem que haja uma possibilidade de mudança. Devemos buscar essa mudança, mas também entender que, infelizmente, no mundo atual, algumas coisas vão ser mais difíceis de se lidar. Porém, temos que pensar no menor dano possível frente a essa situação, fazendo com que essa pessoa se sinta protegida de um jeito ou de outro.

Jocianne

Sobre psicoterapia, é importante que a pessoa busque um profissional. Esse é um assunto tão delicado que, mesmo dentro da nossa profissão, ainda vamos ver pessoas querendo impor visões religiosas, misturando muitas questões pessoais com a situação. E hoje existem vários locais que, inclusive, oferecem atendimento gratuito ou a baixo custo. Sei que o Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG) tem esse espaço, as UBSs encaminham para a Universidade de Caxias do Sul (UCS), e há outras faculdades novas, como a Anhanguera, o Centro Universitário Ideau, a Ftec. Temos várias possibilidades de buscar por esse atendimento com estagiários e supervisão para que esse processo seja adequado. Querem complementar mais algo nesse sentido?

Clenio

Acredito que existem possibilidades como esses espaços acadêmicos que amparam e dão esse suporte psíquico, tanto com o familiar quanto com a pessoa que se sente em uma situação de sofrimento. Isso é se sentir amparado, saber que existem lugares de apoio. Como citei antes, agora existe uma casa de acolhimento LGBT em Caxias do Sul, por meio da ONG Construindo Igualdade, há os serviços nas universidades e o Centro de Valorização da Vida (CVV), para o qual as pessoas podem ligar e colocar para fora suas angústias pelo número 188.

Saibam que nenhum de vocês está sozinho, que é possível buscar apoio e se sentir pertencente a um espaço, assim como dizem que “todo mundo tem um lugar ao sol”, todo mundo tem seu lugar de pertencimento. E, principalmente, entendam a importância de valorizar sempre a vida. E como tu disse, existem profissionais que reproduzem alguns discursos, mas eles

mesmos precisam reconhecer a importância de se atualizar e de buscar apoio. Devemos entender que a sexualidade faz parte do ser humano, e ela não vai seguir uma norma ou uma regra, se sentir bem e confortável com isso é o que importa. Por mais que às vezes seja doloroso outras pessoas aceitarem, é você se permitir isso.

Como o João trouxe a questão da cura gay, isso não é um adoecimento, é a natureza humana. É você se permitir ser e estar neste momento, neste tempo, neste espaço, neste contexto e buscar seu lugar de fala e de respeito de uma forma muito simples. Não precisamos travar uma guerra em relação a isso. Vamos enfrentar qualquer tipo de obstáculo ou dificuldade assim como qualquer pessoa enfrenta.

João

Buscando justamente esses lugares que fazem bem ao sujeito. Costumo dizer que não é porque uma pessoa tem um diploma que ela é um bom profissional. Infelizmente, há muita gente dentro da própria psicologia que faz mais um desserviço à sociedade, e tem muitas outras pessoas que são bons profissionais, que vão estudar, vão compreender todos esses elementos da subjetividade humana e vão poder dar esse suporte adequado.

É muito importante reconhecemos e mapearmos lugares em que podemos buscar algum tipo de auxílio, conforme as nossas condições também socioeconômicas. E, além dos exemplos que vocês citaram anteriormente, existem algumas instituições que oferecem algum tipo de atendimento de cunho social, no qual o custo é mais baixo. Teve um psicólogo muito importante que faleceu recentemente, o João Nery²⁰, que inclusive perdeu o título de profissional pelo conselho por conta da sua identidade de gênero, por querer utilizar o nome social. Ele tinha vários grupos, tanto virtuais quanto presenciais, de acolhimento para essas pessoas trans em geral que, por algum

²⁰ João Nery foi o primeiro homem transexual não intersexo a passar por cirurgia de redesignação no Brasil, em 1977. Nessa época, a cirurgia de redesignação sexual era proibida em nosso país. A transexualidade, sob o termo de “transtorno de identidade de gênero”, estava na lista da Organização Mundial da Saúde (OMS), considerada doença ou distúrbio mental. Entretanto, desde 2018 a OMS retirou a transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais, e, no Brasil, a cirurgia pode ser feita pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

motivo, eram violentadas e precisavam desse suporte. É importante que esse sujeito entenda que não está sozinho, que, se a família falhar nesse acolhimento, ele pode buscá-lo em outros lugares de apoio.

Jocianne

Eu também gostaria de mencionar que, no IFRS, temos o setor da Assistência Estudantil. Não fazemos o acompanhamento de psicoterapia, mas fazemos escutas e orientações, é um espaço onde vocês são bem-vindos se necessitarem de acolhimento. Podemos fechar o assunto falando um pouco do papel da escola, enquanto espaço de aprendizagem, não apenas de matemática ou português, mas também de diversidade, esse respeito, essas relações.

Clenio

Acredito que é fundamental, porque não é apenas colocar esse assunto “sexualidade”, mas também capacitar os profissionais, os professores, para que esse diálogo entre na sua rotina escolar. Tive oportunidade de trabalhar com um projeto de diálogo com professores sobre essa questão e percebi certa resistência deles em relação a isso. Não entrando em uma lógica de julgamento, mas muitas vezes os próprios professores citavam nomenclaturas pejorativas em relação a crianças e adolescentes homossexuais e transexuais. Daqui a pouco, os próprios profissionais, em qualquer área, deveriam se permitir dialogar sobre isso e entender que, independentemente da sua orientação sexual, das suas crenças religiosas, políticas ou de qualquer outra questão, quando você exerce um papel diante de uma sala de aula de uma escola, você é um profissional.

Quando falamos em neutralidade, não é se eximir das suas escolhas pessoais, mas quando tu assumes um papel social, como é o do professor ou psicólogo, é preciso entender que, independentemente das nossas crenças pessoais, estamos diante de um sujeito. Precisamos ajudar sem julgar. A nossa grande questão, enquanto seres humanos, é poder trabalhar internamente, não julgando o outro. Quanto menos julgamos o outro, melhor compreendemos nós mesmos. E, falando da psicologia, manter a neutralidade não é ser passivo diante das questões sociais, políticas e religiosas, mas entender que você

tem um papel social de orientar, de mostrar outras visões sobre as situações para o indivíduo poder fazer as suas escolhas de forma consciente. O professor também tem que buscar se permitir, porque ele tem uma função importante em relação ao aluno, e, acima de tudo, respeitar que existem outras opiniões, existem outras formas de ser e outras formas de estar. É necessário termos diálogos sobre temas como esse em qualquer espaço.

João

Eu também já trabalhei em muitas escolas e faço parte do Grupo de Educação do Conselho de Psicologia. Temos uma notícia positiva em Caxias do Sul, de que vai se buscar ampliar, dentro das escolas públicas, a inserção dos profissionais de psicologia. A escola tem um papel importantíssimo no desenvolvimento do sujeito, e ela precisa amparar aqueles que foram violentados, porque, muitas vezes, é o único local de suporte para crianças e adolescentes. Precisa-se ir muito além dos conteúdos e das matérias que caem no vestibular, é preciso possibilitar o desenvolver enquanto humano, no aprendizado sobre relações saudáveis e positivas com seus pais e familiares. Na própria questão da pandemia, quando a escola e as aulas ficaram on-line, ou até mesmo o ensino técnico ou universitário, perdemos muito esse espaço de socialização, de troca, de construção coletiva, de aproximação, que é fundamental para que os sujeitos possam trilhar outras trajetórias.

É importante que professores, equipe diretiva, profissionais da psicologia inseridos nas escolas e estagiários não omitam situações de violência ou abafem situações de preconceito. Até porque os jovens vão ter curiosidade, e sabemos que bullying é um fenômeno presente dentro desses espaços. As crianças podem ser muito violentas umas com as outras, por esse ser um espaço em que todos querem se destacar e encontrar seu grupo. No momento em que a escola é um ambiente saudável e de respeito à diversidade, as crianças conseguem se desenvolver de uma forma muito mais saudável e, consequentemente, podem enfrentar os desafios que têm em casa. Se encararmos de frente essas problemáticas difíceis de serem ditas na escola e falarmos de um jeito coerente, não taxativo, não querendo impor algo para os alunos, mas sim por meio de

um diálogo, podemos envolver toda a comunidade escolar e construir “um mundo melhor” para esses jovens, promovendo um olhar diferente daquilo que vimos historicamente dentro da nossa sociedade.

Interação com o público

A partir de suas experiências profissionais, o que vocês consideram urgente mudar na sociedade para que o processo de aceitação de crianças, adolescentes e famílias possa ser menos doloroso e violento?

Clenio

Às vezes parece um discurso utópico, mas é importante essa questão do diálogo. O fato de estarmos aqui podendo discutir sobre isso é algo que não era possível tempos atrás. Poder se permitir ocupar esses espaços de fala, promover rodas de conversa, trazer o assunto da forma mais natural possível, porque também estigmatizamos e carregamos como um peso essa questão. Quando tentamos trabalhar da forma mais sutil possível, podemos trazer isso à tona, trazer luz a essa problemática. Existem várias possibilidades de diálogo, e precisamos desconstruir uma série de coisas que carregamos no discurso para poder assumir esse processo, assumir uma visão mais altruísta, mais amorosa, mais compreensiva de aceitação do outro. Aí sim vamos construir uma sociedade capaz de valorizar o outro, valorizar a vida, não julgar os comportamentos e não punir o outro pelo nosso desejo.

João

Seguindo com a pergunta, coloco meu projeto de extensão à disposição, que visa dialogar, nesses espaços como escolas e outras instituições, com alunos e professores acerca dessas temáticas, é o projeto “Diversidade em Foco”. Enquanto questões urgentes, para além do diálogo, acho importante que nos envolvamos com os temas, que possamos falar sobre eles nos mais diversos espaços, nos posicionando e defendendo essas coisas, que tomemos cuidado com as nossas decisões e ações. Temos várias vias de participar ativamente da sociedade, tanto por meio dos movimentos sociais em defesa da população LGBT quanto na própria questão do cuidado com quem e para o que votamos, entre outros elementos importantes que são vias

de enfrentamento. Precisamos promover o diálogo micropoliticamente e pensar macropoliticamente.

Interação com o público

Com qual idade descobrimos a nossa orientação sexual? Será que uma criança de 9 anos tem idade suficiente para saber qual é a sua preferência?

Clenio

Acho que é uma questão muito individual e íntima e que desde que nascemos vamos demonstrando nossos interesses. A própria pergunta deixa a entender que precisamos criar uma receita, um parâmetro para isso acontecer. A partir do momento que tu tens um espaço que te possibilita a falar sobre isso e entender que, independentemente das tuas escolhas, tu vais ser aceito, isso não depende da idade. Acho muito difícil colocar esse parâmetro de “com que idade se identifica”, porque a questão da sexualidade transita a nossa vida toda. Não sei se existe uma resposta tão normativa para isso, mas acredito que, a partir do momento que tu tens espaço em que pode te expressar e ser aceito, tu vais se identificando, se aceitando e se expressando, compreendendo qual o teu desejo. Depende dos fatores sociais, da família, da escola.

João

Eu concordo. Não tem essa receita para chegarmos a uma resposta frente a isso. O próprio desejo está circunscrito dentro do espaço social. No momento em que vai se desenvolvendo e entrando em contato com outras coisas, o sujeito vai se conhecendo melhor. Até ao falarmos de sexualidade precisamos olhar para além dessa lógica binária e compreender que ela está dentro de um fluxo, de um processo. E o sujeito não precisa chegar a uma resposta definitiva. No momento em que tornamos isso algo normal dentro da nossa sociedade, não precisaremos mais questionar. Esse jovem vai apenas vivenciar e sentir. As pessoas vivenciam experiências e vão descobrindo sua própria verdade conforme vão se desenvolvendo. Esse desejo de resposta parte, muito mais, de uma sociedade que tenta encaixar o sujeito dentro do espaço. Permitir que as coisas sejam mais livres é muito importante.



A saúde da comunidade LGBTQ+: cuidado e acesso

Viver bem envolve ter saúde.

O diálogo realizado em 25 de novembro de 2021²¹ abordou o tema da saúde da população LGBTQ+, que requer políticas públicas para acolhimento, atenção e atendimento em suas especificidades.

As convidadas Grasiela Cemin Gabriel²² e Helen Dalla Santa Prux²³, que atuam junto à Secretaria da Saúde de Caxias do Sul/RS, no Serviço Municipal de Infectologia trouxeram importantes informações e orientações, dialogando sobre esse relevante tema. Acesso para prevenção e atendimento, saúde integral, doação de sangue e hormonização são alguns dos aspectos abordados no encontro, cuja mediação foi realizada pela nutricionista Maria Antônia Pezzi²⁴, também bolsista do programa “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+”.

Boa leitura!

²¹ Disponível em: https://youtu.be/OV_Zgv_uNwY?list=PLDm5-f8Qw4M-OPjuFoElpJu9j9GFG-D6Q4

²² Enfermeira, coordenadora do Serviço Municipal de Infectologia da Secretaria da Saúde do Município de Caxias do Sul/RS.

²³ Psicóloga do Serviço Municipal de Infectologia da Secretaria da Saúde do município de Caxias do Sul/RS.

²⁴ Nutricionista, bolsista do programa “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” em 2021 e mediadora do diálogo.

Grasiela e Helen

Temos, no município de Caxias do Sul, um serviço que, pela falta de outro espaço, ou por preconceito, discriminação e estigma encontrados em algumas unidades de atenção básica, a população LGBTQIA+ ainda acessa pela questão das doenças. Não temos um núcleo de política de saúde específico para essa população no município, apenas o serviço que atende e tem algumas estratégias que dão abertura para que a comunidade possa acessar de alguma forma, serviços tanto de tratamento de doenças quanto de prevenção.

Hoje contamos, na infectologia, com o centro de testagem e aconselhamento, um serviço “portas abertas” em que as pessoas podem fazer os testes de HIV, sífilis, hepatite B e hepatite C, com a parte do aconselhamento, que seria o momento de poder orientar, tirar dúvidas e ofertar possibilidades de prevenção como a profilaxia, que evita especificamente a infecção do HIV. Temos um vínculo com a população LGBT, e percebemos que talvez eles nos procurem por não terem referência de um núcleo específico para eles, e porque conseguimos ter um olhar mais sensível, deixando de lado a questão de discriminação e estereótipos. Conseguimos ter um vínculo com eles e fazer um trabalho bem interessante de maneira geral, abordando mais as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), mas, sempre que possível, encaminhando para outros serviços de saúde, quando há necessidade e demanda.

Historicamente falando, toda essa população tem especificidades que devem ser levadas em consideração e, muitas vezes, os programas de saúde são para determinadas populações. Por exemplo, o homem trans, qual a dificuldade dessa pessoa acessar uma unidade básica para fazer os exames preventivos? É esse olhar que temos que tentar construir e fortalecer para que a população saiba que tem direitos e tem que ter acesso à saúde.

No serviço de infectologia, além de atender parte de doenças contagiosas, temos o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), setor que acolhe a questão das profissionais do sexo, mulheres e homens trans, entre outros; o

programa de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)²⁵; a entrega de preservativos; as testagens e os autotestes. Então, muitas vezes, acessamos os indivíduos, principalmente pensando os da comunidade LGBT, quando vêm ao serviço por essas circunstâncias, e conseguimos nos aproximar, e isso é uma questão de empatia. Falar é fácil, mas, na prática, as pessoas têm muito preconceito e isso acaba prejudicando o acolhimento. No ano de 2018, fizemos um evento Zero Discriminação para trazer um pouco dessa experiência de saúde da população às redes de serviços como um todo, mas claro que o investimento de educação em saúde tem que ser permanente, levando essa pauta não só para o serviço de infectologia, mas também para a saúde em questões mais básicas, para a educação, para os ambientes de trabalho, etc.

Maria Antônia

Seguindo esse raciocínio, em 2011 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, que tem o objetivo de tornar o ambiente de saúde, principalmente público, mais acolhedor e menos preconceituoso. Como vocês enxergam essa política na prática? Foi “esquecida na gaveta” ou realmente se busca essa melhora?

Grasiela e Helen

Percebemos que existe um movimento na busca de que isso aconteça, mas ainda não funciona como deveria e como está na teoria. No nosso serviço, temos uma equipe bastante engajada que “veste a camisa” no sentido de trabalhar pela causa. Eventualmente surgem profissionais interessados que trabalham na rede, nos pedem ajuda e são parceiros, mas ainda percebemos uma resistência bem impactante. Aqui em Caxias do Sul temos essa questão cultural muito forte de pessoas conservadoras, muito apegadas aos rótulos, a “o que é ser homem e o que é ser mulher”, e muitas vezes a pessoa não consegue se desvencilhar dessa ideia e a leva para o serviço. Às vezes percebemos e escutamos dos usuários e das

²⁵ A Profilaxia Pré-Exposição de risco à infecção pelo HIV (PrEP) consiste no uso preventivo de medicamentos antirretrovirais antes da exposição sexual ao vírus para reduzir a probabilidade de infecção pelo HIV. O objetivo da PrEP é prevenir a infecção pelo HIV e promover uma vida sexual mais saudável.

usuárias que existem, sim, algumas dificuldades, começando pelo nome social, pois muitos deles ainda não o utilizam. No serviço, prezamos muito pelo respeito. Entendemos que talvez seja por isso que eles se vinculam conosco, pois os escutam. Eles trazem a discriminação, trazem muito essa questão de não terem sempre essa situação respeitada.

Pensando na política, que deve ser integral, não temos ainda um núcleo específico de política de saúde para a população LGBT no município, e acreditamos que são conquistas e desafios para serem pensados. Há o nosso serviço de infectologia, da Secretaria de Saúde, que consegue ter essa equipe coesa e tentar fazer um pouco além do que é possível nessas circunstâncias, mas esbarramos em situações de não conseguir fazer encaminhamentos para outros espaços ou serviços, então temos muitas negociações, muitos movimentos com o CAPS²⁶, que tem um olhar muito próximo do nosso (uma maneira de trabalhar, um consultório de rua). Temos serviços dos quais estamos nos aproximando. O próprio movimento de vocês, pensando de ter esse programa de extensão (o que achamos muito importante), pensando que são estratégias para podermos tentar construir e efetivar essa política, porque sabemos: hoje tudo é na base da negociação. São desafios que diariamente encontramos, principalmente no que diz respeito à população trans, que é mais itinerante, pois sabemos que, na grande maioria das vezes, as mulheres trans não têm acesso ao mercado de trabalho formal, muitas estão em situação de prostituição e não conseguem ficar fixas em um município. Conseguimos articular para fazer os cartões SUS Provisórios, de modo que podemos prestar o atendimento nem que seja pelo tempo em que essas pessoas estão em Caxias do Sul. Então, enquanto elas estão no nosso município, conseguimos acolher e fazer esse cuidado em saúde, mas sempre tentando articular com os outros serviços. É emergente a situação em que essa população vive, procurando cuidados em saúde, e ela tem que, de alguma maneira, se apropriar também do conhecimento.

Maria Antônia

O Hemocentro aqui na cidade passou a aceitar a doação de sangue de homossexuais só em julho do ano de 2020. Como

²⁶ Centro de Atenção Psicossocial.

é essa questão da doação de sangue? Claramente não tem mais esse tabu ou continua ainda com esse “porém”?

Grasiela e Helen

Existe uma lei, em função daquela ideia bem distorcida de que essa população seria um risco maior para HIV e que a aids era a “peste gay”, que estabeleceu essa regra na época, mas o tempo passou e hoje sabemos que não existe mais população ou grupo de risco, mas sim comportamento de risco, de modo que qualquer um pode ser infectado com vírus, independentemente de orientação sexual. Algumas vezes ouvimos de pessoas que fazem parte da população LGBT e tinham ido tentar doar sangue, mas, quando falavam sua orientação sexual, eram barradas. Ouvimos, inclusive, que alguns indivíduos precisavam mentir sobre sua orientação sexual para poder fazer a doação. Isso não aconteceu mais. Quando se ia doar sangue perguntavam se éramos casados e pediam orientação sexual, hoje não estão mais fazendo essas perguntas, essa parte está funcionando bem na prática. Houve aqui em Caxias, inclusive, uma movimentação de um grupo que estava representando a população LGBT, quando estava saindo essa nova lei, para derrubar a regra antiga.

No caso da prevenção das ISTs, fala-se bastante do HIV como se fosse a única infecção. Inclusive nos relacionamentos entre mulheres essa questão da prevenção é muito negligenciada, porque acham que o contágio ocorre apenas por penetração, esquecendo que em qualquer relação sexual existe mucosa, existe pele. Além disso, também tem sífilis, hepatite B, HPV, entre outras. Muitas vezes, no próprio ambiente de saúde, em vista de o/a paciente informar que não vive um relacionamento heterossexual, ginecologistas e outros profissionais acabam deixando de lado o exame preventivo, como se não fosse necessário fazê-lo. É importante lembrar que, mesmo se o/a paciente vai até lá, ele/a não tem a obrigação de ter conhecimento do que precisa. Também ainda se fala pouco sobre outras formas de prevenção que não seja a camisinha, o que acaba deixando o público LGBT com maior percentual de ISTs devido à falta de informação. Se sofrer preconceito no consultório, o indivíduo se sentirá desconfortável, sem acolhimento, e não vai querer retornar ao serviço.

Hoje nenhuma pessoa está livre de se infectar por qualquer doença, porque isso é uma questão relacionada à prática, sim, com o uso ou não de preservativo. Vemos a mesma coisa em relacionamentos de sujeitos em união estável há muito tempo. “Pra que ir ao ginecologista e fazer um exame de HIV se a pessoa é casada?”. “Não, disso eu não preciso porque sou casada/casado”. Então ainda vivemos, sim, permeados de muitos tabus, e, falando de mulheres lésbicas e homens trans, muito mais, pois são pessoas que vão procurar um ginecologista, muitas vezes, para fazer um exame citopatológico de colo uterino (CP) e aí se depararam com um médico que fala “tá fazendo o que aqui?”. Assim como as mulheres trans, que têm que fazer exame de próstata. Então vemos que há uma dificuldade grande, não se pode negar que temos muitos profissionais da saúde que não são sensíveis à causa, e é isso que faz com que essas pessoas se afastem, então vemos que essas questões dificultam. É um trabalho constante, mas acredito que é importante fazermos com que a comunidade se fortaleça para também exigir isso. Às vezes as trans vêm nos dizendo “a gente vai rodar a baiana”, e é isso aí! Tem que ir mesmo, tem que fazer acontecer! Porque é necessário, ninguém está pedindo um favor, temos que fazer o que precisa ser feito.

Aproveitando o momento, estamos com um projeto que construímos para a criação de um ambulatório trans no município. O que vemos é uma demanda muito grande de mulheres e homens trans, com a questão da hormonização, que nenhuma mulher ou homem trans vai deixar de fazer e a grande maioria faz sem uma orientação de saúde adequada, porque às vezes “o colega usa, deu certo e eu uso também”, e nem sempre o que é adequado para o outro é adequado para todos. Temos isso já descrito e agora está para avaliação de orçamento, porque há necessidade de aquisição de medicamentos, mas a ideia é justamente podermos montar e criar ele dentro do serviço de infectologia, porque já temos os profissionais que atendem ali, e muitas pessoas já estão no nosso serviço, vinculadas pela questão tanto de uma doença como de prevenção com PrEP, PEP²⁷ e preservativos, ou porque fazemos articulações com os pares e todos acabam divulgando. Muitas vezes a própria comu-

²⁷ Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP) é uma medida de prevenção de urgência para ser utilizada em situação de risco à infecção pelo HIV,

nidade vai ajudar a fortalecer o serviço, levando as pessoas até lá para se testarem, fazerem PrEP e tirarem dúvidas quanto à questão de como fazer a mudança do nome, então é importante essa dinâmica. É uma forma de otimizarmos e facilitarmos que esse projeto de fato se operacionalize e já use os sujeitos que de alguma forma já têm, pelo menos, uma experiência em acolhimento da população.

E achamos importante também essa questão do ambulatório de hormonização da população trans para haver uma referência de saúde, não só a da doença, do lado negativo. “Ai, mas quem vai lá na infecto tem HIV”. Não, muitas vezes quem vai lá na infecto está indo justamente para se prevenir. Sentimos uma carência muito grande de parcerias no sentido de divulgação, de apoio para que a informação chegue a essa população, então acaba que o nosso trabalho é de formiguinha. Quem está lá dentro eventualmente consegue fazer uma ação fora de lá, com alguma outra instituição, e quem nos ajuda é a própria população mesmo. Gostaríamos que isso viesse de cima, na esfera municipal, estadual e federal, no sentido de abordar que as ISTs estão aí, que os números não baixaram, que essa população é vulnerável, então a saúde tem muito a ver com vulnerabilidade. Quanto mais vulnerável, menos acesso à saúde eu tenho, mas isso não é muito trabalhado, é bastante negligenciado de maneira geral, então vemos, no ambulatório trans, essa possibilidade de trabalhar com saúde e reforçar vínculos com essa população.

É um pouco do que vemos com a estratégia da PrEP. Quando instituímos isso lá em 2018 houve muitos questionamentos. “Meu Deus! Agora sim as pessoas vão transar sem preservativo”. Como se já não o fizessem. Vimos a quantidade de indivíduos que acabaram se incluindo no serviço e a partir desse momento conseguiram se cuidar mais, porque realmente acessaram o espaço de saúde e foram acolhidos.

De fato, acho que não estamos aqui para dizer o que é certo ou errado, mas para poder orientar e acolher o que a pessoa definir como melhor para ela, e se a maneira de se prevenir é essa, por uso de medicamento, ok. “Mas é muito mais

existindo também profilaxia específica para o vírus da hepatite B e para outras infecções sexualmente transmissíveis (IST).

fácil usar preservativo”. Sem dúvidas, mas para aquela pessoa talvez não, então a partir do momento que se acessa essa via, percebe-se que conseguimos olhar a questão de vacina para prevenção dessa doença e de outras. A questão mesmo de acesso à saúde, de poder conversar e ser visto.

Muitas vezes o médico que está atendendo a PrEP, se tem alguma demanda maior, já consegue fazer encaminhamento para outras questões de saúde, então o paciente se vincula à equipe de saúde, porque não tem como só olharmos para a questão da PrEP, é impossível. E são jovens, em grande maioria, que sabemos que não vão acessar uma unidade básica para fazer exames de rotina, a maior parte acaba indo para os serviços quando estão doentes ou, neste caso, quando vão procurar uma estratégia, que é uma ferramenta de prevenção atrelada ao uso de medicamento. Então a ideia é justamente essa, fazer com que essas pessoas se sintam acolhidas e, a partir disso, dar esse “start” para irmos construindo, dentro dos serviços e em toda a rede de saúde de Caxias do Sul.

Interação com o público

Como funciona a PREP e a PEP?

Grasiela e Helen

Hoje falamos de prevenção combinada, para entrar um pouquinho nesse âmbito. O que é prevenção combinada? São várias estratégias que o indivíduo pode usar para se prevenir das ISTs, como o uso de preservativo e a testagem regular. Por que fazemos exames de sangue? Para ver o colesterol, a glicose. Mas por que não fazer um exame de HIV? Até porque sabemos que o HIV às vezes demora para ter sintomas. Hoje temos testes rápidos, tanto no CTA quanto em todas as UBSs, temos a questão de preservativos internos e externos, temos o autoteste do HIV, que no momento está dentro do serviço de infectologia, porque distribuimos principalmente para as PrEP, as profissionais do sexo e as pessoas que não conseguem acessar o serviço para se testar.

Além disso, a PEP também é uma estratégia, porque antigamente sabíamos que muitos indivíduos, principalmente os profissionais de saúde, quando ocorria acidente com material biológico, tinham que tomar medicamento, então ele era uma

ação mais relacionada a uma profilaxia pós-exposição por questões ocupacionais de trabalho ou por violência sexual. Posteriormente, o Ministério da Saúde incorporou isso também nas relações sexuais ocasionais, relações que a pessoa fez sem preservativo ou este rompeu, relações em que usou substâncias e não lembra se usou o preservativo. Então, para essas situações em que tinha intenção e não conseguiu fazer uso do preservativo, em até 72 horas ela tem que procurar um serviço de saúde, preferencialmente em horários comerciais. Pode ir direto para a infectologia no CTA, aí faz os testes rápidos e passa por avaliação médica, para prescrição do medicamento antirretroviral, utilizado por 28 dias. Esse medicamento vai evitar que, se porventura essa pessoa tenha se exposto ao HIV, ela se infecte, de fato, e, no término dos tratamentos, são realizados novamente testes rápidos para avaliar a questão das outras ISTs.

A PrEP é uma profilaxia pré-exposição. Eu sempre faço uma analogia com o anticoncepcional na mulher: muitas vezes, o que acontece é que a mulher não usa preservativo e não quer engravidar, então ela opta pelo anticoncepcional. No caso da PrEP, a pessoa nunca usa preservativo ou – acontece muitas vezes – acaba não utilizando uma vez e não quer pegar o HIV, então vai usar continuamente o medicamento, e hoje precisa acessar os serviços de infectologia, pois apenas nós o temos. Então essa população vem para o serviço, é acolhida, faz testagem (até para descartar a chance de estar infectada) e passa por médico, que prescreve o medicamento. O sujeito vai fazer o uso contínuo enquanto julgar necessário; daqui a pouco ele resolve que não está mais em situações de exposição para o HIV e vai deixar de usar, mas sabendo que tem que usar no mínimo sete dias para poder ter relação sem preservativo.

Essas estratégias são bem importantes, e vemos que precisam ser muito mais divulgadas, porque a PrEP é uma estratégia que o Ministério pensou para essas populações, porque ainda hoje, pelo preconceito e pelo estigma, as travestis, as transexuais, os HSH²⁸ e os gays ainda são as populações que mais são acometidas pelo HIV. Por exemplo, as trans e as travestis têm 30% de incidência, mais que a população em geral.

²⁸ Homens que fazem sexo com homens.

Então vemos que realmente temos que pensar e mudar o foco. Não adianta se manter no modelo prescritivo do preservativo, achando que todo mundo vai usar (porque se assim fosse não estaríamos com 40 anos de luta contra o HIV e a aids). Temos que pensar nas questões individuais de cada um e aí sim trabalhar com isso, o que é melhor para cada pessoa, estarmos ali para contribuir.

A questão da PrEP entra também para casos em que o indivíduo não consegue negociar. Tem pessoas que querem usar, são a favor do preservativo, não têm problema algum, mas não depende só de um, a relação vai ser com duas ou mais pessoas e aí acaba a tua autonomia de usar o preservativo, então entra a questão da PrEP, para cobrir esse espaço de quando existe uma falta de acordo. E hoje em dia percebemos que a população LGBT acessa bastante e ficamos bem felizes, porque sabemos de cada um que está lá e começou a usar, independentemente se vai manter isso ou não, se vai seguir com o tratamento contínuo. Eles estão informados, conhecendo o serviço, e têm as portas abertas. Então ficamos um pouco mais aliviados nesse sentido, porque eles sabem que podem contar conosco.

Mas há dificuldades. Hoje, pensando nessa população, justamente o fato de ter uma incidência maior de prevalência de HIV e toda a questão de discriminação de acesso, é difícil fazer com que essas pessoas se vinculem ao serviço, porque a PrEP não é a “pílula mágica”, o sujeito tem que ir ao serviço, passar por exames e uma consulta médica, tem que ter uma rotina de lembrar de usar os medicamentos, depois voltar em 30 dias para a médica olhar como está a adesão, fazer exames de sangue, pegar remédio para 120 dias e depois voltar a consultar. Hoje um paciente para uso de PrEP tem mais consultas do que alguém que vive com HIV, e sabemos que isso não é fácil. Tratando-se, por exemplo, de profissionais do sexo que trabalham de noite, eles às vezes fazem outras atividades, às vezes são obrigados a fazer o uso abusivo de drogas e às vezes também não são liberados para estar nos horários em que o serviço está aberto. Então, sentimos, sim, essa necessidade de conseguirmos que essas populações mais vulneráveis acessem o nosso serviço. As pessoas usuárias de drogas também, não conseguimos chegar ao ponto que em elas de fato consigam se

vincular e fazer essa adesão, pois, de certa forma, não adianta tomar um dia e dois não, é preciso ter um regramento.

Então é isso que tentamos, na medida do possível, trabalhar. E a relação que temos com o consultório de rua e o CAPS é interessante por causa disso, fizemos algumas articulações “porta aberta”. “Ah, tá lá no consultório de rua, captou a pessoa, quem sabe no outro dia já encaixa numa consulta”, porque sabemos que não adianta ficar agendando consulta para daqui 15 dias, ou pegamos no dia que ela está querendo ou não pegamos. Isso tem um combinado com a equipe também, indivíduos que têm essas vulnerabilidades não conseguem se organizar em questões dentro dos nossos padrões de horários, e vamos, sim, acolhê-los para poder atender naquele momento. Se a pessoa procurou o serviço, ou alguém diferente do consultório CAPS, é porque naquele momento ela queria algo, então não dá para esperarmos o momento que julgamos importante, baseado nas nossas rotinas de trabalho. Por exemplo, quem trabalha na parte de gestão está toda hora articulando com outros gestores de serviços e dizendo “não adianta marcar o raio-x daqui a 20 dias, porque nem sei como o paciente estará”, porque é a forma que vamos conseguir, de certa forma, tentar fazer o atendimento um pouquinho mais integral e resolutivo, mas ainda tem muita coisa para fazer. Não deveria ser nos acordos, deveria ser algo já instituído como prática de todos os serviços, na nossa opinião. Mas sabemos que os regramentos, muitas vezes, estão acima, inclusive, da vida das pessoas. Temos que ir quebrando essas paredes para tentar fazer com que essas populações de fato se aproximem e possam ter esse atendimento e esse cuidado em saúde, que possam estar ali bem, sem doenças.

Como servidores públicos, estamos ali para servir ao público, e esse tem que ser o objetivo.

Interação com o público

Onde a população LGBT, principalmente os mais vulneráveis, pode buscar essa ajuda e esse acesso?

Grasiela e Helen

Podem nos buscar, estamos lá para receber. Em Caxias do Sul, o serviço fica no Centro de Especialidades em Saúde (CES), que é aquele prédio do lado do camelódromo. Ele tem

três andares destinados a especialidades em saúde. O nosso serviço, especificamente, fica no primeiro andar, e dentro do serviço de infectologia tem o CTA, que é o Centro de Testagem e Aconselhamento. As pessoas podem ir tanto para buscar um teste quanto para o aconselhamento. Funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h. Estamos lá todo esse tempo e tem mais uma equipe multiprofissional. Temos assistente social, enfermeiras, técnicas em enfermagem e médicos dentro das suas especialidades que atendem para além do que está agendado, conforme a demanda, se existe essa necessidade e é mais urgente. As portas estão abertas, então não precisa passar na UBS para ser encaminhado. Chega e vai lá. Leva um documento, de preferência, porque fica mais fácil se precisarmos de alguns encaminhamentos ou exames, mas não precisa agendar o horário, pode só chegar.

Interação com o público

Quanto às pessoas transexuais que estão em terapia hormonal, que exames periódicos precisam realizar para ter uma vida saudável?

Grasiela e Helen

Hoje, em Caxias do Sul, e pensando em nível de estado, sabemos que são utilizados ambulatorios para os homens e as mulheres trans. Canoas, Porto Alegre e o Hospital de Clínicas, que é a referência para o estado, têm o PROTIG²⁹. Nós não temos, em Caxias, um serviço estruturado que dê atendimento e faça os exames de rotina que sabemos que precisam ser feitos. Existem protocolos de questões de exames, de avaliação para questões hormonais, mas não é algo que a pessoa vai na UBS e o médico pedirá, porque ele não tem esse conhecimento de quais exames pedir. No entanto, no serviço de infecto, temos uma médica que atende na parte da patologia cervical gineco, tem muito interesse e nos diz: “vou precisar estudar, porque é muito específico”. Ela, que é ginecologista, faz a questão da hormonização de mulheres, mas tem que fazer uso de hormônios femininos numa pessoa que tem um corpo masculino. A grande maioria não tem exames completos, que anualmente deveriam ser feitos, mas o que acontece é que não

²⁹ Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero.

adianta o sujeito saber e pedir, porque o médico, hoje, não vai pedir os exames para acompanhar, não vai sequer prescrever. Sabemos que tem uma defasagem gigantesca de endócrino, não só no SUS. Inclusive, o município fez vários protocolos na questão de endócrino, porque não damos conta de atender a demanda municipal, não só na questão de hormonização, mas de todas as doenças de toda a população caxiense. Então, existem protocolos que autorizam os clínicos a darem vazão a algumas demandas, e sabemos que é preciso que esse profissional estude.

Embora sejam protocolo medicamentoso, no SUS não são disponibilizados os medicamentos, então é o Município que tem que comprar, e não é simples, mesmo que vá pelo SUS, é complicado o médico prescrever algo que a pessoa tem que comprar, mas ao mesmo tempo também é complicado ela fazer a compra sem uma orientação. Então, quando abrimos as portas, e a criação do ambulatório é uma demanda que está em análise, é muito provável que as pessoas se aproximem e que aumente a demanda de atendimento. O que vemos, muitas vezes, é que as nossas infectologistas, quando têm homens ou mulheres trans que são infectados pelo HIV, dão uma olhada para esse lado para tentar organizar isso, mas seriam pessoas que estão vinculadas já conosco e fazem uso de outros medicamentos. Agora, o sujeito que não tem infecção alguma e vai lá querendo começar a hormonização, encaminhamos para o DACRA³⁰ e ele fica numa lista de espera em Porto Alegre que demora mais de 5 anos, e com a pandemia eles não atenderam praticamente mais ninguém do estado. Então o que conseguimos fazer no nosso dia a dia é tentar acolher da melhor forma possível, fazer articulações com a rede de saúde nas UBSs. Muitas vezes eles não vão às UBSs, mas precisamos delas, que seriam a porta principal de acesso. Não temos como dar conta de tudo sozinhos, e nem devemos, temos que contar com uma rede de saúde.

Interação com o público

Como funciona o consultório de rua?

³⁰ Departamento de Avaliação, Controle, Regulação e Auditoria.

Grasiela e Helen

Na verdade, quando estamos na militância, não conseguimos largar. Fico na coordenação do serviço. Antes de ter a minha filha, eu acabava indo para o consultório de rua à noite também, porque é outra paixão que tenho. Vemos as interfaces dos nossos usuários, os que estão ali na infectologia são os que estão no consultório de rua. O trabalho do consultório é interessante, porque são equipes de saúde que vão nos espaços em que seus usuários estão sem esperar eles virem até nós. Não tenho muita propriedade para falar, porque o meu papel era mais focado na enfermagem, mas abordávamos muito a questão dos testes rápidos.

Muitas vezes sentei com as profissionais do sexo nas calçadas. Sentávamos, fazíamos uma roda de conversas, realizávamos os testes e entregávamos os preservativos. Mas é muito interessante, porque tu ocupas o espaço em que eles estão. Temos casos de pessoas usuárias de drogas pesadas que conseguimos, por exemplo, detectar o vírus do HIV sem a pessoa aparecer no serviço de saúde. O que fizemos: articulamos a entrega dos medicamentos. A equipe do consultório pegava ali, conosco, levava onde a pessoa estava e, inclusive, fazia um TDO (Tratamento Diretamente Observado), depois coletávamos sangue. Temos vários casos muito interessantes de tratamentos de tuberculose, HIV e hepatites na rua sem eles pararem de usar drogas. Sempre digo: “usa e faz o que tu bem entender, desde que tome o medicamento”.

É maravilhoso conseguirmos fazer algumas articulações também com as casas que acolhem pessoas transexuais ou profissionais do sexo de outros estados. Já conversamos com a galera, fizemos testagens, falamos da PEP e da PrEP, e agora elas vêm ao serviço e trazem outras pessoas. Acho que há muitos ganhos com esses trabalhos, nem que seja de formiguinha, mas estamos construindo algo. Temos que estar o tempo todo na resistência, tanto nós, profissionais, quanto a própria comunidade LGBTQIA+.

Interação com o público

Como se dá o apoio à saúde mental das pessoas LGBT, especialmente à população mais vulnerável?

Grasiela e Helen

Tivemos, há um mês, um evento em que falamos sobre isso também, e até comentamos que as pessoas têm os direitos e não sabem, nem elas acreditam nelas mesmas. É como se não se sentissem pertencentes à sociedade. Elas compram essa ideia, que muitos sujeitos apresentam, de que deveriam ser excluídas, exiladas. Então, em termos de saúde mental, é bem legal que se tenha um olhar para essa população.

É importante ter apoio, tanto médico e psiquiátrico quanto da própria psicologia, porque é uma autoestima muito baixa, são conceitos que foram construídos com indivíduos muito preconceituosos, estrutura familiar bem fragilizada. Percebemos que existe uma grande demanda e um grande trabalho a ser feito. Temos bons profissionais para trabalhar, mas precisamos melhorar ainda mais, acessar e conseguir fazer com que essas pessoas entendam que podem ocupar os seus espaços. Percebe-se, nesse caso, que a baixa escolaridade é um grande impeditivo. Quem acaba chegando mais? Quem tem mais escolaridade. Aí vemos como as coisas estão relacionadas, o quanto sujeitos são vulneráveis em vários aspectos, inclusive o da educação.

Interação com o público

O atendimento à população LGBT e o olhar humanizado fazem parte da formação dos profissionais da saúde? Como vocês têm percebido esse aspecto?

Grasiela e Helen

Infelizmente não conseguimos perceber se tem alguma coisa específica. Acho que vai bem mais de encontrar quem se interessa e busca. Se buscarmos, existe. Existem capacitações muito boas, inclusive EaD, porém nada obrigatório, nada curricular, então a população fica à mercê dos profissionais que se identificam e têm desejo de trabalhar com isso. Enquanto serviço, em 2018 fizemos uma capacitação para a rede municipal, pública e privada, tentando lembrar desse assunto, “Zero discriminação, saúde da população LGBT”, mas ainda é uma coisa muito tímida. De maneira geral, a área da saúde está carente disso.

O que percebemos nesse primeiro movimento foi um feedback muito positivo de quem participou, então vemos que as pessoas até têm desejo, mas há toda uma outra demanda que vai ocupando os espaços de forma maior. O que me chamou atenção essa semana foi que uma enfermeira bem antiga da rede me ligou dizendo: “eu estou com uma situação assim e tal, quem sabe encaminho para vocês, me ajuda...”. Com a mente muito aberta. Pensei: “nossa, uma profissional antiga na rede, se aposentando, sem julgamentos nem nada”. É uma sementinha que lançamos quando fazemos essas capacitações. Quando falamos sobre HIV, acabamos falando também de nome social e direitos. É na prática que vamos reforçando algumas questões, e é com as pessoas que conseguimos compartilhar as informações.

Tivemos um bate-papo com a Cléo Araújo³¹, que colocou que eles necessitam de profissionais da psicologia, e sabemos que é uma população que, especialmente as profissionais do sexo, está mais vulnerável à violência.

Temos, no serviço, estagiários não curriculares, e é lindo ver o quanto essas pessoas saem dali “infectados no coração”. Embora não tenha na grade curricular, eles têm a vivência, o contato, a troca, é uma equipe multidisciplinar. Também ajudamos nesse sentido, apesar de não existir uma disciplina, como estávamos falando, formal/obrigatória na grade, existe esse espaço. E vemos que a maioria fica os dois anos de estágio, depois volta para fazer o TCC e depois ainda volta como profissional para trabalhar em ações. Isso deixa o coração um pouco quentinho e vemos que dá para acreditar em algumas pessoas.

Interação com o público

Muitas pessoas da comunidade LGBT, em especial as pessoas transgênero, têm receio de acessar os serviços de saúde por se sentirem deslocadas e acabam recorrendo à automedicação. Qual a sua percepção em relação a esse aspecto?

Grasiela e Helen

Isso depende do funcionamento dos serviços. Como temos uma equipe multidisciplinar, o paciente sempre vai chegar por esse setor de testagem. O acolhimento é feito por

³¹ Presidente da ONG Construindo Igualdade, de Caxias do Sul.

parte da psicologia, e aí sim vamos demandando e construindo o plano terapêutico com os outros profissionais. Muitas vezes vemos que as pessoas que vivem com HIV ficam com medo de ir ao SUS, então vão para o consultório privado. É como na PrEP. Focar no medicamento para prevenção, mas olhar um todo.

O funcionamento do serviço é bem importante, e, infelizmente, vamos sempre ter o bom e o ruim, o profissional bom e o profissional ruim de todas as áreas. Claro que entendemos que, a partir do momento que tu vais trabalhar com a população, tu precisas ter um mínimo de sensibilidade e até de identificação com o trabalho que vai ser feito. No nosso serviço, percebemos que, a princípio, conseguimos ter esse olhar. Muito disso se deve à gestão, à equipe e à história, à maneira como foi construído o serviço. Mas não podemos responder pelos outros, e sabemos que em muitos casos não vai acontecer esse acolhimento da maneira que deveria.

Costumamos dizer que devemos muito do que somos e do que fazemos ao próprio serviço e, principalmente, aos usuários do serviço, por termos essa abertura de nos aproximar e de querer trabalhar junto em prol da causa. A própria população nos oferece muita bagagem para isso, e precisamos fazer a nossa parte de nos movimentar e estar perto, porque eles, na maioria das vezes, estão sempre abertos para nos ajudar e nos fazer aprender junto. Agradeço muito à população LGBT, à população que acessa o serviço de infectologia. O trabalho que, hoje, consigo fazer, é graças ao que elas me ensinaram e seguem me ensinando. Agradecemos muito pela oportunidade, estamos muito felizes também de divulgar aqui o que fazemos lá. Essa troca é muito importante.



A comunidade LGBTQIA+ e os lugares de trabalho

A Pesquisa Latino-Americana Sobre a Comunidade LGBTQIA+ em Ambientes de Trabalho, de 2020³², traz dados preocupantes sobre os preconceitos e as violências sofridas por esses sujeitos. Em 19 de janeiro de 2022³³, a antropóloga e consultora Keyllen Nieto³⁴, uma das responsáveis pela análise e pela redação do capítulo sobre o cenário brasileiro na pesquisa, foi a convidada para o diálogo a partir do qual foi possível trazer luz às questões sobre a necessidade urgente de olhar para a inclusão e trajetórias das pessoas LGBTQIA+ nas organizações de trabalho.

A partir das discussões realizadas, mediadas pela professora e socióloga Mariana Zanatta³⁵, esperamos ter aberto espaço para esse importante tema, no sentido de pensar, educar e agir em prol de espaços e do direito ao trabalho digno a essa população.

Boa leitura!

³² Disponível em: <https://integradiversidade.com.br/site2021/wp-content/uploads/2021/07/Pesquisa-LGBTQIA-no-trabalho-LATAM-2020-VF.pdf>

³³ Disponível em: https://youtu.be/_sbDcOWPANc?list=PLDm5-f8Qw4M-OPjuFoElpJu9j9GFG-D6Q4

³⁴ Antropóloga urbana, fundadora e consultora sênior da Integra Diversidade e Inclusão.

³⁵ Docente do IFRS Campus Caxias do Sul e mediadora do diálogo.

Mariana

Começando a partir da pesquisa que foi desenvolvida junto com a Integra e outras instituições, a respeito da situação da população LGBTQIA+ nos locais de trabalho, ou seja, olhando para a população latino-americana a partir da diversidade sexual e de gênero no local de trabalho e as situações de assédio, discriminação e alguns tipos de violências. Essa pesquisa, a qual tive a oportunidade de ler, traz dados que precisam ser mostrados – embora não seja o foco da nossa conversa –, pois representam o que de fato as empresas fazem em termos de políticas de inclusão e de acolhimento da população LGBTQIA+ bem como mostram algumas situações que precisam ser melhoradas. E elas só são melhoradas – por exemplo, situações de assédio, violência ou constrangimento – a partir da conversa. Qual foi o público-alvo dessa pesquisa? Como ela foi desenvolvida? Qual foi o período? E como as pessoas responderam a essa pesquisa? Foi formulário eletrônico ou foi a partir de entrevistas presenciais?

Keyllen

Primeiramente, acho que alguns aspectos precisam ser ressaltados na elaboração da pesquisa: a grande falta de dados oficiais em todos os países da América Latina, especialmente aqueles que estão permeados por governos conservadores; e, nessa necessidade de preencher esse vazio por meio das organizações (ONGs, organizações de consultoria e pesquisa, centros acadêmicos), que são parcerias fundamentais para darmos passos para conhecer quem somos, as nossas particularidades, não só dentro da própria sigla, mas também nos diferentes países e regiões da América Latina. Então, foi realizado um levantamento por meio de formulário, no qual cinco organizações de diferentes países se juntaram e acompanharam essa elaboração. Enviamos para organizações parceiras dentro dos nossos próprios países, dentre as quais temos a TransEmpregos como uma grande parceira (e uma organização com grande representatividade e capilaridade no Brasil inteiro), a Diálogos Entre Nós e a Aliança Nacional LGBTQIA+. Com essas parcerias, tentamos fazer com que esse formulário eletrônico chegasse à maior quantidade de estados e lugares possíveis dentro do Brasil. A questão dessa disponibilidade

eletrônica permite que os dados sejam coletados de maneira muito mais capilarizada, ampla e econômica. Ao mesmo tempo, tal disponibilidade também exclui pessoas que não têm acesso às ferramentas digitais. Porém, outro aspecto bastante importante dessa pesquisa, é que ela foi realizada no meio da primeira onda da pandemia de Covid-19, e termos conseguido fazer essa pesquisa naquela época, em meio de condições de grande ansiedade, e chegar aos mais variados cantos do Brasil, apesar da brecha digital, é uma grande vitória.

Mariana

Você poderia falar um pouco mais sobre os dados relacionados às pessoas trans? Não só relacionados à pesquisa, mas também a partir das vivências e das experiências que você tem com a atividade de consultoria. E, uma vez que estamos no início do mês da visibilidade das pessoas trans e travestis, é importante, do mesmo modo, focarmos um pouco nesse segmento. A pesquisa mostra que as pessoas trans são aquelas com menos escolaridade e com a mais baixa renda; a partir disso, como poderíamos pensar uma relação entre o mundo corporativo, o papel social das empresas para contribuir para escolarização ou a profissionalização das pessoas trans? E o que leva ao potencial de aumentar a renda? Qual é a função social das empresas para incluir as pessoas trans?

Keyllen

Primeiramente, gostaria de dizer que eu, como consultora na Integra Diversidade e no geral, prezo pela representatividade e pelo lugar de fala. Então, pedindo essa licença como alguém cisgênero – não sendo trans –, vou trazer esses dados sempre em um lugar de respeito a eles, à representatividade e ao lugar de fala. Esta é uma das questões fundamentais, não só no Brasil, mas em qualquer análise que for realizada ao redor do mundo, e mais ainda na América Latina: a das interseccionalidades. É fundamental entender que existe uma vulnerabilidade extremamente exacerbada contra as pessoas trans, travestis e não binárias – as quais não podemos deixar de lado, precisamos começar a falar sobre as pessoas não binárias por ser uma identidade em franca e rápida expansão.

A questão é que indivíduos trans não são apenas isso, há fatores diferentes, como a classe social em que eles nasceram, a idade, entre outros. Há pessoas que fizeram e fazem a sua transição mais tarde, justamente para não caírem em um círculo de exclusão enquanto constroem uma carreira ou uma trajetória escolar. Também existem as questões étnico-raciais, fundamentais de serem trazidas, porque, além do gênero e da idade, as pessoas têm marcadores étnico-raciais, questões de profunda importância e impacto quando estamos falando em realidades como a do Brasil. E ainda, dentro dessas questões, precisamos saber, por exemplo, que há uma diferença entre os dados que conseguimos obter durante a nossa pesquisa, entendendo o que são sujeitos que já têm algum acesso aos meios digitais.

Mesmo assim, a realidade que conseguimos ver é que os tipos de violências sofridas pelas pessoas trans vêm desde o círculo mais próximo (entorno familiar) de exclusão, violência, segregações e assédios, não só no entorno familiar como também no social mais próximo e no educativo. E é ali onde as decepções e as maiores precarizações e vulnerabilidades vêm a se concretizar. Um exemplo é o Ensino Médio, quando as pessoas trans, travestis e não binárias já vêm manifestando uma identidade própria, sendo o espaço e o tempo em que acontece a primeira, maior e mais impactante exclusão. Depois acontece de elas não conseguirem acessar, por falta de escolaridade, trabalhos e empregos que consigam oferecer algum tipo de meio digno de sobrevivência. E aí entra o trabalho sexual, e não só ele, mas outros tipos de trabalhos geralmente vinculados às áreas de beleza, cozinha, manutenção e serviços de limpeza. Porém, por meio dos dados que temos na TransEmpregos, vemos outros tipos de realidade. O lugar onde você nasceu também determina o acesso a outras oportunidades de educação, emprego, apoio social e benefícios de serviços públicos. A realidade dos grandes centros urbanos não é mesma que vemos lá fora.

Voltando ao cadastro da TransEmpregos, há quase 25 mil currículos cadastrados nessa plataforma, e, dentro destes, 40% das pessoas estão cursando ou já concluíram o nível superior, inclusive algumas têm mestrado e doutorado. Concluímos, então, que há sujeitos com outras realidades, não são só aque-

las do lugar de exclusão e vulnerabilidade. Precisamos trazer esse recorte de gênero. Homens trans, por atingir aquilo que falamos de uma passabilidade³⁶ mais rápida quando consegue aplicar a testosterona, têm maior índice de empregabilidade do que mulheres trans e travestis. Pessoas não binárias agora estão entrando nessa estatística, então ainda é muito cedo para falar sobre esse grupo populacional. As próprias empresas precisam sair do seu lugar de conforto e acessar, não só a TransEmpregos, mas também ONGs e outras instituições para oferecer as suas vagas usando, de maneira qualificada, a linguagem inclusiva de gênero, lembrando que as pessoas trans também têm outras questões de interseccionalidade que precisam ser levadas em conta.

Mariana

A interseccionalidade, cada vez mais, está sendo trazida ao debate justamente em função desses atravessamentos, que levam uma pessoa trans, dependendo do grupo no qual se encaixa, a sofrer várias dimensões de exclusão. Trazendo um pouco disso que você apontou sobre a diferença entre as pessoas que estão numa situação de precariedade e vulnerabilidade social e as que já conseguiram se colocar melhor no mundo do trabalho, em 2013 eu estava no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e, naquela época, havia uma política pública do governo federal com a ideia de promover cursos de qualificação profissional para as mulheres de baixa renda voltados aos arranjos produtivos locais, o “Mulheres Mil”. Eu estava na cidade de Caruaru e o campus aceitou o desafio. Foi ofertado o curso de qualificação profissional de corte e costura para as mulheres. A partir dos CRAS, da Secretaria da Mulher e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, conseguimos estabelecer uma conexão com essas mulheres em situação de vulnerabilidade. A Secretária da Mulher nos propôs o desafio de oferecer a qualificação profissional para um grupo de mulheres trans, e achamos uma excelente iniciativa incluí-las no ambiente escolar, porque o curso envolvia uma parte de formação geral, pedagógica e humana (dentro do ambiente escolar) e outra parte de qualifi-

³⁶ O termo refere-se a situações nas quais um sujeito precisa agir de determinada maneira para ser aceito. Por exemplo, quando uma pessoa trans tem que esconder sua identidade de gênero para ser respeitada.

cação fora do ambiente da escola. E a partir daí fizemos várias falas, sobretudo nas turmas do Ensino Médio, explicando, de forma geral, as questões de gênero e sexualidade e as diversas expressões de gênero. Fomos de sala em sala, porque a nossa escola passaria a ser frequentada por mulheres trans, que geralmente não circulavam por esse ambiente, e muito embora achássemos que a nossa comunidade estava sendo preparada para recebê-las, ao passar dos dias e das aulas começaram a ocorrer situações que não havíamos pensado e que não eram corriqueiras até aquele momento, como, por exemplo, o uso do banheiro pelas estudantes. Então, o que quero mostrar com essa experiência é que é preciso pensar quais estratégias de acolhimento no mundo corporativo (empresas e organizações) teriam que ser planejadas de antemão para acolher a diversidade dentro do ambiente de trabalho. O que se propõe ou deve ser feito em termos de formação e processo de recrutamento? Como o ambiente se torna acolhedor e inclusivo? Como podemos promover isso?

Keyllen

Essa é uma questão muito importante e fundamental, que vem se provar não só nessa experiência que você acabou de narrar como em tantas outras que vemos, nas quais as empresas de todos os tamanhos, de todos os setores da economia e de todas as composições sociais precisam pensar a questão estrutural e sistêmica. Entendemos, hoje, que as exclusões são multidimensionais, porque há vários tipos de pessoas, perfis e grupos sociais que têm sido sistematicamente excluídos do convívio social público durante o dia nos mais variados espaços. Então, quando entendem que a visão precisa ser sistêmica e estrutural, as empresas precisam iniciar as contratações sempre junto com formações que não estejam direcionadas só internamente. Palestras e filmes ajudam, mas o trabalho precisa ser realizado de maneira sistemática, focada, com objetivos claros, mensuráveis, é um processo que precisa ser tecnicamente acompanhado por meio de metas e indicadores. E estamos falando desde uma startup de 30 pessoas até as multinacionais e os organismos de educação que se proponham a atuar com esses públicos. É preciso entender que essa visão sistêmica não significa só trazer para dentro da empresa essa

população, mas também preparar as pessoas das equipes e as que vão fazer a gestão dessas equipes, como as altas lideranças. A cadeia de valor envolvida precisa, além de ser formada e acompanhar essa transformação, direcionar-se com objetivo e intencionalidade para contratar prestadores de serviços desses grupos subrepresentados.

Vamos lembrar que, quando falamos do mundo do trabalho, estamos fazendo uma simplificação muito grande, porque hoje em dia não se é somente contratado por CLT, sendo preciso levar em conta as outras conformações que estão sendo realizadas a partir da precarização dos nossos direitos trabalhistas. Pessoas que não conseguiram se encaixar ou permanecer dentro dos mais variados lugares de trabalho, muitas vezes, partem para cooperativas, microempreendedorismo individual, microempreendedorismo associativo e uma série de outros arranjos econômicos que prestam serviços e bens para a cadeia de valor de todas as empresas.

Toda e qualquer empresa consegue, sim, fazer contratações inclusivas com essa intencionalidade, e, quando falamos do grupo LGBTQIA+, as questões de comunicação inclusiva e de intencionalidade precisam estar na ordem do dia. A comunicação inclusiva não é modismo, não é uma tendência só no Brasil, ela existe há muito tempo na União Europeia (aliás, como documento formal) e em vários estados dentro dos Estados Unidos formalmente, o ministério da economia da Argentina determinou que vai ser utilizada e o Rio Grande do Sul já teve uma publicação, em 2012, de uma cartilha orientando para a linguagem inclusiva. Não é recente, não é de agora, não é só do Brasil, não é modismo. É o tipo de comunicação que mostra intencionalidade, compromisso com mudança social e entendimento estratégico de que o seu negócio, de qualquer tamanho, não vai conseguir sobreviver ou ser no mínimo relevante no mercado de hoje se não levar em conta todos esses aspectos sistêmicos e estruturais.

Mariana

Eu estava pensando, a partir da tua fala e no caso das pessoas transexuais, travestis e não binárias, em algum processo de políticas e ações afirmativas. Recentemente, o Rio Grande do Sul elaborou uma lei criando cotas para pessoas trans junto

com a população indígena para os cargos públicos no Estado do Rio Grande do Sul, muito embora a questão das cotas ou de criar vagas para os grupos sistematicamente excluídos ou menos representados seja sempre polêmica, a exemplo das cotas para a população negra. Como você vê a importância dessas políticas de ações afirmativas no caso de pessoas trans? Essa realidade ou discussão se dá também, em termos de vagas específicas, para pessoas trans no mundo corporativo?

Keyllen

Há exemplos de empresas com vagas direcionadas exclusivamente para pessoas trans, como a Atento, a EDP Brasil, a VLI Multimodal S.A. e as lojas da Casa e Vídeo. A Atento, por exemplo, é a maior empresa empregadora de pessoas trans no Brasil. Também temos casos de ações afirmativas, na forma de cotas para pessoas trans, que têm sido bem-sucedidas, e as políticas afirmativas, no geral, são fundamentais, pois vêm sendo implementadas das mais variadas formas em aspectos positivos e negativos. Como exemplo de políticas segregacionistas com aspectos negativos, têm-se as políticas de cotas de atração de imigrantes europeus para o projeto de branqueamento no Brasil, que nesse caso teve foco intencional e direcionado, com grandes incentivos governamentais, na vinda de imigrantes italianos, espanhóis, alemães e poloneses.

Quando há políticas afirmativas que visam compensar todas essas injustiças históricas de maneira clara, participativa e focada, a sociedade fica incomodada. Lembrando que elas vêm mostrando uma maior efetividade a partir dos anos 60, quando John F. Kennedy, com apoio de Martin Luther King, implementou o início dessas políticas no sistema educativo dos Estados Unidos, assim como em outros espaços de empregabilidade.

Essas ações precisam acontecer como forma de reparação histórica. A ideia é que avancemos o suficiente tanto nas questões do acesso à educação pública de qualidade, respeitosa e inclusiva quanto nos espaços de oportunidade de trabalho. Não só dentro das organizações privadas, mas também como prestadores e prestadoras de serviços dentro das empresas terceirizadas, fornecedores, assessores, freelancers, entre outros.

Mariana

Concordo plenamente quando tu falas da importância de se manter incentivando e valorizando as políticas de ações afirmativas. Acho importante também fazer a ressalva de que elas conseguem ser implementadas de maneira mais efetiva e duradoura quando temos governos mais progressistas. A exemplo, temos o Dia da Visibilidade Nacional de Travestis e Transexuais, em que, em 2004, a partir da aproximação de diferentes esferas da sociedade, como os movimentos sociais da comunidade, com o governo federal, por meio do Ministério da Saúde, se propôs esse diálogo, receberam-se as pessoas dentro do congresso nacional e se instituiu esse dia. Quando não há afinidade, também não se produz. Essa é a importância de termos governos que coadunem e sejam incentivadores das pautas progressistas.

Keyllen

Só para complementar um pouco, é justamente uma característica do Brasil esses avanços terem sido atingidos, praticamente todos, no âmbito do Judiciário e não do Legislativo. E isso precisa ser entendido, porque há grandes diferenças que colocam nossos avanços em lugares de negociação e vulnerabilidade em que não estariam caso fossem leis instituídas que tivessem sido aprovadas no nosso Legislativo. Governos progressistas são ótimos, contribuem e facilitam muito as coisas, mas com o Legislativo junto, senão vamos continuar dependendo do Judiciário. As legislações que têm impactado a questão do nome social e suas mudanças nos documentos de identidade, por exemplo, vieram do Judiciário, então precisamos prestar atenção redobrada nesses avanços que vêm sendo reportados desde as eleições de 2018, e agora nas de 2022, para garantir que os temas não sejam tratados dessa maneira, com gambiarras.

Outra questão é a participação cada vez mais forte, presente e solidária entre os diferentes movimentos sociais, que estão impactando não só as políticas públicas como também as políticas empresariais. Inclusive, há várias dinâmicas prejudiciais dentro dos próprios centros acadêmicos, como as questões de gênero, distinção racial, apropriação do conhecimento de grupos minorizados dentro dos espaços de

poder acadêmicos, entre outros. Tudo isso vem sendo colocado justamente pelo fortalecimento, pelas alianças e pela solidariedade entre os movimentos sociais que se mantiveram, apesar desses governos tremendamente retrógrados.

Mariana

Mais uma vez, temos a questão da representatividade no Poder Público, de ter representatividade no espaço Legislativo, seja municipal, estadual ou federal. Por exemplo, muitos avanços se fizeram a partir da cota para as mulheres na política, de 30%. As pautas que dizem respeito às vivências das mulheres começaram a ser discutidas e puderam se tornar leis, não ficando mais à mercê de decisões judiciais.

Voltando à pesquisa, já que você também lembrou os dados, uma coisa que me chamou muito atenção é justamente uma pergunta que vocês fazem a respeito de as pessoas que responderam à pesquisa terem sofrido algum tipo de situação de assédio, violência ou discriminação no ambiente de trabalho no último ano. Pensando mais uma vez nessa situação ruim para toda a sociedade, mas principalmente para quem sofre nessas situações de assédio e quem é o alvo dessas situações, qual é a importância, dentro das empresas, dos canais de denúncia? Com o que eles podem contribuir para a segurança física e psíquica das pessoas que sofrem e passam por essas situações?

Keyllen

Primeiramente, os dados da pesquisa nos mostraram duas questões bem interessantes. Primeiro, quando perguntamos se os entrevistados tinham sofrido alguma situação de assédio, violência ou discriminação no local de trabalho no último ano, 36% das pessoas LGBTQIA+ responderam que sim, mas na pergunta seguinte passamos a descrever as situações que caracterizariam esses fatores e, analisando os dados desta, a porcentagem inverteu-se: 76% das pessoas declararam pelo menos uma situação de assédio, violência ou discriminação. Isso nos traz uma questão fundamental: a sociedade acha que violência é sofrer estupro, agressão física ou assassinato; ela está, até agora, aprendendo a entender as violências simbólicas, institucionais, estruturais e de outros tipos para além das diretamente sexuais e físicas. E essa porcentagem é apa-

vorante. Seguramente, se entendêssemos essa pergunta para “na sua vida”, 100% das pessoas teriam narrado algum tipo de violência.

A outra questão é: dentro das empresas, o canal de denúncia, uma das medidas mais importantes, tem sido instituído como um mecanismo de maneira simplesmente cosmética. Muitas organizações, porque têm que ter, querem livrar a área de recursos humanos e os gestores de equipes de lidar diretamente com as situações, então, para isso, instituem canais de denúncia que são fracos e difíceis de acessar, ou até ineficientes/inconfiáveis. A maior parte desses 76% narrou ter sofrido alguma violência, alguma discriminação, e não ter feito a denúncia no canal de denúncias ou órgãos públicos, pelo medo de represálias ou pelo total descrédito na forma das tratativas desses canais ou órgãos públicos. Hoje em dia isso está começando a mudar justamente porque as pessoas estão entendendo que quem está chegando na sua empresa está muito mais ciente e empoderado. Existem articulações e apoios sociais que transcendem aquele indivíduo sozinho e sabem acionar outros mecanismos de denúncia e sensibilização das injustiças. E isso acontece não apenas pelos riscos de reputação da marca ou financeiros como também pelo impacto social que essas situações trazem. O cenário está começando a mudar, mas é preciso muito mais trabalho sério, efetivo e eficiente, com menos burocracia e mais transparência nos tempos de retorno e nas condições em que o assunto será tratado.

Mariana

Quando tu falas e mostras essa inversão nos dados entre aqueles que afirmaram terem sofrido algum tipo de situação de assédio, violência ou discriminação e aqueles que se identificaram na situação apenas após ser demonstrado o que ela seria, concordo com você, as pessoas acabam normalizando alguns tipos de violência e, para mudar isso, é necessário esclarecimento, informação e conhecimento. E aí entra a importância de, nos currículos escolares, trabalharmos de forma intensa, em todas as disciplinas, como já é proposto a partir da ideia de temas transversais, por exemplo, a diferença entre o que é o preconceito e o que se encaixa em atitudes de discriminação. Também, a importância de se trazer à tona a temática da diver-

sidade étnico-racial do nosso país e da diversidade relacionada às questões de gênero e sexualidade. Isso precisaria ser pauta das discussões transversais da escola. E, quando falamos de processo pedagógico, isso não necessariamente se dá só no ambiente escolar. Trago o exemplo da escola para mostrar, também, que na relação entre escola e sociedade temos a possibilidade de transformar a realidade à nossa volta.

Você falou antes sobre empoderamento, e o que o possibilita é o conhecimento. Então, acho que quanto mais as diferentes esferas da sociedade (escola, mundo do trabalho...) caminham juntas nas discussões da inclusão, da diversidade, dos modos de vida, gênero e sexualidade, a questão étnico-racial e a da diversidade socioeconômica, mais conseguiremos avanços. Isso tudo tem a ver com a interseccionalidade, e essa é uma das ideias do nosso programa de extensão “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+”, que, em uma de suas atividades, promove lives como esta de que você está participando. Nesse sentido, eu gostaria que você falasse um pouco a respeito da Integra, mas antes temos uma pergunta dos nossos internautas: “Keyllen, pela sua experiência, as empresas têm evoluído na preparação dos grupos e das lideranças no processo de inclusão da população LGBTQIA+? Percebe-se impacto na redução das ocorrências de preconceito?”.

Keyllen

Devo dizer que, finalmente, as empresas começaram a fazer políticas ativas e ações direcionadas levando em conta as questões de orientação sexual, principalmente, já as de identidade de gênero estão ainda muito aquém do mínimo desejável para podermos comemorar algum avanço de impacto mais amplo. Há empresas específicas que têm se destacado, muitas delas parceiras da TransEmpregos, que já têm passado pela nossa consultoria, a Integra Diversidade, e por outras do sistema de diversidade e inclusão. Mas, no geral, os avanços começam a acontecer só agora, mais recentemente. Há organizações que vêm se juntando para fazer esse avanço, porém ainda estão muito aquém das expectativas, além dos temas de representatividade, de também trazer outras discussões, como o exemplo da visibilidade das lésbicas e suas próprias pautas e necessidades.

Quando estamos falando sobre homofobia, acredita-se que se está referindo a todos os fenômenos de exclusão e violências da comunidade LGBT, mas isso não é verdade. Precisamos olhar especificamente para cada uma das letrinhas para perceber que há fenômenos que atingem de maneira desigual pessoas gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, assexuais, além das questões relativas à identidade de gênero. Esses espaços criados estão ainda bastante focados nas pautas gays, às vezes lésbicas, e principalmente tomados pelas pautas de pessoas cisgênero. Então ainda falta esse “agir como comunidade”, estamos agindo apenas como um coletivo ou um grupo de pessoas que foram jogadas juntas numa sopa de letras. Precisamos caminhar rumo à visibilização dessas outras pautas que estão sendo deixadas de fora, a parte da sigla depois do L e do G, tudo o que vem depois é uma diversidade que está em crescimento acelerado, até pela não binaridade. Vimos reportando também, por meio das nossas pesquisas internas, uma maior identificação das pessoas com a bissexualidade e a pansexualidade. Esse é um cenário que está começando a mudar, mas injustamente, porque são as próprias pessoas que estão chegando cada vez mais conscientes, informadas e educadas, questionando-se cada vez mais sobre os lugares de privilégio dentro da comunidade LGBTQIA+. Precisamos agir com consciência, respeitando a representatividade e o lugar de fala, para podermos abrir os espaços por intermédio dos nossos privilégios.

Mariana

E a pesquisa de vocês é muito interessante, porque ela mostra justamente que, dependendo da sua orientação sexual, você sofre algum tipo de violência, o que ficou muito claro nos dados registrados. Me chamou atenção, por exemplo, os dados das mulheres lésbicas e o tipo de violência e assédio sofrido voltado ao corpo. Isso representa, numa esfera menor, aquilo que a sociedade reproduz: o direito ao corpo da mulher e o fetiche pelas mulheres lésbicas e bissexuais. Muitas empresas têm um comitê de políticas de inclusão e incentivo à diversidade, com a promoção de ambientes mais acolhedores, mas algumas pessoas afirmam que, mesmo a empresa definindo tais políticas, não se sentem representadas. Seguindo nesse

caminho, como surgiu a Integra? Qual é o trabalho que vocês desenvolvem?

Keyllen

Justamente com essa pauta da representatividade e do lugar de fala que, há mais de quatro anos, teve início o caminho da Integra Diversidade, quando chamei a Maite Schneider (grande líder dentro das pautas sobre pessoas trans no Brasil) e a Mariana Piazzolla para que pensássemos em um coletivo de consultoras que conseguisse trazer esse olhar interseccional. Até porque, naquela época, a esmagadora maioria das consultorias era liderada por homens cis. Nessa lógica, quisemos trazer não apenas a presença dos mais variados conhecimentos e experiências com representatividade das mulheres, mas também a questão da interseccionalidade. Desde o seu nascimento, entendemos que algumas outras consultorias focavam um tema só. Então, como ponto de partida, compreendemos que somos multiplicidades e as pessoas estão se entendendo cada vez mais plurais.

Nesse sentido, começamos a trabalhar questões de gênero e, inclusive, das masculinidades, para as quais sempre chamamos nossos parceiros homens cisgêneros. Porque gênero não quer dizer a metade da humanidade, gênero quer dizer uma humanidade inteira. E não podemos esquecer que precisamos urgentemente falar e tratar das masculinidades e do modelo hegemônico de masculinidade, assim como dos temas étnico-raciais, sem esquecer a pauta das pessoas indígenas e dos povos originários do Brasil, que precisam fazer um resgate da sua identidade e validação social, falando também da branquitude, que é um tema bastante novo para sujeitos, e questões LGBTQIA+ com essas especificidades de cada lettrinha. Além disso, somos a única consultoria que trabalha realmente assuntos de imigração e refúgio, até porque não sou a única imigrante, temos mais uma chilena, uma peruana e uma venezuelana. Essa perspectiva internacional, com uma leitura do Brasil como parte da América Latina e do mundo, é fundamental não só para a empresa, mas para as instituições educativas. Quanto às pessoas com deficiência, atuamos em parceria com instituições e consultorias qualificadas, porque essas questões são complexas e envolvem legislação, arquite-

tura e uma série de coisas para as quais você precisa contratar pessoas que conhecem todos esses aspectos e complexidades.

Mariana

E para quem quiser contatar a Integra, qual o canal de comunicação que devemos deixar?

Keyllen

Temos site, LinkedIn, Facebook e Instagram, é só pesquisar “Integra Diversidade” que já aparece na busca. Mas, principalmente, temos o site e, dentro dele, o nosso canal de contato, o e-mail contato@integradiversidade.com.br e um telefone de contato.



Sociedade e preconceitos LGBT: alguns caminhos para a transformação

Na noite de 18 de março de 2022, a comunidade do IFRS, por meio do nosso diálogo on-line³⁷, teve a oportunidade de acompanhar a aula da professora Rita von Hunty³⁸, uma drag queen brasileira performada por Guilherme Terreri, importante e influente intelectual brasileiro, que aceitou nosso convite para falar sobre as possibilidades de resistência, existência e combate em meio a uma sociedade imbuída de preconceito contra a população LGBTQIA+.

Como o preconceito afeta as nossas vidas e, em especial, a vida de pessoas LGBT? Rita von Hunty nos provoca, à sua maneira, a partir do filósofo francês Michel Foucault: “Uma esfera de poder cria um discurso de poder”.

Neste diálogo, temos mediação de Mariana Scussel Zanatta³⁹ e participação de Sol Dal Sasso e Maria Antônia Pezzi.

Boa leitura!

³⁷ Disponível em: <https://youtu.be/Q7wzoexZkdA>

³⁸ Mais conhecido pelo nome artístico, Rita von Hunty, é professor, ator, youtuber, comediante, palestrante e drag queen brasileiro.

³⁹ Docente do IFRS Campus Caxias do Sul e mediadora do diálogo.

Rita

Boas-vindas a todos que nos acompanham, sejam pessoas estudando, pessoas lecionando, pessoas construindo a universidade, a todos os servidores e servidoras e a todo mundo com um compromisso com a educação pública de qualidade. É uma alegria imensa estar junto ao IFRS, especialmente nesse evento que se chama “Diálogos”, uma vez que existem poucas coisas tão importantes quanto o diálogo. Pois, quando o diálogo morre, abrimos espaço para o autoritarismo em tempos de disputa, em especial tempos de acirramento da narrativa, quando o nosso campo de reivindicações parece estar muito distanciado, quando parece que estamos lutando para não morrer de fome ao invés de lutando por um serviço de educação de qualidade, pelo não sucateamento dos servidores e do serviço público, contra as PECs (Propostas de Emenda à Constituição) absurdas que estão congelando as possibilidades do Estado de investir em si mesmo. Mas, conforme o nosso horizonte vai se acirrando, vamos lutando para conseguir encher o tanque de gasolina. Vamos lutando para conseguir ter mais de três ou quatro itens no prato. Vamos lutando para que campo, cidade, periferia e floresta não passem fome e as nossas populações não pereçam nesse jogo de xadrez dos poderosos que continuam, vale dizer, de passagem, lucrando bilhões. Os bancos e os acionistas das petroquímicas continuam com seus lucros recordes de semestre a semestre.

Mas é por isso que nos juntamos! Nos juntamos para discutir, dialogar e perceber o que existe de possível, acordo tácito entre nós. Quais são – como classe trabalhadora – os nossos interesses comuns, reivindicações comuns, pautas comuns, de uma luta comum, para que não sejamos esmagados enquanto classe na moenda da história. Então, é com muita alegria que faço parte de um evento chamado “Diálogo”. Para quem não me conhece e está aqui porque recebeu um convite, vou me apresentar. Meu nome é Rita von Hunty, sou uma drag queen brasileira, tenho formação em Artes Cênicas pela UNIRIO e Língua e Literatura Inglesa pela USP. Hoje, a minha área de trabalho e de pesquisa se chama Estudos de Cultura. É uma área dentro das humanidades, que surge na segunda metade do século XX e aparece de uma demanda, especialmente da

classe popular, da classe trabalhadora, de entender para que serve essa história de estudar arte. Os estudos de cultura trazem uma perspectiva completamente revolucionária, de entendermos que a cultura de um povo é aquilo que um povo cultiva. Se voltamos a Karl Marx, lemos, logo no primeiro capítulo da obra *O 18 brumário* de Luís Bonaparte – um livro importantíssimo dele ali no século XIX: “[...] bom, os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem de acordo com a sua vontade”. Não a fazem da cabeça, da cachola, eles a fazem segundo uma tradição material que é relegada a eles pelas gerações passadas, a partir de um enquadramento temporal e das possibilidades que são entregues pelas lutas do passado. Nós, portanto, construímos história. Fazemos as nossas possibilidades a partir das nossas lutas. A cultura está aí! A cultura de um povo são as lutas do passado e do presente, é o que esse povo cultivou e tem valor e significado num determinado tempo.

É isso que eu estudo, com a ressalva de que os Estudos de Cultura são essa área disruptiva que, por exemplo, pode ser explorada a partir de um livro bárbaro que, se vocês ficarem curiosos, curiosas e curioses – e, para quem não gosta do gênero neutro, não tem problema, faço uns malabares gramaticais e falo: “para quem ficar com curiosidade”, e aí usei o gênero neutro dentro da norma padrão –, aqui no Brasil, é um dos principais para se introduzir no assunto dos Estudos de Cultura, denominado *Dez lições sobre estudos culturais*. A autoria dele é da minha professora na USP, Maria Elisa Cevasco, que é hoje o maior nome que temos, nessa área, na América Latina. E é importante contar isso, pois temos muito que bater no peito de orgulho dos nossos intelectuais que lutam apesar do desmonte; que, apesar de estarem sobrecarregadas e sobrecarregados com funções burocráticas e sobrecarga de funções, continuam fazendo pesquisa de excelência no nosso país, apesar dos cortes de 90% para pesquisa científica. Maria Elisa Cevasco tem esse livro, e ela, além de grande e influente intelectual, é uma piadista – a galera dos Estudos de Cultura costuma ser bem-humorada –, pois abre o livro dela falando igualzinho ao Manifesto do Partido Comunista: “Um espectro que ronda a Europa é um espectro que ronda os departamentos de estudos literários nas universidades”. Porque, de certa forma, com os estudos de cultura eles fazem isso, com essa

tradição hierárquica de falar o que precisa ser estudado – e, “por coincidência”, é o que a classe dominante define, né? –, aquele livro que cai no vestibular, por exemplo, e os estudos de cultura provocam: mas deveríamos estudar o que o povo produz, o que o povo consome. O Shakespeare é importante, e tão importante quanto Shakespeare é o Instagram. Por que a galera usa tanto Instagram? Por que faz tanta moda? O que está sendo vendido lá? Então, os estudos de cultura olham para as produções humanas sem esse apartamento aristocrático. Isso é bom, porque foi escrito por uma classe e porque preserva os valores e os significados de uma classe, e isso é popular. Logo, rompe com essa distinção entre o popular e o erudito: “a música clássica é música, já o funk é barulho”, “a norma culta é a língua, e o que se fala na periferia é dialeto”. Os Estudos de Cultura rompem com essa separação e mostram o que tem por dentro dela, quais são os interesses que estão em jogo quando essa separação é feita. Então, estou deixando de recomendação para quem tiver interesse sobre o que são os Estudos de Cultura, a minha área de trabalho. Estou toda semana no YouTube e todo vídeo que produzo é a partir dos Estudos de Cultura. Hoje, vim falar um pouco com vocês sobre a população LGBTQIA+, a história e a luta do movimento bem como as possibilidades de resistência, existência e combate.

Sol

Pensamos no tema para essa nossa aula, com o título “Sociedade e preconceito: alguns caminhos para a transformação”, porque se faz necessário refletir sobre a nossa convivência em sociedade e o modo como o preconceito afeta a vida das pessoas, mas, principalmente, como afeta a vida das pessoas LGBTQIA+.

Rita

Vou tentar então começar lançando um entendimento. O termo “preconceito” aparece muito nos debates públicos. E, imaginem, um dos romances mais famosos da língua inglesa, na Inglaterra, se chama *Orgulho e Preconceito*, do início do 1800. Então estamos falando sobre “preconceito” no debate há muito tempo, mas toda palavra que aparece a torto e a direito está em disputa. Não sei se vocês percebem isso, mas todo o

termo que aparece muito está sendo disputado. Por exemplo: o que significa “Deus”? Vocês conseguem perceber que é uma disputa? Conseguem perceber que já houve guerra no planeta por causa disso? Quais foram as reformas protestantes? E a Contrarreforma Católica? O que acontece quando os calvinistas ou os luteranos começam a organizar, ou reorganizar, sociedades europeias? O conceito de “Deus” está em disputa. Quem é esse Deus? O que o agrada, o que o desagrada e o que é viver de acordo com esse Deus está em disputa. O que é religião? O que é comunismo? Por que essa palavra aparece tanto nos tempos recentes? O que é fascismo? Todos os termos que são muito utilizados estão em disputa e, muito importante, vão sofrendo certo esvaziamento.

Essa palavra passa a, talvez, significar menos do que significava. Ela passa a ter um significado diferente do que tinha, uma vez que passa a ser usada sem parar. “Eu te amo” não significa nada hoje em dia... “Ai, eu amo pizza”, “eu amo essa série”, depois você vira para a pessoa que você escolheu e fala: “eu te amo!”, e ela vai falar: “valeu, falou... você ama pizza também! Tanto faz...”. O que estou falando é que esses termos que recorrentemente usamos, em especial no debate público, vão se reconfigurando.

Então, que diabos é “preconceito”? Preconceito é outro desses termos. Não costumamos ouvir que “hoje em dia tudo é preconceito”? Isso é um discurso que circula, assim como “na minha época isso aí era mimimi...”.

Esse cenário nos mostra a necessidade das políticas públicas, que são criadas para transformar o preconceito em uma agressão, numa forma de assédio moral que se equipara aos crimes de homofobia, de LGBTfobia e de racismo. Entendem que o ódio é uma expressão subjetiva, fruto de um processo histórico, material e estrutural da nossa sociedade. Quais corpos serão odiados? Os corpos que são colocados como “outro”, como inimigos, que são usados como carvão na fornalha do sistema e abastecem o sistema. Contra estes existe preconceito. Então, como início, podemos tentar pensar como o preconceito afeta as nossas vidas e as vidas de pessoas LGBT. Vou chamar um filósofo francês, Michel Foucault, que fez a maior parte do trabalho dele na segunda metade do século

passado, décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980. O Foucault trabalhou em alguns conceitos importantíssimos e, inclusive, foi um marco na história da intelectualidade Ocidental. Muitos debates dentro das humanidades passam por ele e usam ferramentas que ele trouxe. Estou chamando-o para pensarmos na primeira semente para plantar em união, em coletividade. Qual é essa semente? Se puderem, anotem esta frase para pensarem depois sobre ela: “Uma esfera de poder cria um discurso de poder”. Então, vamos lá, o que é isso que estou tentando dizer? Essas palavras são minhas e estou, de certa forma, me referindo a Foucault.

O que quero dizer com esfera de poder? Bom, vivemos no mundo de matéria, meus anjinhos e minhas anjinhas. Poder não é soltar raio pelo olho, choque pela mão, não é ser X-Men ou aqueles homenzinhos que voam da Marvel. Poder é a possibilidade de organizar estruturas e ditar caminhos. Então, quem controla os preços das coisas, o que será plantado ou não, se vai ter reforma agrária ou não, isso é poder. Estamos falando sobre o modo como são organizadas as possibilidades de um grupo num tempo: “poder”, estou tentando dar uma definição aqui. O que quero dizer por “esfera de poder”? A Constituição fala que ele emana do povo. É meu sonho que o povo saiba disso! Então, da forma como organizamos as sociedades, existem esferas que têm essa possibilidade de apontar direções e organizar coisas, e vou citar algumas. Vamos pensar na esfera de poder chamada lei. A lei não é uma abstração, é um aparato discursivo, teórico e técnico que é paramentado, construído e formulado por um grupo. Então, podemos ir para Roma Antiga: quem escrevia a lei? Podemos ir para a Europa Medieval: quem escreveu a lei? Podemos ir para o fim do Antigo Regime na França: quem estava escrevendo a lei? Podemos pensar na Revolução do Haiti: quem vai escrever as novas leis? Podemos pensar na Revolução da Rússia: quem escreveu as leis?

Então, existe essa esfera de poder. É o Legislativo, o Judiciário, que é quem escreve e julga? É o Executivo, que é quem põe em prática? Mas aqui estou chamando essa esfera de lei, para ficar mais fácil. Então, a esfera da lei tem um poder, e qual é esse discurso de poder que ela cria? O que é crime e o que não é? Se formos olhar a Constituição dos Estados Unidos, ela tem algumas diferenças da Constituição do Brasil, e uma

delas é que sofre muito menos emendas do que a nossa. Sendo diferente, nos Estados Unidos existem leis que funcionam no município, o qual tem a liberdade de organizar essas leis, como o regime federativo que lá opera diferente do daqui. Têm leis que funcionam para aquele estado, para aquela federação. Disso entendemos que o aparato de leis de lá funciona de forma distinta do daqui. Vocês vão chegar no lugar e está lá escrito no livro de leis deles que é crime amarrar um cavalo num poste – e eu estou dando um exemplo bem xucro para tentarmos entender o que estou falando. Essa esfera tem o poder de dizer que “este modo de vida é criminoso e esse não”, “este vale e esse não”. Então, como o preconceito opera?

Vamos para essa esfera de poder primeiro: a lei. Meus anjos e minhas anjas, ainda hoje existem 70 países no planeta em que é crime ser LGBT. Desses 70, em no mínimo 7 é um crime com pena capital, isto é, com pena de morte. Então, estou falando sobre uma esfera de poder que regula o que é crime e o que não é. Mas essa esfera de poder... já disse, aqui no Brasil, por exemplo, tem um vídeo lá no meu canal chamado “Racismo reverso” em que explico por que não existe racismo reverso a partir do aparato material e formal da nossa sociedade, porque falo sobre as leis, algumas leis feitas no Brasil que, por exemplo, proibiam pessoas pretas de estudar. Por lei, se essa pessoa preta entrar na escola, é crime, e a lei vai proibi-la de fazer isso. Uma esfera de poder cria um discurso de poder. Outro exemplo: mulher pode votar antes dos anos 1930 no Brasil? Não. Então, há esse aparato da lei que cria um discurso de poder – o que pode e o que não pode –, cria a ideia do que vai ser crime e do que não vai ser naquela sociedade, naquele grupo, naquele tempo. Só que essa esfera não está apartada da realidade, ela está povoada de seres humanos – historicamente brancos, homens, cisgênero e da classe dominante.

Temos uma frase, que zoamos, que é: “O direito burguês nunca falha... para os burgueses”.

Então, a Vale destrói Brumadinho. A Vale parou? Não, está lá e recorre toda vez que é definido o valor da multa e tenta não pagar. A lei burguesa, o direito burguês, nunca falha para os burgueses. Vai para Brumadinho conversar com as famílias. Vai olhar o impacto ambiental. E como se paga por uma destruição

que não tem preço? Essa esfera de poder – a lei – tem essa possibilidade de criar um discurso de poder. Se olharmos para a história brasileira, os crimes de vadiagem, por exemplo, vão começar a aparecer a partir do 1800. Eles vão começar a aparecer assim que a população negra é liberta da sua condição de escravizada. É uma coincidência? Vou dar cinco segundos para vocês pensarem. Não, né, meus anjos! Claro que não é. Porque, a partir de então, há um aparato técnico, formal, “a lei”, obrigando que as pessoas negras se sujeitem a quaisquer condições de vida. Então, elas foram libertas e o Estado vai se responsabilizar pelos trezentos e tantos anos de mão de obra escrava? Não. O Estado vai oferecer moradia? Não. O Estado vai fazer algum tipo de reparação histórica? Não. Na prática é: vocês estão livres para morrer de fome, livres para ocupar os morros, livres para viver na ilegalidade, livres para entrar para o crime. Com isso, criamos um crime para vocês chamado vadiagem. E qual é esse crime? Andar pela cidade sem casa e sem emprego. E essa população recebeu casa e/ou emprego? Não. Então ela passa da condição de subalterna, de escravizada, para a condição de criminosa. Uma esfera de poder cria um discurso de poder.

Vamos pensar em outro exemplo: o discurso médico. O que o discurso médico faz? Ele cria o que é doença e o que não é. Vale contar para vocês que a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem um catálogo, uma lista do que é considerado uma doença e do que não é. A melancolia era uma doença. O “homossexualismo” era uma doença, por isso não podemos falar essa palavra, porque essa palavra tem uma história. Qual é a história? Era uma doença para a OMS até 1990. Vocês estão entendendo que não é pouca coisa? É “só” a Organização Mundial da Saúde, essa mesma que está falando que temos que usar máscara. Vocês estão vendo o poder que ela tem de regular as práticas sociais? Estamos vivendo uma pandemia, vocês entenderam o poder que a OMS tem? De falar “esta vacina vale, essa não. Esta vai precisar de quatro doses, essa de três”. Então, vocês estão entendendo o poder que ela tem? Até 1990, ela dizia “homossexualismo”, com esse final “ismo” de doença, que os discursos médicos usam para falar sobre, por exemplo, botulismo, autismo..., mas, pera, autismo é uma doença ou é uma posição no espectro? E por que virou doença?

É porque existe uma esfera de poder que cria um discurso patologizante. Pessoas LGBT historicamente foram vistas como crime e doença, e vamos continuar na próxima esfera de poder, a religiosa.

Esfera religiosa, cada povo, em cada tempo, faz a sua. E ela é poderosíssima. Como a Câmara de Vereadores está configurada na sua cidade? E como o órgão dos deputados está configurado no seu estado? Já entendeu que a religião é poderosíssima? Ainda não? Qual é a segunda maior TV do Brasil? Já entendeu. Então, vamos juntas! Essa esfera – religião – cria um discurso de poder: o que é pecado e o que não é. Não pode brincar com a pele do porco, não pode cortar cabelo, não pode doar sangue, não pode ser viado, não pode ser sapatão. Por quê? “Ah, porque Deus não quer.” Então, de novo: uma esfera de poder criando um discurso de poder.

As pessoas LGBT historicamente foram vistas como: o primeiro exemplo que eu dou, o crime; no segundo exemplo que dou, doença; terceiro exemplo que dou, pecado. Então, foram vistas como um crime, como uma doença e como um pecado. E podemos continuar com a cultura.

A cultura é uma esfera de poder. O que é cultura faz? O que é bonito e o que é feio é a cultura que te informa. O que é engraçado e o que não é, o que é sério e o que não é, o que é prestigioso e o que não é, o que vale e o que não vale, o que é aceito e o que não é. Tudo isso está determinado pela esfera da cultura, e ela, assim como as outras esferas, não é apartada da realidade, por isso controla os museus, por exemplo, escolhe quanto dinheiro os teatros vão receber e se vai ter show ou não assim como promulga e libera os alvarás. Vocês estão entendendo o que é um órgão? Então, a cultura aponta o que vai ser piada e o que não vai, e pessoas LGBT historicamente foram vistas como crime, doença, pecado e piada.

Estou dando quatro exemplos sobre esfera de poder criando discursos e vou deixar algumas perguntas para vocês: por que será que isso acontece? Por que essas esferas separam esses corpos? Quais interesses estão sendo atendidos quando essas categorias estão sendo ocupadas de forma arbitrária? Vocês precisam sair dessa conversa tendo entendido isso. O que é crime foi decidido de forma arbitrária, o que é doença

foi decidido de forma arbitrária, o que é pecado foi decidido de forma arbitrária e o que é piada foi decidido de forma arbitrária. Implementado, reforçado, cultivado, promulgado.

Mariana

Pensando nisso que você está trazendo para nós, das esferas de poder que criam os discursos de poder, podemos fazer o link com a questão de produção de conhecimento. Por exemplo, o que está dentro dos currículos escolares é um conhecimento que foi decidido por alguém, e vou usar a palavra que tu nos trouxeste: arbitrário. Então, para você nos ajudar a pensar sobre isso, por que o conhecimento produzido pelas Ciências Humanas tem tanta dificuldade de encontrar eco na sociedade? Quando trazemos a discussão, por exemplo, do que é ser homem e do que é ser mulher, e a própria construção da ideia de masculino e de feminino, é uma questão de contexto social relacionada a um determinado tempo histórico, que existe produção de conhecimento que explica e descreve isso. Assim como quando vamos trabalhar essas temáticas ou propomos que elas sejam trabalhadas, por exemplo, dentro da escola a partir da discussão da sociologia. Mesmo que essas discussões estejam nos livros didáticos, há uma grande barreira e um forte ataque a esta que é uma simples questão: pensar o que é a construção da ideia de homem e de mulher, por exemplo. Esse pânico moral é mais forte ainda com relação à diversidade de gênero e de sexualidade. Então, por que isso é um problema, Rita? Por que incomoda tanto?

Rita

Temos que pensar o seguinte, moçadinha: a forma que usamos para produzir e validar conhecimento também é histórica. Até que as revoluções científicas comecem a acontecer na Europa, existe um órgão regulador da produção de conhecimento, a Igreja. E é esse órgão que decide que isso que se está produzindo é um tipo de conhecimento. Vocês conhecem a história do Galileu Galilei? Ele ia ser queimado vivo, pois estava lá falando que este sistema em que estamos é heliocêntrico. Inclusive, desde a Grécia Antiga já tem gente falando de heliocentrismo. Então Galileu decide provar essa teoria. Ele vai lá, produz os trabalhos dele e ele mostra: está aqui, fruto de

“não sei quantos anos” de observação empírica, tudo descrito, posso fazer e qualquer pessoa que seguir o passo a passo pode fazer e vai chegar à mesma conclusão, é heliocêntrico, a Terra não é o centro do sistema. Então, moçadinha, a forma como produzimos e validamos o conhecimento é histórica, está dada pela configuração social de um povo num tempo. O que é conhecimento? O que é Ciência? O que foi validado como tal? Então, quando falamos ou pensamos em quais discussões serão levadas para as salas de aula, estamos pensando em que tipos de cabeças estão sendo formadas no país, no estado, na cidade. Estamos falando sobre o que há de mais importante: material humano. Se formarmos bem o material humano, mudamos o curso da história. Por isso sou professora!

Então, vamos pensar: quero colocar essa geração de pessoas para discutir investimento público? Quero colocar essa geração de pessoas para que elas saiam da escola sabendo como opera a democracia liberal burguesa brasileira? Sabendo o que é um vereador e para que serve? O que é um deputado estadual e federal? Qual é a diferença? Quais são suas funções e quais são os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário? E como o orçamento é distribuído? Qual é o papel da União? Quero uma geração que saiba isso? Não, ôxe, imagina um monte de gente para regular meu trabalho. Eu quero? Então não vai ter isso na escola, vai ficar de fora, por acaso, por coincidência, né. O que a ditadura civil-militar faz com os currículos no Brasil? Os delapida. O que é delapidar? Arrancar. E o que se arranca? As humanidades. E vocês que estão me ouvindo? Tiveram aula de filosofia, sociologia e antropologia? Veja, o que estou tentando colocar para vocês é que o que é ensinado é dinamite, meus anjos, ou melhor, é ferramenta. E, dependendo da ferramenta que recebemos, podemos fazer um tipo de trabalho. Por que estudar a coisa do gênero e da sexualidade “chacoalha” tanto? Oh, meus anjos, vocês sabem a resposta: porque construímos sociedades apoiadas numa ideia e uma ideia é uma abstração do que gênero significa. Vejam, criamos sociedades em que vagina é igual a cuidar de bebê, lavar, passar, cozinhar, ser delicada, não arrumar briga, ficar quieta, dizer que sim, e isso é uma ideia!

Tem uma antropóloga da cultura norte-americana chamada Margaret Mead, o trabalho dela é do final dos anos 20

e começo dos anos 30 do século passado. Ela escreve um livro que vai explodir o planeta, *Sexo e temperamento*, porque ela, a dona Margarete, já não aguenta mais o funcionamento da estrutura que exclui mulheres, por exemplo, do debate intelectual. Ela é uma professora universitária, numa época que você quase não tem mulheres ocupando essa função, é uma das intelectuais de linha de frente da antropologia, nos Estados Unidos, e não é lida pelos colegas porque ela é mulher. E como funciona a validação de trabalho acadêmico? Pelos seus pares, mas se os pares não te leem, não te citam, não te publicam, você vai morrer desconhecida. Margaret é uma das intelectuais na história que produziu ciência para o povo, que consegue ler, pois não é jargão acadêmico, é uma coisa que o povo consegue acessar. Ela participava de programas de rádio e fazia a intelectualidade que ela produziu circular. Quando desenvolve a pesquisa que originou a obra *Sexo e Temperamento*, é movida a partir de uma pergunta: o sexo influencia o temperamento? E a partir dessa questão ela vai depreender um trabalho de etnografia e estudar povos que têm pouquíssimo ou nenhum contato com a cultura ocidental, com a civilização ocidental, com as ideias ocidentais. E aí, ela vai para a Polinésia estudar povos onde hoje é a Papua-Nova Guiné: os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli (Chambri). Ao estudar esses povos, ela aventa essa questão: o sexo (pênis ou vagina) é capaz de definir temperamento? “Ah... você fala muito porque é mulher”, “você trai porque é homem”. Então, gente, desde os anos 30 temos esse trabalho, que nos fala que essa influência não é determinante, que é padrão de cultura. Na pesquisa, ela documenta que em num desses povos, por exemplo, o trabalho braçal é coisa de mulher. Carregar peso, transportar a água e construir casa é coisa de mulher, trabalho de mulher, e, nesse povo, as mulheres são maiores e mais fortes que os homens. Elas treinam porque têm maior acesso à proteína, então o corpo é cultura. Vocês entendem isso?

Se não entenderem, vocês podem ir a um museu que tenha indumentária ou armadura do século XVII. Os seres humanos tinham por volta de 1,60 metros, os mais altos entre 1,65 metros e 1,70 metros. Vocês podem ir ao *Victoria and Albert*, que é um museu em Londres, na Inglaterra, e olhar o tamanho dos sapatos do século XVII. Os pés das pessoas eram

de determinado tamanho: corpo é cultura. Margaret vai lá e fala, demonstra, comprova: olha, para este povo, falar é coisa de homem, se enfeitar é coisa de homem, discutir, debater e fazer política é coisa de homem; nesse outro povo, os homens fazem as decisões políticas, mas elas só serão implementadas se forem aprovadas pelas bruxas, que é um grupo de mulheres anciãs que vivem afastadas. Então ela analisa outro povo. E fazer guerra? É coisa de quem, homem ou mulher? Dos dois. Quem vai treinar para a guerra? Homem e mulher. Nesse mesmo povo, cuidar de criança é trabalho de homem e de mulher. Quem dá papinha, faz parar de chorar, leva para plantar e ensina a pescar e falar? Os dois. Então, o que eu estou contando para vocês, meus anjos, é que estou pegando um trabalho – e eu poderia pegar muitos outros – para falar o seguinte: desde que existem, as Ciências Humanas estão nos falando o que Freud já tinha falado, né. Enfim, isso tudo que vocês estão vendo é uma construção social, e qualquer coisa ligada a essa ideia de homem e de mulher é socialmente construída.

Mas aí vocês podem dizer: “Rita, e se eu disser que a mulher tem mama?”. Bem, vou te confrontar com a ideia de que algumas não, que o desenvolvimento da mama – do que o que é considerado mama – vai variar de corpo para corpo. “É, Rita, mas e se eu falar que a mulher normal, a mulher saudável...”, bem, aí vou falar: pronto, você acessou uma esfera de poder, o discurso médico patologizante. Então esta é a mulher normal e a outra é a mulher o quê? Anormal? Vocês reconhecem que nesse próprio discurso tem furo? Que esse próprio discurso fala “mulher é isso, mas...”?

Então, o que estou tentando, de novo, colocar aqui é que a ideia é construída como um efeito de linguagem, um efeito de discurso e uma produção de tempo. E por que estudar isso é uma dinamite? Porque reconfigura o modo como as nossas sociedades se organizam. Por exemplo: o patrimônio. O que é patrimônio? Aquilo que vem do pater – terra, dinheiro, ações. O que é matrimônio? É aquilo que vem da mater – casa, casamento, família. Estou explicando com base na língua, e o que é língua? É a cristalização de um sistema de significados e valores de um povo num tempo. Estou dando explicação, usando a língua, sobre o modo como opera a cultura: matrimônio ou patrimônio. Construímos sociedades que operam numa coisa

que uma das antropólogas norte-americanas dos anos 70, chamada Gayle Rubin, escreve em *Políticas do Sexo*. Ela chama de sistema sexo-gênero – pênis produz homem e vagina produz mulher – a ideia de que a genitália, o sexo, seria capaz de naturalmente produzir esses comportamentos associados à ideia de homem e mulher. Mas ela mostra que isso não é natural, é social, e por isso precisamos constantemente falar “senta que nem homem”, “fala que nem homem”, “isso não é coisa de homem”, “brinca desse jeito”... Vocês conseguem entender que é um treinamento? Vocês são constantemente treinados para serem homens ou mulheres, e qualquer coisa que vocês fizerem que desvie, vocês morrem. Aqui no Brasil vocês morrem. E é tão insano, tem tão pouca coisa natural nessa ideia, que vou dar um exemplo bem esdrúxulo: cresce pelo na cara de todo mundo, mas experimentem ser mulher e não arrancar; cresce pelo na axila de todo mundo, mas experimentem ser mulher e não arrancar; cresce pelo na perna, na barriga, nas costas de todo mundo, experimentem ser mulher e não arrancar, e aí me contem depois, daqui uns anos, o que é violência de gênero. Ah, ser mulher é tão natural, mas tão natural que se você não arrancar os pelos você deixa de ser mulher e vai sofrer violência.

Tenho outro exemplo esdrúxulo. Paul Preciado tem um livro chamado *Testo Junkie* (*Testo*, de testosterona, e *Junkie*, de drogado), no qual vai falar sobre o fármaco capitalismo, o capitalismo farmacopornográfico, mostrando que [hormônio] é tão natural que a indústria farmacêutica vende e, se vocês começarem a tomar, muda todo o corpo, ele se transforma e vira outro. É tão natural que alguns corpos não produzem e precisam recorrer à indústria farmacêutica para acessar. É tão natural que tem corpo que produz demais e tem corpo que produz os dois [tipos de hormônio]. Ainda nesse livro, Paul Preciado pede que imaginemos o treinamento farmacopornográfico que recebemos. É um fármaco, de farmácia, químico e pornográfico referente à performance sexual que se deve desempenhar. Claro que a discussão é muito mais complexa do que essa, mas aqui estou tentando o que posso para refletirmos. Então, venham comigo!

Por exemplo: escolho que vou tomar bomba, malhar, tomar suplemento, fazer dieta, ficar grande, ficar bear, quarenta de bíceps, e aí, se tenho um pênis, “lindo, tesão, bonito

e gostosão”, todo mundo aplaude; ganho 600 mil seguidores, tenho uma conta no Instagram na qual apareço sem camisa e as marcas me dão dinheiro... Pronto! Fui celebrado no sistema. Agora, se a Mariana decidir fazer isso, se a Liene decidir fazer isso, ai, ai, ai... Elas vão para o inferno! Que história é essa de tomar testosterona? Não pode! Mas agora troca o pensamento: colocar silicone/fazer implante de mama, colocar quadril, se apertar no espartilho para desenvolver uma cintura que não existe e arrancar todos os pelos do corpo com cera quente... se elas decidirem fazer isso serão celebradas; se Pedro fizer isso, ai, ai, ai, Pedro, vamos queimar você na fogueira! Então é tão escabroso que vocês não têm direito aos próprios corpos, não têm direito a vocês.

E aí, vou tentar encerrar essa ideia do gênero como um produto discursivo e o interesse político: por que não se pode discutir? Vamos nessa linha. Vocês lembram lá atrás, quando falei quais interesses estão sendo atendidos? Anotem essa pergunta, porque depois irei voltar a ela. Para isso, vou dar o exemplo da monogamia, essa ideia de que o seu útero pertence a alguém, o seu sêmen pertence a alguém e, nessa ideia, a sociedade e o modo de produção, isto é, o capitalismo, estão organizados em cima disso. Imaginem que nós, as pessoas que estamos on-line aqui hoje, somos uma população de um vilarejo, um povo. Então, a partir de agora, não tem monogamia. Mas, perai, calma... Deixa eu ver se entendi, Dona Rita. O que você está me dizendo é que a padaria do Walter agora é minha, pois o Walter é meu namorado, mas é da Leilane também, porque ela também namora ele. E a borracharia do Pedro? De quem que é? E o restaurante da Sônia, de quem é? A pousada do Jurandir? Então, vejam, o casamento monogâmico serve para que exista herança. Se todo mundo é de todo mundo, se ninguém é de ninguém, o que o Joãozinho, que nasceu agora, vai herdar? Tudo! Esses exemplos são para refletirmos que a monogamia é uma política de encerramento de afetos, corpos e bens, uma política organizadora de gênero e economia. E sem monogamia não existe capitalismo, porque para quem que vai ficar a herança? Sem herança não tem bilionário, sem herança não tem mercado de capitais, sem herança não tem monopólio, sem herança não tem a “família Marinho”. Vocês entendem onde estou querendo chegar?

Mariana

Rita, para seguirmos com o nosso diálogo vou trazer aqui uma das tantas perguntas do nosso chat: qual a importância do nome social para a composição da identidade dos, das e dos adolescentes LGBT? Qual a importância do nome social para a constituição dos sujeitos? Como poderíamos trabalhar na conscientização para que o nome social não seja desrespeitado?

Rita

Maravilha! Depende de quem é o agente, do que entendemos ser respeito e do que entendemos ser fazer. Qual é o papel do filósofo? O papel do filósofo é pensar a pergunta, não a responder. Então, toda vez que recebemos uma pergunta, precisamos pensar sobre ela: Rita, qual é a importância do nome social? Mas eu te pergunto: qual nome não é social?

E a partir daqui começamos a pensar na pergunta. O nosso processo de nomeação é autárquico, hierárquico e obedece a uma estrutura de poder. Quem pode nomear? Quem registra. Registra onde? No cartório. Então o nosso nome tem que ser autorizado, né! Logo, o acesso ao nome... quê? E qual nome não é social? Então veja, voltamos para a questão: qual nome você carrega? O da sua família, e, magicamente, o das mulheres vai sendo apagado, vai ficando só o dos homens. Magicamente, não tem nada a ver com estrutura de poder, nada a ver com herança. O meu nominho, por exemplo: tenho três sobrenomes e os três são da linhagem dos meus avôs. E o que aconteceu com o nome da família da minha avó? Desapareceu? Curioso isso, não?

Estou falando, portanto, sobre direito à memória, sobre patrimônio imemorial, e por que estou trazendo isso para falar de nome social? Pensem um pouco e já podem responder a pergunta. Estou falando do acesso à possibilidade de nomear, que é o acesso à possibilidade de lutar pela memória e pela cultura, de lutar pela disputa democrática dos caminhos do mundo, dos rumos do mundo. Por que o vencedor destrói as bibliotecas dos vencidos? Por que uma das primeiras coisas que os nazistas fazem, quando chegam ao poder na Alemanha, é queimar a biblioteca do Instituto de Ciências Sexuais? E por que o Vaticano proibiu tantos livros? Por que as religiões de matriz africana

são, pelos católicos, igualadas ao diabo? E por que Exu, para a fé evangélica, é nome de demônio? Porque é uma guerra de poder, porque é uma guerra ideológica.

Voltando à pergunta, qual é a importância do nome social? Primeiro, qual nome não é social? Segundo, qual é a importância do nome? Qual a importância de nomear as coisas, de lembrar os nomes, de narrar os nomes?

Vocês já ouviram falar sobre “escrevivência”? Michel Foucault também vai falar sobre isso, sobre a possibilidade de narrar a si mesmo e como isso é um ato revolucionário. E, se não estiver bom, posso falar da Gayatri Chakravorty Spivak, a partir da crítica literária feminista indiana, que tem um livro chamado *Pode o subalterno falar?*, um ensaio no qual vai falar sobre a importância do nome, assim como a importância de preservar uma narrativa, dar ouvidos às vozes silenciadas, abrir os documentos da ditadura e lutarmos para que as ossadas sejam encontradas e os criminosos e torturadores punidos. Mas, Rita, eu estou só te perguntando sobre o nome social... Não está, meu anjo, não está. A sua pergunta é sobre quais corpos têm o direito de existir e quais corpos vão ser massacrados e ter sua história apagada.

Mariana

Pensando em tudo isso que você trouxe para nós, a questão da produção do conhecimento, e aqui no chat também estão falando sobre o conhecimento e a reforma do Ensino Médio, que tirou a obrigatoriedade das disciplinas da área de Ciências Humanas. A partir desses fatos, não há como não afirmar que existe uma intencionalidade nisso, uma vez que são, principalmente, as matérias de humanas que fomentam conhecimento crítico. Então, é um plano, são estratégias para minar a reflexão e a ação. Pensando nisso, o que podemos pensar para nossa juventude, em especial para a população LGBT, como formas de organização social? E, agora, nessa tua última fala, tu não usaste essa palavra, mas vou fazer essa relação com a questão da representatividade. Se não temos pessoas LGBT ocupando as esferas que podem produzir e falar sobre si, sobre a sua vivência, como podemos tornar nossa sociedade menos violenta, menos preconceituosa e mais acolhedora?

Rita

O que primeiro precisamos falar para as pessoas é que, desse jeito, não vamos. Se não lutarmos pela reconfiguração dos espaços de poder, se não os disputarmos, se não os repovoarmos, se não os esvaziarmos, não transformaremos a sociedade. Então, é só olhar para ver o que o inimigo faz, historicamente. O que os inimigos das humanidades fazem? Eles ocupam, repovoam, usam o poder para eles e esvaziam. O que aconteceu com o Ministério da Cultura? O que aconteceu com o Ministério dos Direitos Humanos? O que aconteceu com o Ministério do Trabalho?

Então, estudantes, é um dever histórico de vocês fazer parte do movimento estudantil e se engajar na luta política do nosso tempo. E, deixa só eu contar essa notícia que, inclusive, saiu hoje: 2022 é o ano que, historicamente, temos menos pessoas com 16 e 17 anos aptas a votar, e, na história, nunca tivemos um número tão baixo de pessoas com o título de eleitor regularizado. Bom, essa é a primeira bomba. A segunda é que o interesse político é, também, midiático. A possibilidade do interesse político é, também, acesso. E essa discussão chega até as pessoas?

Estamos aqui numa mobilização de conscientização para que as pessoas, sobretudo os jovens, façam o título de eleitor, mesmo sabendo que o voto é apenas um dos instrumentos de participação. Então, para ser mais efetivo, o que vocês têm que fazer? Precisam se organizar em movimento popular, procurar uma organização política no seu município, integrar o movimento social e encontrar um partido. Precisam ter um lugar para voltar para recarregar suas baterias, discutir tática, ter camaradas e projetos. Se não, meus anjos e minhas anjas, a vida é nascer, crescer, pagar boleto e morrer. Sem luta, é isso que sobra. É necessário fazer um esforço de olhar para além das suas vivências particulares e se perguntar: quais são os corpos que estão aqui? Como o poder está distribuído? O que está acontecendo com a juventude? Como está a periferia? Como está o saneamento básico? Como está a situação das escolas? O que seus professores estão tirando do próprio bolso para conseguir dar aula? A única coisa que temos para fazer é lutar.

E, Rita, como lutamos?

Nos organizando, pois não existe luta sozinho, ninguém luta sozinho. Lutamos em coletivo. Para finalizar, lembro a vocês que os bons encontros são aqueles que reverberam e, se vocês que estiveram aqui nos acompanhando hoje saírem daqui diferentes do que entraram/chegaram, nosso papel se cumpriu. Estamos aqui dispostos a discutir sociedade, dispostos a, na reflexão, na troca e no aprendizado, nos munir e nos instrumentalizar com recursos de esperança. O sentimento mais reacionário, conservador e retrógrado do planeta é a desesperança, porque ele tira a vontade de lutar. O Raymond Williams, que é um dos intelectuais que estudo e amo muito, fala que “ser verdadeiramente radical é tornar a esperança possível, não o desespero convincente”. Não se deixem convencer pelo desespero, moçada, e mantenham acesas em vocês a chama de esperança e a ideia de que é possível lutar, porque tem muita luta para fazermos!



Inovação é diversidade! Como o mercado de trabalho vem pensando práticas inclusivas em seu dia a dia?

Você sabe o que é uma startup? Sabia que essa nova forma de negócio está super conectada com a promoção da gestão da diversidade nos ambientes de trabalho? Para entender tudo isso, tivemos a honra de receber, no diálogo on-line do dia 1º de setembro de 2022⁴⁰, Daniela Rangel Tonietto⁴¹, historiadora, estudante de marketing e cofundadora do VamosJuntas Inovação Social – Consultoria e Educação em Diversidade e Inclusão.

Quer conhecer mais o trabalho desenvolvido pela VamosJuntas? Então acompanhe este diálogo, com mediação da professora Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli⁴² e contribuição do bolsista Gustavo Veit Maranguelle, que nos apresenta subsídios para entendermos que boas práticas para a promoção da diversidade e da inclusão precisam ir além do discurso.

Boa leitura!

⁴⁰ Disponível em: <https://youtu.be/ruEJJ8LgHWk?list=PLDm5-f8Qw4M-OPjuFoElpJu9j9GFG-D6Q4>

⁴¹ Historiadora, estudante de marketing e cofundadora do VamosJuntas Inovação Social – Consultoria e Educação em Diversidade e Inclusão.

⁴² Docente do IFRS Campus Caxias do Sul e mediadora do diálogo.

Daniela

Tudo começa pela minha relação com a Priscila Almaleh. Nós duas somos historiadoras. Enquanto estudante de História, pesquisei durante três anos a área de estudos sociais de gênero. Atualmente sou estudante de marketing e pesquisa gestão de inovação. Priscila, na iniciação científica, no mestrado e no doutorado, também já trabalhava com estudos sociais de gênero mais voltados para a área da história das mulheres em si. Trabalhei também a história das mulheres, mas voltada para a área da comunicação. Durante a pandemia, passamos a nos encontrar com maior frequência. Ela precisava de uma assistência e eu de um emprego.

Enquanto duas historiadoras, era muito bom ter com quem desabafar e conversar sobre o que já vínhamos pesquisando e trabalhando há um tempo. Foi quando nos deparamos com a questão do mercado de trabalho. No momento, tanto eu quanto Priscila já estávamos nos preparando para ingressar mais a fundo no mercado de trabalho. Eu já estava em vias de terminar a graduação e a Priscila já estava na metade final do doutorado. Estávamos nos questionando muito sobre o mercado de trabalho, sobre onde poderíamos nos inserir e como faríamos isso. Foi quando começamos a nos questionar sobre os lugares onde poderíamos estar. Seria só a sala de aula? Seria só a pesquisa o local de um historiador?

Quando esses questionamentos surgiram, uma amiga nossa entrou em contato e nos relatou que tinha passado por uma situação de machismo entre os membros da empresa em que trabalhava. O fato ocorreu entre um funcionário e uma gestora, e eles queriam trabalhar um pouco disso dentro da empresa. Foi desse fato que ela lembrou de nós, que poderia nos chamar para irmos lá falar um pouco sobre machismo no trabalho, sobre masculinidades tóxicas ou sobre mulheres em cargos de liderança e o modo como isso impacta a sociedade. Deparamo-nos com algo interessante em que não tínhamos pensado.

Apesar de, enquanto pesquisadoras, já estarmos acostumadas a participar de eventos, dar palestras e fazer apresentações e comunicações das nossas pesquisas, era algo que ainda não tínhamos pensado em fazer profissionalmente.

Aceitamos o convite e realizamos a primeira palestra sobre mulheres em cargos de liderança. A ação teve uma repercussão muito boa com os funcionários da empresa, que nos chamaram para fazer outra palestra sobre machismos no ambiente de trabalho. Dessa vez o evento foi aberto a toda a comunidade que a empresa impactava. Quando isso aconteceu, pensamos que tínhamos uma área a ser explorada.

Começamos a ir atrás das empresas de consultoria em diversidade e inclusão que já existiam. Escolhemos essa área porque é de onde viemos. Somos historiadoras das mulheres e nos deparamos também com “n” tipos de mulheres. Mulheres negras, mulheres bissexuais, mulheres lésbicas, mulheres trans, mulheres travestis. Passamos por muitas dessas diversidades e percebemos que os preconceitos se cruzam, se mesclam. A História dá um aporte para entendermos de onde isso veio, como isso se desenvolveu e como está enraizado na nossa sociedade. Enquanto pesquisadoras, é nosso dever apontar soluções e conseguir buscá-las por meio do método científico para resolver um problema.

Ao estudar esses outros modelos de negócio que já existiam de diversidade, deparamo-nos com outra coisa muito inusitada: as empresas com núcleos muito fortes, ou até as próprias empresas de diversidade e inclusão, tinham como líderes de diversidade uma pessoa que era formada em RH e se especializou nisso ou pessoas formadas em Publicidade e Propaganda, Jornalismo ou Direito e se especializaram nisso. Nenhuma delas tinha, para pensar os humanos, um cientista da área humana. Foi nesse momento que começamos a perceber que talvez essa seja uma das falhas que temos na nossa sociedade e que torna tão difícil esse nosso processo de evolução e percepção da diversidade e da inclusão como algo bom, como algo positivo e necessário para a nossa vida.

A partir desse momento começamos a nos desenvolver e nos deparamos com o desafio que era trabalhar com o mundo dos negócios. Entender como funcionavam os negócios, quais eram os modelos de negócio, em que tipo de modelo poderíamos nos encaixar. Foi então que conhecemos o Lab Empreendedor, que é um projeto da Unisinos, de onde somos egressas. O Lab Empreendedor era um projeto de extensão de uma empresa que

é parceira da Unisinos, a Vagas Collab. Essa empresa promove mentorias para empreendedores começarem os seus negócios. É como se fosse um laboratório de empreendedorismo no qual os participantes testam suas ideias de negócio para analisar se são viáveis e o que precisa ser ajustado ou não. Quando fomos selecionadas, as professoras do projeto ficaram maravilhadas conosco. Relataram que já fazia muito tempo que vinham tentando impactar as ciências humanas e não conseguiam. Por meio dessa experiência, digo que a Daniela e a Priscila CEOs nasceram de verdade. Foi quando começamos a entender quais eram as nossas funções e o que deveríamos fazer.

E escolhemos o modelo startup. Por quê? Uma startup é uma empresa com base tecnológica, e a comunicação acaba se tornando uma área tecnológica. No momento da pandemia pensamos em desenvolver nossas práticas. Eram de maneira tecnológica e não tínhamos como fugirmos mais disso. Essa foi a forma que identificamos como sendo a mais fácil, e que certamente vai se manter. Também porque pensamos muito em projetos que possam se difundir de maneira mais acessível a todos, para que o nosso trabalho e o nosso conhecimento sejam acessíveis a todos. E isso só acontece por meio da internet, com a produção de vídeos e entregas e até mesmo pelo nosso Instagram, que usamos também como uma plataforma educativa. Nele, prestamos o serviço de explicar e de receber e responder perguntas. Escolhemos o modelo de startup também porque é mais flexível. A nossa ideia é justamente ter essa flexibilidade para marcar sempre o que acontece de diferente e precisa ser incluído.

M^a de Fátima

A VamosJuntas se dedica apenas às diferenças de gênero e sexualidade ou também a outros tipos de diferenças, como pessoas com deficiência?

Daniela

Nós nos intitulamos uma consultoria de educação em diversidade e inclusão e abarcamos todas as diversidades. Por mais que sejamos mais voltadas para a área de gênero e sexualidade, temos outros colegas que trabalham com questões relacionadas aos PCDs, ao etarismo e a todas as outras

“n” diversidades. Tendo colegas tão bem qualificados, não seria justo desenvolver um projeto de que participaríamos só nós. E já viemos com esse problema do mercado de trabalho. O mercado não absorve os pesquisadores e o que podemos fazer com isso. A nossa ideia é que as coisas fiquem centralizadas em nós, mas que possamos compartilhar isso com os nossos colegas também.

M^a de Fátima

Parece que a demanda principal de vocês é atender o consumidor industrial, que são as empresas que precisam conhecer mais e saber que estratégias desenvolver para fazer essa inclusão. Quais são as principais demandas que elas trazem? E vocês percebem que há um acolhimento, de fato?

Daniela

Nas redes sociais, levamos a informação mais para o público, para as pessoas físicas, mas somos um negócio B2B, “Business to Business”. Nosso segmento de preferência para atuação é a área da tecnologia. Durante a mentoria, trabalhamos muito e nos especializamos em um segmento para depois ir passando para os outros. A área da tecnologia, por trabalhar muito com inovação, precisa disso. E acaba também sendo um exemplo para empresas de outros segmentos. As demandas que mais chegam são as que envolvem gênero e sexualidade, principalmente no que diz respeito às mulheres, às pessoas LGBT, à diversidade de gênero e à diversidade cultural. Para atender aos pedidos, são realizadas palestras, formações e workshops, ações que promovem essa gestão mais educativa de apresentar e mostrar o quanto isso é benéfico para o ambiente de trabalho em que se está.

Aqui no Rio Grande do Sul ainda encontramos muitas barreiras para trabalhar com isso. As empresas têm vontade e sabem que é lucrativo, que o investimento em diversidade pode aumentar a receita de uma empresa em até 15%, mas elas ainda têm esse olhar receoso e de “fazer por obrigação”, “fazer porque os outros também fazem”. Enquanto consultoria, sempre tentamos apresentar um projeto. Por exemplo, as empresas chegam até nós pedindo uma palestra sobre a importância da diversidade de gênero para a inovação. Então

montamos a palestra e vamos até a empresa para fazer um breve diagnóstico junto às pessoas que estão ali dentro. Depois disso, apresentamos um plano estratégico de ação com uma periodicidade de ações. Muitas empresas, num primeiro momento, não acham necessária uma ação mais ampla e julgam que apenas uma palestra seria o bastante, defendendo que não há preconceito em suas organizações, como se a palestra fosse resolver todas as dores que elas têm. E sabemos que isso não é verdade. Então sempre tentamos fazer algo a mais e mostrar para as empresas, esperando que elas percebam a real importância do trabalho. Elas ainda têm essa barreira. Infelizmente o Rio Grande do Sul ainda é um dos estados mais racistas e homofóbicos do Brasil, e temos que refletir: por que somos esse estado? Por que temos tantas barreiras em lidar com isso? E por que achamos que não somos preconceituosos?

M^a de Fátima

As empresas que apresentam essas demandas para vocês são empresas que identificam o público da diversidade de gênero e sexualidade no seu grupo, que já tiveram problemas de conflitos e preconceito ou que querem abrir o espaço para conhecer melhor, mas não necessariamente têm essas pessoas?

Daniela

Existem diferentes tipos de empresas. Por exemplo, numa indústria metalúrgica é muito mais complicado. Existe uma visão muito engessada. Em empresas que são mais tecnológicas, mais voltadas para a inovação, já é um pouco mais tranquilo de se trabalhar e ver essas abordagens. Essas empresas mais voltadas para a área tecnológica são mais “calendariais”. No setembro amarelo, vai ter empresa que vai fazer alguma coisa sobre combate ao suicídio, sobre depressão. No Outubro Rosa, vamos botar uma bandeira rosa na empresa, distribuir lacinho para todos e chamar uma ginecologista para falar da importância de fazer o preventivo. Mas nem sempre essas demandas são bem acolhidas pelas empresas após os meses nos quais elas estão em pauta. É muito bonito colocar o lacinho, fazer a palestra ou pintar o prédio inteiro de rosa, mas não serve de nada se, quando a sua funcionária pede para sair mais cedo

para fazer o exame, você olha de cara feia e pergunta se ela realmente precisa disso. Existem essas quebras no discurso sobre as quais tentamos sempre alertar. Trabalhamos para que o tema não fique limitado à questão mensal. Não é só o dia. Não é só o mês. Não é só a cor. Não é só a rede social. Tem que ser constante e fazer parte da missão, da visão e dos valores da empresa.

Outra demanda que sempre chega, que não tem como não haver, é a gestão de crise. Por exemplo, caso de processo por assédio sexual na empresa que veio a público. Também fazemos esse atendimento. Realizamos um diagnóstico da empresa. Estudamos o que aconteceu, por que aconteceu e de onde partiu. E mostramos que existem práticas que podem ser feitas para que isso não ocorra mais. As empresas que vêm pela gestão de crise, depois que algo já aconteceu, tendem a ficar. Elas tendem a permanecer e a tentar aplicar um plano estratégico para investir nisso, de fato.

Mas são muito poucas realmente as que veem em busca de uma mudança, que enxergam a necessidade de se modernizar nessa questão. Elas levam certo tempo para descobrir que têm uma responsabilidade social também, que é algo que a prática de ESG (Environmental, Social and Governance) vem trazendo embutido. Atualmente, venho trabalhando muito com essa gestão de inovação, e percebo que ao longo do tempo o que vai nos restar é sermos humanos. As máquinas vão fazer as coisas mais monótonas e técnicas do nosso dia a dia, e vai nos restar fazer a gestão do que é humano. E estamos prontos para isso? Conseguimos pensar nisso? Estamos dispostos a isso? Precisamos entender as pessoas, pensar nas pessoas. Até porque a própria área da tecnologia também é feita para elas, para melhorar a vida delas. E isso tudo precisa estar em conversa com todos os tipos de indivíduos que temos. O sujeito com deficiência vai ter acesso a isso e o com alguma deficiência intelectual vai conseguir compreender isso. Precisamos estar prontos para quando isso acontecer, e já vem acontecendo de maneira muito acelerada.

M^a de Fátima

Nesse trabalho educativo que vocês fazem nas redes sociais, qual feedback vocês têm do público nessas interações?

Daniela

Brincamos que somos um bebezinho em forma de startup ainda. Visamos sempre à expansão, então estamos ainda nos desenvolvendo. É uma mudança constante. As coisas mudam muito rápido e vamos nos adaptando e mudando também. Quanto às redes sociais, temos muito orgulho de alguns posts que viralizaram. Assim conseguimos ver um pouco como as pessoas são receptivas a esse tipo de conteúdo, porque vai para muita gente e conseguimos perceber um pouco os nichos. É claro que, como toda rede social, temos muitos comentários positivos, mas muitos negativos também. Sempre tentamos educar, como duas professoras, de maneira muito mediativa e positiva, mas é necessário percebermos também o quanto as pessoas estão abertas ao diálogo. As redes sociais são seres humanos atrás de telas, e a escrita aceita tudo, mas é necessário sempre fomentar que não é porque eles estão atrás de uma tela que são isentos e podem falar o que quiserem como se não houvesse consequências para isso. Percebemos que existe um acolhimento, que as pessoas LGBTQs e as que fazem parte desse núcleo de diversidade – as mulheres, os negros, os PCDs, os idosos – se sentem muito acolhidas, enviam para outras o conteúdo e repostam nas suas redes sociais.

Sobre os comentários mais negativos, já recebemos ataques. Até ameaça de morte. Fui à delegacia. Fiz boletim de ocorrência. Existe um ódio muito grande que ocorre nas redes sociais atualmente, e isso é reflexo do que vivemos na nossa sociedade. As telas causam isso. As inverdades que vêm sendo ditas e enviadas pela internet reforçam muito isso. Sempre tentamos ser diplomáticas, explicar e tentar mudar a coisa para sair da via do ódio, mas também existe esse limite entre o que podemos aceitar não gostar e o que já se torna criminoso.

M^a de Fátima

Você percebe mudanças ou questionamentos no grupo das empresas? Que reação percebe a partir dessas ações que as empresas promovem com vocês?

Daniela

Já percebemos as pessoas um pouco mais abertas. Muitas das vezes elas não concordam, mas sabem da importância e

vão investir. Entramos pela porta do “é necessário” para depois passar para a do “é importante”. Já tivemos contato com empresas da Região Centro-Oeste, e elas são bem mais abertas, já entenderam a necessidade disso e já investem. Aqui no Rio Grande do Sul ainda fazemos o processo de educar, de mostrar que é bom para a sociedade, as pessoas, os seus colaboradores, os seus lucros, as suas ações e o seu corpo de trabalho. Outros estados já entenderam o que é e estão passando para a fase de investir, fomentar e fazer. As coisas caminham a passos um pouco mais lentos aqui, mas já se tem essa evolução das pessoas entenderem que é importante começar a chamar alguém para conversar e entender melhor.

M^a de Fátima

Tudo isso para estar mais ligado à postura de quem está na gestão. Como você percebe a reação dos grupos de colaboradores?

Daniela

Os colaboradores são geralmente grupos à parte. Sempre indicamos que a empresa não obrigue o colaborador a estar presente na ação, porque ele não vai consumir o conteúdo da maneira correta. Talvez ele até seja simpático à causa, mas é muito importante o colaborador se sentir parte do que está fazendo, parte da empresa; que isso não seja só da boca para fora, mas que ele possa se entender como alguém importante para empresa, ver que ela valoriza tanto a pessoa quanto o trabalho desempenhado. Pensando nesse fomento para o colaborador, geralmente recebemos colaboradores com abertura, que querem conhecer ou já conhecem e acham importante apoiar.

Obviamente sempre há pessoas que são mais extremas, que não concordam e não acham que é necessário. Tentamos lidar com isso da melhor maneira possível, mostrando fatos, coisas concretas e palpáveis. E acho que nesse ponto a História nos é uma arma muito importante. Explicarmos o racismo, por exemplo, a partir de trezentos anos de escravidão faz uma diferença. Não estamos falando do que está acontecendo agora, não estamos falando das cotas raciais, mas sobre o que aconteceu há muito tempo, sobre como isso atrasou a vida de certas pessoas e de como precisamos, sim, dar mais

oportunidade para que elas cheguem a uma etapa parelha com as outras. Então, tendo essa visão do contexto e da diversidade enquanto um guarda-chuva conceitual, conseguimos trazer essa interação. Falamos que queremos que o nosso trabalho acabe, não queremos ter que fazer isso para o resto da vida. Se tudo der certo, a VamosJuntas vai fechar por falência, porque não vamos mais ter clientes, porque não vamos mais precisar ir nas empresas falar para as pessoas que elas precisam respeitar o que é diferente apesar do que elas acham certo ou errado. Esperamos que a nossa sociedade chegue a um estágio no qual esse trabalho não seja mais necessário.

M^a de Fátima

Você falou no início sobre vocês serem da História e sobre as áreas de atuação em que normalmente o senso comum imagina que o historiador vai trabalhar, e vocês estão permeando uma área não muito comum. Como você percebe o olhar da área da História para essa inovação que estão fazendo e esse desafio que assumiram?

Daniela

Venho de um pensar e fazer a história pública. Para que serve a minha monografia em cima da minha pilha de livros? Para que serve uma tese na biblioteca? Não serve para nada. É um estudo riquíssimo trancado dentro de uma biblioteca sem ninguém conhecer. Queremos promover essa ruptura com a academia. Esse conhecimento não deve ficar só no âmbito da teoria, mas chegar até as pessoas também, para conseguirmos promover a mudança de verdade e transformar esse conhecimento, esse compilado de palavras e teorias de forma acessível, para que qualquer outra pessoa consiga entender e, a partir disso, se esclarecer. Existem colegas que não acham que é interessante promovermos isso, mas a própria história pública nasce de uma crise na Europa e nos Estados Unidos, em que os historiadores estavam sem emprego e o mercado não os absorvia. Eles começaram a buscar outros nichos, trabalhar com consultoria, por exemplo, para filmes e livros sobre contextos históricos.

Sentimos também que a nossa formação não nos compete muito para a área de negócios, de gestão, então tanto eu

quanto a Priscila fomos buscar outras áreas. Eu já era apaixonadíssima pela comunicação, e atualmente estudo marketing. A Priscila também foi para a área de gestão e agora começou o curso superior de Recursos Humanos. As pessoas tendem a achar que o historiador é uma pessoa muito inteligente, que vai falar difícil e deixar as coisas mais complexas. Gostamos muito de falar e explicar, mas é possível fazer isso de uma maneira acessível e prática. E também nos vemos como um espelho para os nossos colegas. Sabemos que está muito difícil para todos, muitos Programas de Pós-Graduação fecharam, os professores são qualificados e precisam de uma oportunidade de emprego. Muito embasadas nisso, dizemos para os nossos colegas não entrarem numa zona de conforto. Não é preciso se desvencilhar completamente da História. Resolvemos olhar para as situações do mundo do trabalho e tentar fazer algo, e percebemos o quanto o nosso conhecimento era importante e necessário para isso.

Interação com o público

Qual foi a principal dificuldade que vocês enfrentaram no começo da startup?

Daniela

Nossa principal dificuldade foi entender o que era uma startup e começar na área de negócios. Acho que muito da área de diversidade, inclusão, gênero e etarismo já fazia parte do nosso cotidiano, o diferente mesmo era gestão.

Interação com o público

Como você avalia a importância da universidade para fomentar o negócio de vocês?

Daniela

A Unisinos nos deu muita abertura. Quando começamos, não tínhamos capital, e foi a universidade quem nos deu o primeiro incentivo. As nossas professoras da mentoria diziam que, se não tínhamos dinheiro, ao menos tínhamos pessoas: “vão atrás das pessoas que vocês conhecem”. E uma das primeiras com quem conversamos foi a professora Maria Cristina, que é a coordenadora do PPG de História da Unisinos, em busca de parceria para desenvolvimento de projetos. Participamos de

um processo de incubação. Fechamos parceria com as prefeituras de São Leopoldo e Canoas. Levávamos conosco o nome da Unisinos, e isso fez a diferença. Percebemos que também é importante para a universidade que nos desenvolvamos de outras formas para além do que ela nos proporciona, não nos limitando ao que está numa grade curricular. Tudo pode ser pensado de maneira crítica e visto e revisto quantas vezes forem necessárias. Muitas pessoas não entendem o que, de fato, é a pesquisa, e muitas vezes nem entendem a pesquisa como um trabalho ou uma atividade profissional. Não sou uma bolsista de iniciação científica, sou uma pesquisadora. É um trabalho que desenvolvo com fomento público e tento fazê-lo da melhor forma possível. Como qualquer outro trabalho, há cobranças e um gestor, que é o teu orientador, que te auxilia a te organizar e a entender um método. Muito do que fazemos hoje vem da nossa experiência de pesquisa.

Interação com o público

Como você imagina o futuro da VamosJuntas?

Daniela

Imagino eu tendo que entregar a chave do escritório, pois um dia não precisaremos mais existir. Mas, ao mesmo tempo, nos vimos expandindo, porque é uma causa necessária ainda para muitas empresas. Não pretendemos nos limitar só à nossa região. Temos capacidade, potencialidade e colegas que têm um potencial tão grande quanto o nosso para estarmos em vários outros lugares do Brasil e da própria América Latina, porque esses problemas são muito enraizados em culturas. Isso só muda quando estamos em contato, quando estamos em sociedade e quando mais pessoas estão pensando sobre isso. Vemo-nos enquanto uma potência que leva a diversidade para os lugares em que ela precisa e deve estar. Queremos que esse tipo de ambiente educacional que propomos possa estar em todas as empresas possíveis. Muitas vezes nos falam que não temos visão de negócio, mas não é sobre isso. Tanto fazemos a gestão de um núcleo de diversidade para empresas, como uma terceirizada, quanto somos quem inicia isso e capacita pessoas dentro da empresa para que não precisemos ficar ali e para que elas possam dar seguimento aos projetos e às campanhas.

Precisamos ser muitos, e precisamos ser muitos levando essas práticas para todos os lugares possíveis.

Interação com o público

Quais os principais questionamentos do público que vocês atendem?

Daniela

Ainda há muitos questionamentos sobre a sigla LGBTQIA+. Na teoria da linguística, as coisas podem estar na nossa sociedade, mas elas só passam a existir a partir do momento em que se dá nome. Só podemos considerar que existe aquilo que nomeamos. Então, sim, usar uma letrinha para cada pessoa é importante. É importante que usemos o gênero neutro se for da vontade de alguém. Não é uma frescura, é parte do que nos torna uma sociedade, que é a linguagem e a nossa capacidade de nos comunicar e transmitir informações. As maiores dúvidas que temos são sobre essas coisas que consideramos, muitas vezes, básicas.

Interação com o público

Qual sentimento fazer parte da startup VamosJuntas traz para você?

Daniela

É um sentimento de estar fazendo algo para mudar. E sabemos que não vamos mudar o mundo inteiro, mas vamos fazer o que pudermos por quem conseguirmos. Qualquer pessoa que estiver no público e mudar um pouquinho o seu jeito de pensar ou parar e refletir sobre como vem pensando as práticas de diversidade e inclusão já nos vale muito. Acho que todo estudante que resolve ser professor quer mudar o mundo, mas, quando fui para sala de aula pela primeira vez, entendi que o que fazemos para um aluno já vai estar mudando o mundo daquela pessoa. É assim que vamos transformando as coisas, aos pouquinhos e sem planos muito mirabolantes. Porque senão acabamos também nos frustrando e isso não avança. Temos que valorizar as pequenas conquistas e os pequenos mundos que vamos mudando.

M^a de Fátima

É fato que há um estranhamento. Às vezes as áreas são mais fechadas e parece que não pode haver essa interseccionalidade ou que as dúvidas servem para questionar outras coisas, como a cultura e o que está escondido. Muito obrigada pela tua generosidade e pela participação.

Daniela

Eu gostaria de agradecer o convite de todos e o espaço para dialogarmos.



Movimento(s) LGBTQIA+: cultura e política

Em 22 de Setembro de 2022⁴³, tivemos a alegria de receber Gilian Vinicius Dias Cidade⁴⁴. Neste diálogo, mediado pela professora Mariana Scussel Zanatta⁴⁵ com a contribuição dos estudantes Érica Piazza Nogueira e Gustavo Veit Maranguelle, Gilian nos conta que o movimento LGBTQIA+ é diverso como a sua sigla sugere. Há mais de um caminho a se percorrer para que se entenda sua história e contribuição para o desenvolvimento da cultura no mundo. Um dos caminhos, que iremos conhecer aqui, é o trilhado pela comunidade *Ballroom*.

Você conhece a cultura *Ballroom* e a sua importância para a comunidade LGBTQIA+?

Boa leitura!

⁴³ Disponível em: <https://youtu.be/5qUzgfKJVpo?list=PLDm5-f8Qw4MOP-juFoElpJu9j9GFG-D6Q4>

⁴⁴ Professor de Sociologia, mestre em Ciência Política, atuante na cena artística de Porto Alegre e participante da Comunidade Ballroom RS.

⁴⁵ Docente do IFRS Campus Caxias do Sul e mediadora do diálogo.

Gilian

Vou começar me apresentando, falando da minha trajetória e já trazendo alguns elementos do tema “Movimento(s) LGBTQIA+: cultura e política”. Sugerir aquele “s” no final porque esse foi o tema que surgiu quando pensamos em fazer essa atividade, porque é muito amplo, tão amplo que não permite que o restrinjamos. É claro que podemos, do ponto de vista tanto de pesquisa quanto de interesse, tratar de pontos específicos ou de trajetórias mais específicas do movimento LGBTQIA+, mas a verdade é que, como existe há anos, o movimento tem muitas histórias e pautas. O que trago para vislumbrarmos hoje é uma proposta de interpretação e observação dessa trajetória. Trago diversos elementos históricos atuais que vão mostrar que, na verdade, a cultura e a política andam juntas no que diz respeito ao movimento LGBTQIA+, na mesma medida em que as conquistas e a continuidade da luta também andarão. Pessoas LGBTQIA+ existem na história da humanidade desde séculos atrás, e aí entra Michel Foucault e a história da sexualidade para falar de um momento em que essas nomenclaturas (sendo o discurso) passaram a ser usadas como estratégias de controle na sociedade⁴⁶. Porém, desde muito antes, a “prática” homossexual existe em diferentes contextos e por diferentes motivações. Estamos falando do movimento LGBTQIA+ na sociedade ocidentalizada moderna, quando já existe uma visão sobre esse modo de vida atravessada por muitos preconceitos do filtro cristão e da Igreja, ainda sob a hegemonia do colonialismo iniciado na Idade Média⁴⁷. Toda essa interpretação acontece por meio de uma visão, na minha opinião, equivocada, de uma leitura equivocada da bíblia que gera esse preconceito.

Cultura e política são dois conceitos, “palavras-chave”, que, não uma à frente da outra, refletem um pouco da minha trajetória pessoal. Fiz a graduação entre 2008 e 2012, e isso, em termos de movimento LGBTQIA+, aconteceu em outro contexto político-social. Tive vivências muito intensas na universidade, e uma das principais delas foi o movimento estudantil. Foi por meio do movimento estudantil, da participação no diretório acadêmico e na militância orgânica em partidos da esquerda, que cheguei ao movimento LGBTQIA+. Trago a cultura mais

⁴⁶ História da sexualidade, volumes 1, 2 e 3. FOUCAULT, Michel.

⁴⁷ Uma breve história do mundo. BLAINEY, Geoffrey.

como outra palavra para falar em arte, que é o contexto em que estou inserido hoje. Depois de fazer mestrado, voltei à graduação para terminar o Bacharelado em Ciências Sociais, estou fazendo também uma Especialização em Arte na Educação, e foi em 2018 que busquei o Vogue (dança) como uma estratégia terapêutica para a minha vida pessoal, e daí percebi que, dentro da cultura Ballroom, havia também a política. O que estou fazendo hoje significa, para mim, uma realização pessoal, político-social, coletiva, artística e profissional. A união da minha trajetória militante com a minha trajetória acadêmica se reflete no meu trabalho como professor da escola pública e bailarino. Atualmente dou aula para o Ensino Médio no Colégio Protásio Alves, em Porto Alegre, e faço parte da House of Cabal, uma House nascida em São Paulo, mas que tem Capítulo⁴⁸ aqui, no Rio Grande do Sul.

Mariana

Quem segue você nas redes sociais encontra a palavra “tsunami” antes do seu nome, Tsunami Gilian. O que significa esse nome?

Gilian

O Tsunami é de um rebatizado. Quando nos tornamos membros da comunidade Ballroom, principalmente quando somos adotados por alguma House (alguma Casa), podemos escolher outro nome ou podemos ser rebatizados com outro nome que reflita a nossa personalidade e os nossos desejos. Isso é muito comum na vida de indivíduos transgêneros e transexuais, que mudam o seu nome por causa da transição de gênero, mas também acontece como um todo na comunidade Ballroom. E esse foi o nome que me foi dado na minha primeira House, antes de eu entrar para a House of Cabal. Acabo usando os dois nomes como se fosse um nome artístico.

Do mesmo modo, trago um questionamento, que eu gostaria que todo mundo se fizesse a partir de hoje: qual o seu marco na história do movimento? (não que seja obrigatório ter

⁴⁸ Houses são os coletivos de famílias formadas pelos membros da comunidade Ballroom que se agrupam e acolhem mutuamente, geralmente adotados pela mãe e/ou pelo pai da House. Quando uma House cresce para além de seu estado de origem, suas vertentes em outros estados e/ou cidades são chamados de “capítulos” das Houses.

uma resposta definida). Se o movimento LGBTQIA+ é tão amplo e grande, todo mundo que se sensibiliza por essas pautas pode ter o seu marco, aquele momento em que se descobre como um ativista LGBTQIA+, que se encontra, que se identifica, que consegue se sentir à vontade e acolhido com o movimento.

O meu marco foi no ano de 2011, no dia 18 de maio, quando tivemos os “Beijaços” pelo Brasil inteiro, e em Porto Alegre fiz parte da organização do primeiro desses eventos por aqui. Eram atos simbólicos que já traziam, na performatividade do beijo, uma forma de protesto. Assim vemos como as coisas mudaram em tão pouco tempo. São 11 anos que se passaram desde então. Em 2011, dar um beijo em público sendo uma pessoa LGBT+, num relacionamento homoafetivo, era um ato de coragem, e ainda é, mas naquela época era muito mais. Nos “Beijaços”, as pessoas se reuniam em algum local público de grande circulação e, junto de algumas falas e intervenções dos coletivos e dos partidos que construíam o ato, davam um “beijaço”, cada uma com sua par. Esse momento foi muito importante para mim, pois foi quando realmente me senti parte do movimento LGBTQIA+, ainda que eu militasse no movimento sindical e no movimento estudantil. E foi um momento importante na cidade também, de conseguirmos estruturar uma rede de lideranças de vanguarda. A pauta principal do movimento, entre várias outras, era a aprovação do Projeto de Lei nº 122, que criminalizava a homofobia. Hoje esse projeto está engavetado no Congresso Nacional, mas desde lá já se falava muito sobre isso. Como eu disse, vivíamos outro contexto político. O que tivemos de retrocesso nos últimos anos em termos de democracia faz com que, hoje, tenhamos pautas e questões emergentes muito mais básicas do que já tivemos em outro momento. Os “Beijaços” eram interessantes por isso: traziam essa questão política institucional normativa com um ato performativo e simbólico. Não era apenas uma passeata, nem somente um ato público na frente de alguma instituição. Tinha, na performatividade, todo esse peso político que sofriamos como LGBT+, de quão básico era o que queríamos: andar de mãos dadas, dar um beijo na praça...

Para fazermos uma recuperação histórica, ainda pensando em movimentos, quanto às principais conquistas, poderíamos até questionar: conquista para quem? Quem são os princi-

pais beneficiados por essas conquistas? Mas não é o caso de questionar a importância e a relevância que elas têm para o reconhecimento da nossa existência e a garantia dos nossos direitos básicos. No ano de 2005, a adoção homoafetiva, que não foi uma lei aprovada; o que marca essa data como a “aprovação” de um direito homoafetiva é que foi a primeira vez que um casal homoafetivo conseguiu efetivar a adoção de uma criança, sendo que nunca houve lei que proibisse, diferentemente da questão da União Estável Homoafetiva, que até 2011 não era reconhecida. Foi somente em 2011, a partir de uma decisão do STF, que duas pessoas do mesmo sexo passaram a ser reconhecidas como entidade familiar. E 2013, que é considerado o ano em que se aprovou o “casamento gay”, sendo que foi, na verdade, a proibição, por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de que os cartórios neguem a realização de casamentos homoafetivos, a proibição de que eles neguem a duas pessoas do mesmo sexo ou gênero o direito de realizar uma União Estável. E isso tem um forte efeito em relação às adoções homoafetivas, por exemplo, uma vez que ter uma entidade familiar e ter uma união estável são requisitos para adotar uma criança, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 2018, temos a simplificação da retificação de nome e gênero nos documentos de pessoas transexuais. Até então, o único caminho possível seria o dos processos judiciais, tanto na Vara da Família quanto na Vara de Registros, o que era um caminho bastante longo e com altos custos financeiros para pessoas interessadas, fora a necessidade do conhecimento desses trâmites jurídicos. Então, sim, houve uma facilitação, mas ainda é muito difícil conseguir a retificação, pois são exigidos cerca de 17 documentos para o certificado de retificação, e por isso acontecem mutirões, já que nem sempre se tem individualmente os recursos necessários – nem financeiros nem de estrutura, informação e acesso, como advogados que façam isso. Em 2019, a equiparação do crime de homofobia/transfobia ao crime de racismo foi um grande avanço, mas ainda não é o suficiente, porque significa que o crime ainda não é previsto em lei. De todos esses avanços e conquistas importantes que tivemos, ainda resta um grande ponto de interrogação quando pensamos no processo legislativo, na questão de fiscalização, formação dos agentes públicos e criação de secretarias, de-

legacias e setores específicos e preparados para atender esse público. Aliás, nenhuma dessas aprovações são leis, de fato, apenas recomendações, encaminhamentos, medidas que o Superior Tribunal Federal aprovou. É uma força importante, com certeza, mas em um país republicano, no qual há três poderes políticos divididos, é fundamental que leis como essas sejam apreciadas e aprovadas pelas Casas Legislativas também, pelos deputados federais e pelos senadores. Ainda se mantém esse traço de homofobia na legislação brasileira, não conseguimos efetivar legislações satisfatórias nem estruturar um Congresso Nacional que torne favorável o encaminhamento, a discussão e a aprovação dessas leis a favor da nossa população⁴⁹.

Mariana

É importante que a sociedade saiba que existe essa insegurança jurídica em algumas conquistas, que não se reverteram em leis, mas em jurisprudência. Com relação à lei que equipara os crimes de homofobia aos de racismo, parece que ainda se enfrenta muita dificuldade. Infelizmente, a existência de delegacias especializadas no combate a esses tipos de crime ainda é restrita às capitais, e a falta de profissionais qualificados aumenta o risco de deslegitimação da fala da vítima, por exemplo, ao buscar fazer o registro da ocorrência. Você acredita que o preparo de inspetores ou delegados que saibam ouvir e, sobretudo, acolher as vítimas desses tipos de crimes se caracteriza como um problema que tem que ser transposto, pensado e estruturado?”

Gilian

Com certeza. E a elaboração de uma lei específica que dê conta desse tipo de crime já seria um instrumento para embasar a atuação desses agentes públicos. A começar pela questão da polícia. As polícias são estaduais, isso significa que existe uma condição e estrutura diferente em cada estado e cidade. Não existe uma garantia que vá de Norte a Sul em relação ao modo de lidar com essas questões. Atualmente temos casos

⁴⁹ Esse diálogo foi realizado antes do pleito nacional de 2022. Ainda que a conjuntura do Congresso Nacional, dada pelos candidatos efetivamente eleitos, seja desfavorável a pautas como as do movimento LGBTQIA+, entramos em um momento importante da história com figuras importantes acessando esse espaço e ganhando notoriedade, como a deputada federal Erika Hilton (PSol-SP).

de racismo que estão sendo registrados, mas pouquíssimos são denunciados e, destes, nem todos chegam, de fato, a uma condenação. Imagine em relação aos casos de homofobia, que ainda nem são entendidos como crime previsto em lei. Essa é a diferença que faz existirem leis específicas que tratam disso, a questão da tipificação criminal. Ainda que seja muito importante o que conquistamos até agora, não gera o resultado que realmente precisamos. Não queremos apenas penalização a isso, queremos que a existência de leis que criminalizam e sejam de fato colocadas em prática gere uma mudança de atitude nas pessoas para que elas não sejam preconceituosas, não espanquem, não matem. Penso que a primeira intenção da aprovação de leis como essas é proteger a vida desses indivíduos. Para a vida de pessoas negras e de mulheres já existem leis que criminalizam – feminicídio, por exemplo, recentemente foi tratado dessa forma. Leis como essa já existem há muito tempo e, ainda assim, não têm os resultados que buscamos e precisamos.

Agora trago a ABGLT⁵⁰, a entidade nacional mais antiga formada pela união de diversos coletivos espalhados pelo Brasil, que conseguiu unificar esses vários movimentos, organizações não governamentais e coletivos que estavam espalhados pelo Brasil desde os anos 80. Cito ela aqui porque é pivô dessas aprovações. Na ciência política se estuda muito a judicialização da política, que também é um processo bastante contemporâneo de encaminhamento que os movimentos deram às suas pautas, uma vez que as casas legislativas se mostraram insuficientes para conseguir dar vazão a essas pautas, principalmente dos movimentos “identitários”, buscando, na justiça (no processo judiciário), o caminho para ver as suas pautas atendidas de alguma forma. E essas conquistas que tivemos se deram por causa da pressão que essa entidade fez e tem feito no STF para conseguir essas aprovações. Ainda falta, na verdade, uma força dos movimentos no sentido mais tradicional e institucional, como fazer, por exemplo, essa pressão nas ruas, mas em rela-

⁵⁰ “A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, designada pela sigla ABGLT, cujo nome e fins foram aprovados em 31 de janeiro de 1995, data de sua fundação, por 31 entidades, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado” (Disponível em: <https://www.abglt.org/historia>. Acesso em: 28 jul. 2023).

ção aos representantes que estão lá: vereadores, deputados, senadores, presidente, entre outros.

E essa história se fortalece não só no Brasil, mas também no mundo. No final dos anos 80 e ao longo dos anos 90, também a partir dos anos 2000, tem-se intensificação da luta da comunidade LGBTQIA+. Mas ela é bem mais antiga que isso, principalmente desde o final dos anos 60, com a Revolta de Stonewall⁵¹. Paremos para pensar em referências, que não são eventos, mas trajetórias de indivíduos-referência para a nossa comunidade. Trago aqui três nomes, o primeiro deles é Madame Satã. Uma bicha preta e brasileira muito conhecida pela malandragem e pela violência, que também traz a arte, afinal ela ficou conhecida por esse nome por causa de uma fantasia que usou para desfilas no carnaval do Rio de Janeiro. É um nome muito importante para falar sobre resistência e sobrevivência. Independentemente de leis que se lutem para serem aprovadas, existe a sobrevivência, o dia a dia, o cotidiano da pessoa LGBTQIA+, com todas as interseccionalidades que esse conceito nos sugere para interpretar essas trajetórias: território onde se vive, se é da periferia ou não; raça, etnia, se é negro/a/e, pardo/a/e, latino/a/e, branco/a/e; classe econômica, se é rico/a/e ou pobre; região da onde é natural. Todas essas interseccionalidades vão atravessar muito os movimentos LGBT. E aí vem o que chamo de “luta pela sobrevivência”, que seria viver, conseguir acordar vivo no dia seguinte. Os outros dois nomes que trago como fundamentais são Marcha P. Johnson e Sylvia Rivera, que foram companheiras de luta na Revolta de Stonewall. Existe um documentário na Netflix⁵² que traz toda uma investigação sobre a morte da Marcha P. Johnson. Ninguém foi condenado pela morte dela, mas há fortes suspeitas de que ela realmente foi assassinada pela polícia, inclusive porque ela foi uma das líderes da Revolta de Stonewall em 1969, e também uma das líderes das primeiras paradas gays a partir dos anos 70. E Sylvia Rivera, que morreu em 2002, também estava junto da Marcha P. Johnson.

⁵¹ Foi uma série de protestos realizados por membros da comunidade LGBTQIA+ em resposta a uma batida policial que começou nas primeiras horas da manhã de 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, localizado no bairro de Greenwich Village, na cidade de Nova York.

⁵² A morte e a vida de Marsha P. Johnson, de David France, Netflix (2017).

Na parada LGBTQIA+ de 1973, Sylvia Rivera teve muita dificuldade de subir no palco para falar em nome da Stars, organização que acolhia pessoas transexuais e tentava dar suporte para as negras e latinas que estavam presas na época. E ela teve muita dificuldade em falar, porque o movimento LGBT da época invisibilizava esses outros corpos. Essa ainda é uma pauta presente no movimento LGBTQIA+: acolher pessoas negras e transexuais, públicos que ainda são invisibilizados por pautas majoritárias no movimento LGBTQIA+. Assim, se fizermos uma leitura marxista tradicional do movimento, até hoje se mantém um pouco dessa diferença dentro de um dito “movimento gay”. Como fica para quem não tem condição de acessar os espaços destinados ao movimento? Reflito a partir do debate sobre Pink Money⁵³, que ano após ano retorna quando se fala de Parada Gay ou LGBT, como a de São Paulo, por exemplo, que é a maior parada do mundo e a rede hoteleira esteve junto de ONGs organizando, decidindo data e definindo trajeto e empresas de tríos elétricos. Não é pegar tudo e jogar fora, temos muitas conquistas importantes, mas precisamos ir além dessas conquistas.

E a comunidade Ballroom tem feito isso! Tanto que, antes de conhecerem essa comunidade, os indivíduos conheceram a Revolta de Stonewall, mas ela existe desde antes da revolta. É mais uma questão de como ela se popularizou nos últimos anos por conta do Vogue como estilo de dança e por causa das novas tecnologias de informação e comunicação que facilitaram o contato, a troca e o estudo da dança. Mas o estudo da dança hoje, que tem uma comunidade sólida espalhada pelo mundo, não anda, ou pelo menos a nossa busca evitar que ele ande, descolado da cultura em si. A cultura Ballroom é completa, com códigos de linguagem, comportamento, comunicação, tradição e fundamentos próprios, e o Vogue, que vemos nos cliques de música e nos estúdios de dança, é uma parte dessa nossa cultura. Tudo começa quando pessoas como Marcha P. Johnson e Sylvia Rivera passam a construir Houses para abrigar pessoas que eram expulsas da família, estavam na rua, não tinham emprego e eram obrigadas a se prostituir. E quando Cristal La Beija (uma mulher trans, referência como Marsha e Sylvia) se coloca contra as bancas de jurados dos

⁵³ Poder de consumo da comunidade LGBTQIA+.

concursos de transformistas drag queens, como chamavam na época, que nunca premiavam pessoas negras, latinas, pobres, é que surge Ballroom. De forma clandestina, essas Houses vão se encontrar e começar a competir entre si. Mas a dança Vogue foi se desenvolvendo ao longo dos anos 60 e 70. No início, as categorias que existiam eram de realidade, como, por exemplo, o que chamamos de Realness. Vamos supor que existe um, tema na categoria Realness, de professor: a pessoa que for desfilhar deve buscar “entregar” na atitude e na performance e fazer os jurados acreditarem que é uma professora para ganhar a batalha. A categoria Best Dressed com tema realista: a pessoa que criar a roupa com o material que estiver disponível, mesmo que no improviso, e tiver o melhor look vai ganhar a categoria. Então ela surge dando a possibilidade de que, nesses eventos chamados de “Balls”, os sujeitos vivam a realidade que, na sociedade, normalmente eram (e ainda são) proibidos de experimentar e vivenciar. E as Houses vão ser os grupos de pessoas que já conviviam se apoiando na vida cotidiana. Hoje temos diversas condições e situações de vida, desde os sujeitos que têm mais estrutura até os com sérias vulnerabilidades. Como comunidade Ballroom, sempre procuramos nos apoiar, pois o acolhimento é um dos fundamentos da comunidade – fazendo uma vaquinha, juntando dinheiro, vendo onde a pessoa que está sem casa pode morar, acontece de acordo com a necessidade e as condições que cada um tem de apoiar uns aos outros. A ideia da Ballroom é esta: ser uma sociedade alternativa, tanto no sentido da celebração da nossa existência quanto no de ser uma rede de apoio e acolhimento para o cotidiano, do ponto de vista material, objetivo, emocional e mental. No Brasil, essa comunidade passa a se estruturar a partir de 2015.

Mariana

Para entender um pouquinho mais, as Ballroom acontecem só entre as casas ou são festas abertas?

Gilian

Elas acontecem entre todos que quiserem participar, não é obrigatório pertencer a uma House para assistir nem para batalhar. Tem uma denominação, que é “007”, para quando a

pessoa caminha⁵⁴ nas Ballrooms mas não é de uma House, não é filho/a/e de uma House. É o que se chamaria, no meio militante partidário, de um sujeito independente. E as Ballrooms não são necessariamente festas. Quanto maior a Ballroom (número de categorias, público, número de Houses presentes, etc.), maior a probabilidade de o evento girar em torno de categorias e suas batalhas. Mas há dificuldades em conseguir estrutura e recursos. Ter um espaço adequado, DJ, uma aparelhagem de som e iluminação, uma pessoa que fique narrando as batalhas, jurados, tudo é custo. Para cada um que trabalha, desde a produção até os jurados, busca-se pagar um salário ou cachê por meio de patrocínios e financiamentos. E em algumas Ballrooms, como já vi ocorrer em São Paulo, a premiação das batalhas foi Cash Price (prêmio em dinheiro); premiações como essas, além do prestígio, têm o objetivo de oferecer uma condição mínima para a sobrevivência desses indivíduos. A prioridade na comunidade Ballroom são as pessoas transexuais, negras, periféricas, que são atravessadas por questões de classe, por exemplo. Para ser Ballroom, é necessário que tenha representatividade, visibilidade e acolhimento de homem trans, mulher trans ou pessoas não binárias. Nem sempre conseguimos fazer Ballrooms, são diferentes grupos de sujeitos (porém, que sempre pertencem à cena Ballroom) que organizam esses eventos, às vezes uma House organiza, depois outra e daqui a pouco se juntam as duas e organizam juntas. É muito frequente as cenas locais realizarem treinos abertos, também. Em Porto Alegre ficamos até o início deste ano com uma pessoa, o Prince Meteor Cosmos, que fazia treinos abertos na Redenção (parque aberto da cidade) todo domingo, das 14 às 17 horas. Dessa forma, ele conseguiu três meses de reserva na Casa de Cultura Mário Quintana, e durante esse tempo virou um ponto de encontro da comunidade: todos os sábados na Casa de Cultura Mário Quintana. Em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, esse movimento também⁵⁵ está começando.

⁵⁴ Caminhar: denominação dada e compreendida pela Ballroom como o ato ou a ação de desfilar, na intenção de batalhar e vencer o prêmio na categoria que deseja. Primeiramente a pessoa caminha para ganhar a nota dos jurados e, conseguindo esta, depois segue para a fase de batalhas com os demais que conseguiram o 10.

⁵⁵ Atualmente (agosto de 2023), em Porto Alegre, acontecem dois treinos abertos e independentes (organizados de forma autônoma pelas pessoas

Mas tem uma diferença: a cena Kiki e a cena Main Stream. A Main Stream é formada pelas Houses históricas e internacionais, do início da cena Ballroom (e que participaram da primeira temporada do reality show *Legendary*⁵⁶, por exemplo). As Kiki pertencem às cenas locais, regionais ou nacionais. Na Região Sul temos Casa de Índigo, House of Felines, House of Harpya, Casa de Kaliça, Casa de Lanceira, House of Audácia, Casa de Feiticeiras, House of Duras, House of Siren, Casa de Leopardos. As Houses que deram início à cena no Rio Grande do Sul foram a House of Harpya, a Casa de Lanceira e a House of Kaliça⁵⁷. Também temos Capítulos de Houses no Sul, que significam Houses que não nasceram aqui na região, mas têm filhos/as/es que vivem aqui – como eu, por exemplo, que sou do Capítulo do Sul da House Of Cabal, que nasceu em São Paulo. E, além do Rio Grande do Sul, há Capítulos em outros estados. Na *bio* do Instagram das Houses são disponibilizadas informações mais detalhadas.

Penso ser importante destacar que a cultura Ballroom destina títulos para seus membros e indivíduos que constroem a cena e fomentam a cultura, como forma de reconhecimento. Pioneer (Pioneire) é o título de quem inicia a cena em determinado local. *Legendary* é quem tem muitos anos e feitos – normalmente a pessoa Pioneer é quem define e elege alguém como *Legendary*; *Statement* é um título anterior ao *Legend* – para alguém ser *Legend*, geralmente já ganhou um título de *Statement*; *Star* é quando a pessoa é nova (poucos anos de cena e fomenta), mas já possui destaque e é reconhecida como liderança, *Iconic* é quando tem muitos anos de cena e contribuição – 20 anos ou mais. No Brasil não há ninguém com o título de *Iconic* ainda, mas nos Estados Unidos há sujeitos que estavam lá nos anos 80 e 90 e hoje possuem esse título.

Mas, agora, eu gostaria de abordar o que chamo de Calendário Anual de Resistência LGBTQIA+, para reforçar o que comentei anteriormente sobre a luta LGBTQIA+ ser sobre sobrevivência, visibilidade, reconhecimento, acordar vivo/a/e,

frequentes na cena) de *Vogue*. Nas quintas, às 19h, no Espaço Força e Luz, no Centro; e nos domingos, às 14h, na Casa de Cultura Mário Quintana.

⁵⁶ *Legendary*. Estado Unidos da América. 1ª Temporada, 2020. HBO Max.

⁵⁷ As Houses podem ser fechadas (deixar de existir), assim como novas surgem conforme a cena cresce. No momento de publicação, esse panorama pode estar alterado.

conseguir se alimentar e ter um emprego. Independentemente de medidas provisórias e decisões judiciais, é sobre as pessoas conseguirem sentir-se existentes e reconhecidas como vivas, como humanas. O Dia Nacional da Visibilidade Trans; o Dia de Luta Contra Homofobia, estabelecido desde que a homossexualidade foi retirada da lista de doenças da OMS; o Dia do Orgulho Gay, que hoje é Orgulho LGBTQIAP+; o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, data que se estabeleceu a partir da reorganização do movimento lésbico feminista, fundamental na época da ditadura e que está na base do movimento LGBTQIAP+; e o Dia da Visibilidade Não Binária, definido para o dia 14 de julho, porque está entre o Dia Internacional da Mulher e o Dia Internacional do Homem. E essa também é uma pauta super importante, pois traz muitas mudanças e debates para a própria comunidade Ballroom, uma discussão sobre gênero bastante profunda e muito necessária de se fazer em toda a sociedade, mas me parece que essa é uma questão muito distante da realidade da sociedade, porque, por exemplo, não existe reconhecimento legal do gênero não binário, o que aprofunda as causas da disforia pela ação dos padrões cis-hegemônicos da sociedade. Também existe uma bandeira com uma proposta de inclusão do movimento negro e trans LGBTQIA+. Uma reflexão que tenho feito e proponho que todos façam é: como o surgimento dessas bandeiras reflete a capacidade de mudança e as limitações do movimento LGBTQIA+? O que é necessário para que eu, enquanto homem gay e negro, afirme a minha identidade racial? É um movimento que acolhe tanto, ao ponto de transformar sua sigla da forma que transformou, mas que também reproduz limitações que a sociedade nos ensina (social, racial, econômica e de gênero).

O movimento é muito diverso, tanto quanto a sua comunidade é diversa, então ele sofre muitas metamorfoses ao longo do tempo. Tem muita gente que não é LGBTQIA+, mas encontra acolhimento dentro da sua identidade no movimento. Sua história – a do movimento – é uma dança entre as pautas urgentes, entre a formação das suas entidades (ONGs, associações, partidos políticos, experiências de coletivização), pela fama e pelo sucesso dos seus pioneiros enquanto porta-vozes, como: Cazusa, Renato Russo, Ney Matogrosso, Marina Lima, Cássia Eller, Pablllo Vittar, Gloria Groove, Liniker, entre outros.

Essas pessoas também são histórias do movimento LGBTQIA+. Conseguimos falar de história pelas pautas, pelas entidades, pelos grandes eventos, pelas datas, pelas conquistas e pelos sujeitos. A garantia do reconhecimento e da proteção legal é fundamental na luta da nossa comunidade, mas a sobrevivência ainda é mais emergente, ainda que tenhamos avanços e conquistas importantes, a luta pela sobrevivência e pela vida (principalmente de travestis e transexuais) ainda é a mesma de muitos anos atrás. Quando não morrem de fome ou de abandono socioemocional, essas pessoas morrem de violência brutal. Então, que avanços são esses? Até que ponto eles mudam a cultura? E aí existe a necessidade de políticas públicas. Em Porto Alegre, por exemplo, existe o TransENEM, com cursos preparatórios de vestibular e ENEM específicos para indivíduos trans; os ambulatórios trans, também em algumas outras cidades; postos de saúde, um na Zona Sul e outro no Centro, com ambulatório específico para atendimento a pessoas transexuais que oferecem metade do serviço de terapia hormonal; entre outros. Igualmente, precisamos desse tipo de política pública que priorize investimento cultural e econômico (pensando na geração de renda) para quem produz arte e cultura LGBTQIA+.

Trago algumas dicas: o Instagram @transpreta, da Giovanna Heliodoro, uma mulher trans historiadora e comunicadora que produz muito conteúdo, não só sobre questões LGBTQIA+, mas também sobre a história do Brasil e suas questões políticas como um todo; o álbum Trava Línguas, da Linn da Quebrada; o álbum Tarântula, de As Bahias e a Cozinha Mineira. “Tarântula” é o nome da operação posta em prática pela ditadura militar que perseguiu a comunidade LGBTQIA+ nas ruas (inclusive, foi contra essa operação que o movimento LGBTQIA+ começou a se organizar no Brasil).

Mariana

Linda a forma sensível como você procurou nos mostrar essa arte e essa cultura tão bonita que é o Ballroom fazendo todo o diálogo da questão da resistência e da existência com os atravessamentos políticos, de classe, de gênero e de raça que o movimento tem e precisa dialogar. Quero aproveitar a oportunidade para deixar uma dica de artista pernambucano, o

Almério, com o álbum Androginismo, que também tem algumas músicas na temática LGBTQ+.

Interação com o público

Como estamos em ano de eleição, pergunto: como veem a importância de candidaturas LGBTQ+?

Gilian

Justamente pelo ponto que comentei em relação ao que deveria ser lei mas ainda é medida e/ou portaria do STF, porque isso influencia, mas não altera de modo eficaz nossa realidade; é instável a situação dessas medidas. De primeira vista, a diferença de candidaturas e vitórias desses candidatos seria em relação a esses temas, ao desengavetamento e (talvez) à aprovação de vários projetos de lei a favor da nossa comunidade. Se pensarmos historicamente, em termos de estrutura social, o Brasil ainda é um país colonial, ao notar-se quem ocupa os cargos nas instâncias de poder. Acho que já existem bastante candidaturas, talvez não o suficiente para a representatividade que precisamos, mas elas já são muito importantes e expressivas. Mas, além das candidaturas, precisamos de vitórias. É preciso termos candidaturas alternativas, negras, LGBTQIA+ e nos preocuparmos também em votar nessas candidaturas, para que consigamos efetivar essa mudança. Só a candidatura não é suficiente, precisamos dessas vitórias também.

Interação com o público

Como você percebe o reflexo da sua vivência Ballroom no exercício da sua docência?

Gilian

É muito interessante, porque estou passando por esse processo desde 2018. Até fiz algumas postagens no meu Instagram falando um pouco da minha relação com a comunidade Ballroom e, na última delas, postei as fotos da última Ballroom de que participei batalhando na categoria Face. Foi a primeira vez que batalhei nessa categoria, e eu já estava há dois anos treinando para fazer essa batalha. É preciso aceitar muito quem somos, sem os defeitos que colocamos em nós mesmos e a autocrítica que praticamos, que às vezes não é tão construtiva. Levamos muitas coisas do nosso dia a dia para

dentro da Ballroom, porque tu precisas entregar ali uma narrativa com a versão mais completa que consegue produzir de ti mesmo, os jurados sentem quando tu estás ali com alguma insegurança; e, ao mesmo tempo, todo aquele acolhimento, aquele retorno, aquele reconhecimento que tu acabas colhendo na Ball, tu levas para os outros aspectos da tua vida. Sou um homem gay afeminado, então passei a minha vida inteira sendo criticado por isso, tendo receio e retraindo a forma de mexer o meu corpo, de posicionar os meus braços ou até de caminhar, por medo de sofrer homofobia, enquanto na Ballroom essa corporeidade é celebrada. Isso fez com que, em sala de aula, eu perdesse muitos outros medos. Na minha escola, sempre promovo atividade de Semana da Consciência Negra, nunca ofereci nada de Vogue, mas todo ano ofereço de dança afro. Então acontece uma identificação muito grande, na medida em que meus alunos também estão se (re)conhecendo bem como descobrindo e superando medos e inseguranças.

Interação com o público

Como você percebe o preconceito de gênero e sexualidade aos dissidentes em sala de aula?

Gilian

Temos tido avanços, não há como negar. Quando penso, por exemplo, na minha experiência como aluno de Ensino Médio e observo os alunos hoje, não há como dizer que não teve avanço. Estudei entre 1997 e 2007 na escola pública e não vejo os alunos passarem pelos mesmos medos que passei. Tem um pouco, também, de perfil pessoal, de como cada pessoa enfrenta essas questões e violências. Algumas enfrentam com um pouco mais de medo, outras com um pouco mais de garra. Vai muito da trajetória de cada um. Eu era mais do time do medo. Lembro de passar o recreio na secretaria da escola sempre tentando passar despercebido. Também precisei de terapia na vida adulta para revisitar essa minha experiência e entender o que aconteceu, e não percebo tanto isso na escola hoje. Mas também não sou mais aluno, não estou no pátio da escola, na hora do recreio; e, quando estou em sala de aula, querendo ou não, sou uma autoridade. Às vezes eu não consigo ver tudo pelo que os meus alunos passam, mas tenho certeza de que eles

recorrem a mim quando precisam e de que eles têm em mim um ponto de apoio. Ainda acontecem preconceitos, mas tenho certa tranquilidade em saber que, hoje, os adolescentes LGBT+ têm bastante garra. E, quando estão juntos, eles formam uma grande força. Ainda existe preconceito, mas em menor escala, ele se expressa menos. Dou aula numa escola que é no centro da cidade e tem muita diversidade, não só de gênero e sexualidade, mas de todos os tipos. Muda muito de escola para escola essa situação, tanto do preconceito de gênero e da homofobia quanto em relação ao preconceito racial. E, nesse sentido, estou numa escola em que está muito presente a diversidade e se encontra um público que acolhe mais, comparada a outras.

Interação com o público

Na sua opinião, qual a parte mais marcante da cultura LGBTQIA+ para a própria comunidade e para as pessoas de fora dela?

Gilian

Essa é uma pergunta difícil, eu mudaria minha resposta para diferentes momentos da minha vida. Hoje, eu falaria da cultura Ballroom e do Vogue. Mesmo sem a pessoa ouvir toda essa história e explicação sobre a estrutura da comunidade, ver alguém dançando Vogue ativa nela uma reflexão sobre aquela corporeidade, sobre quem está dançando. Tenho observado isso na minha família, porque quando comecei a dançar Vogue eu não morava com eles e era difícil explicar. Aí, quando fiz o post sobre o projeto da Ballroom, minha mãe pegou e comentou com um gif de uma preta fazendo Duck Walk. Pensei: “Gente, ela tem até gif de Vogue, o que está acontecendo?”. Não sei de onde ela tirou esse gif, se pesquisou ou pegou de outro lugar, só sei que ela apareceu com ele. Mas, pensando em questão de como o debate público tem se mobilizado e sensibilizado em torno da pauta LGBTQIA+, acho que é a equiparação da homofobia ao racismo, ainda que muitas pessoas não entendam exatamente que é isso, assim como as manchetes sobre adoção, união estável, entre outras, essas são as pautas mais marcantes.

Interação com o público

Que sentimentos fazer parte da cultura Ballroom te traz?

Gilian

Me dá uma alegria e uma esperança muito grande. Existe um evento, o POAVogue Nights, do qual sou um dos produtores. Faço esse evento porque acredito no potencial da comunidade Ballroom e no potencial de os eventos da comunidade poderem ser grandes festas, batalhas e festivais de dança bem como gerar renda para as pessoas que trabalham como produtoras, DJs, juradas, entre tantas outras possibilidades. Esperança é a palavra que me dá vida, é uma política de vida. E isso é interessante, também porque toda essa minha visão e interesse em construir a comunidade Ballroom vem a partir de algumas leituras afro-referenciadas que comecei a fazer. Em contrapartida, temos as políticas de vida, que são ações, teorias, práticas, exercícios e ativismos que vão promover a vida desses públicos, costumeiramente tratados como públicos com políticas de morte⁵⁸. O que tento trazer para nós é dizer que o nosso movimento e a nossa comunidade têm vida. A homofobia não é um problema que a comunidade vai resolver, infelizmente é um problema que as pessoas preconceituosas vão resolver. E o que vamos fazer? Gerar a vida, criar espaços acolhedores em que estejamos seguros. A comunidade Ballroom representa isso tudo para mim. Esperança, vida, otimismo, política e comunidade.

⁵⁸ Aqui faço referência ao conceito de necropolítica elaborado pelo filósofo camaronês Achilles Mbembe, em ensaio de 2003, denominado pelo mesmo termo: Necropolítica.



Experiências LGBTQIA+ no Pantanal/MS

Na noite de 6 de outubro de 2022⁵⁹, o diálogo on-line promoveu a bonita conexão entre nosso convidado, professor Guilherme Rodrigues Passamani⁶⁰, que estava na fronteira do Brasil com a Bolívia, na cidade de Corumbá/MS – realizando mais um trabalho de campo para suas pesquisas na área da Antropologia –, e a professora Letícia Schneider Ferreira⁶¹, que promoveu a mediação, a partir de Bento Gonçalves/RS, com a ajuda da estudante Giovana Piamolini Marques, em Caxias do Sul/RS.

Este rico diálogo abarcou discussões, a partir da produção acadêmica e da história de vida e trabalho de Guilherme, em torno das experiências de pessoas LGBTQIA+ que vivem em cidades que não são capitais, nem regiões metropolitanas, nem grandes centros urbanos. Há vinte anos nosso convidado vem pesquisando e discutindo as questões que envolvem gênero e sexualidade entre pessoas em dissidências sexuais.

Boa leitura!

⁵⁹ Disponível em: <https://youtu.be/RzgyJGbSnCw?list=PLDm5-f8Qw4MOPjuFoElpJu9j9GFG-D6Q4>

⁶⁰ Professor de Antropologia na UFMS.

⁶¹ Mestre em Sociologia e doutora em História pela UFRGS.

Guilherme

Faz 20 anos que tenho discutido as questões que envolvem gênero e sexualidade entre pessoas em dissidências sexuais. Na graduação em Ciências Sociais no começo dos anos 2000, na graduação em História, no mestrado em História Latino-americana, no doutorado na Unicamp e nos projetos de pesquisa como professor da UFMS, todos os momentos da minha carreira envolveram a temática da homossexualidade. Primeiro, porque sou um homem gay, então acho que isso, de alguma forma, foi encaminhando o meu interesse acadêmico, o qual também me ajudava a compreender o lugar que pessoas mais ou menos próximas ou semelhantes a mim ocupavam na sociedade, e me interessavam as relações que elas estabeleciam, suas formas de estar no mundo. Desde os primeiros textos que li, ainda na graduação em Ciências Sociais, havia uma espécie de imaginário de que a realização plena da sexualidade, especialmente da sexualidade de todas as pessoas que não são heterossexuais, se realizaria num grande centro urbano, numa capital, numa região metropolitana, numa metrópole, enfim, numa cidade grande. Nos dois primeiros trabalhos que fiz, meu TCC e minha dissertação, corroborei essa lógica. Eu pensava em sujeitos migrantes de cidades pequenas do Rio Grande do Sul para Santa Maria, num primeiro trabalho, e depois nos que migravam do interior da Argentina para Buenos Aires e do interior do Rio Grande do Sul para Porto Alegre. No doutorado, comecei a me questionar “mas e as pessoas que não migram?”, porque eu via sujeitos que hoje chamamos de LGBTQIA+ quando voltava para a minha cidade, via eles lá e em outras cidades menores do Brasil por onde transitei. Quando comecei a trabalhar em um campus do interior da UFMS essas pessoas também estavam lá. E, para além dessa curiosidade cotidiana, isso se tornou uma questão acadêmica para mim.

Comecei a pensar na questão do doutorado. Como isso se dava em regiões distantes da capital do estado (Mato Grosso do Sul)? A minha primeira ideia era pesquisar as grandes cidades do interior e mapear esse processo no interior. Acabou que não dei conta de fazer nas quatro grandes cidades do interior e fiquei na cidade de Corumbá e em Ladário, uma cidade praticamente geminada a Corumbá, entre os anos de 2012 e 2015.

Corumbá, hoje, tem por volta de 100 mil habitantes e Ladário 20 mil habitantes, na fronteira com a cidade de Puerto Quijarro, na Bolívia. A cidade brasileira que está mais próxima é Miranda, que fica a 245 km, então é uma realidade muito particular. E não estou aqui tratando daquele Pantanal Rural que vemos na novela⁶², é um Pantanal Urbano. Contextualizando, de maneira geral, por que acabei aqui e o que eu queria saber.

Letícia

Metodologicamente, como tu tens explorado essa temática? Tens feito entrevistas? Me chamou muita atenção, porque a ideia que temos é de que as cidades menores acabam sendo expulsivas para a população LGBTQIA+. É como se tu pudesses se expressar, vivenciar a tua identidade de forma plena, num local onde tu não és conhecido, de alguma forma tu és anônimo. Então, qual é a amostra de pessoas que tu tens observado?

Guilherme

Nessa pesquisa, contei com 17 pessoas, acionando a internet, o Chat Uol, que há dez anos era muito popular. Possivelmente, hoje isso tenha migrado para os aplicativos, mas naquela época eles eram muito recentes em Corumbá e restritos em termos de usuários. Acionei também uma rede de relações pessoais da UFMS Campus Campo Grande com a UFMS Campus Corumbá, e isso me abriu uma porta muito interessante, que foram as pessoas do carnaval da cidade. Contatei ONGs LGBTQIA+ (que também tinham atuação, sobretudo, na questão de prevenção ao HIV e à aids), e assim consegui encontrar outros sujeitos. A partir desses contatos, as pessoas iam indicando amigos, conhecidos, alguém com quem seria interessante eu falar, o que resultou numa rede de 17 indivíduos, com idades entre 52 e 82 anos. Com elas convivi mais ou menos durante um ano, morando em Corumbá. As entrevistas aconteceram, mas foram a última etapa do trabalho. Antes disso, tentei me aproximar dos entrevistados, me inserir nos grupos de amigos, ser “só mais uma pessoa”. Fiz observação participante, observação de situações e conversas informais, e a minha tese é, basicamente, a partir disso. As entrevistas

⁶² O autor se refere à novela Pantanal, criada e escrita por Benedito Ruy Barbosa, exibida na Rede Manchete em 1990 e regravaada em 2022, à época do diálogo on-line.

aconteceram com alguns temas que eu queria aprofundar mais, sendo um trabalho com mais relação cotidiana com as pessoas.

Não quero dizer que é tudo muito bonitinho numa cidade pequena. Há muito conservadorismo e tudo mais. O que eu estava tentando pensar é que essas categorias todas não existem de maneira isolada. Por exemplo, ao olhar para os meus interlocutores, está muito marcada a intersecção entre raça, classe, gênero e escolarização. As pessoas que conseguem migrar são aquelas que têm mais dinheiro, porque não é barato sair de Corumbá para Campo Grande. Há uma série de limitações que faz com que sujeitos não migrem – alguns não migram porque não querem, outros porque não conseguem, porque não podem ou porque o projeto migratório nem é uma opção, e aí é preciso negociar com as adversidades do seu cotidiano e ir se estabelecendo.

As manifestações artísticas são muito fortes em Corumbá (a chamada capital da Alegria), e envolver-se nessas atividades artísticas, ser reconhecido na cidade como artista, para além de ser alguém LGBT, é uma das formas de negociação dessas pessoas para serem visíveis como LGBT, mas também respeitadas como artistas. Assim, ao ser alguém que está envolvido no carnaval, nas festas religiosas ou festivais de arte e cultura, o sujeito acaba transitando por esses outros espaços e isso sinaliza para a sociedade, de maneira geral, que Corumbá não seria preconceituosa, que a região não seria preconceituosa. Talvez seja um pouco mais complexo, mas se lida com esse preconceito de outro jeito, porque, com a cidade sendo pequena e a visibilidade das pessoas LGBT ocorrendo, exige-se que os preconceitos sejam blindados, de forma que elas consigam conviver umas com as outras, não necessariamente tendo as suas diferenças encapsuladas, embora eu tivesse contato com pessoas que tinham por volta de 70 anos, viveram uma vida inteira dentro do armário e só se possibilitavam sair do armário em ambientes de confiança com os seus iguais, em regiões um pouco distantes do centro da cidade ou dos olhares dessas pessoas que pertencem a uma heteronorma.

Letícia

Estou muito curiosa com os resultados do teu trabalho. Tu chegaste a conversar com essas pessoas para ver se elas

sentem algum tipo de mudança nesse olhar? Se existem, por exemplo, dentro desses locais, sujeitos LGBTQIA+ ocupando espaços de maior visibilidade ou poder e quais são as situações que elas percebem de maior dificuldade? Não conheço Corumbá, mas tu falaste que é uma cidade que tem um carnaval importante, então deve ter bastante trânsito de pessoas. No olhar desses grupos com os quais tu estudaste, eles acreditam que, talvez, esse trânsito intenso faz com que o olhar fique um pouco menos “preconceituoso” ou que eles acabam tendo contato com outras vivências e experiências? E isso potencializa a visibilidade das pessoas LGBTQIA+ dessas cidades menores? Queria te ouvir falar sobre esses resultados, sobre a percepção dos indivíduos, principalmente, na questão da temporalidade.

Guilherme

É muito interessante essa questão. Desde que cheguei a Corumbá, as pessoas me diziam que a homossexualidade estava ligada à Marinha, porque lá tem um distrito naval da Marinha do Brasil desde o final do século XIX, desde a guerra contra o Paraguai. Aquela parte do Pantanal foi uma região de litígio. Os trânsitos na Marinha pelo Brasil são diferentes, porque ela tem um centro que fica no Rio de Janeiro, então todos que são transferidos estão sempre vindo do Rio. Independentemente de onde nasceram, eram cariocas, porque tinham vindo do Rio. Essas pessoas deram os primeiros passos para o carnaval na região. A partir dali o Carnaval foi ganhando força na relação dos habitantes locais com os chamados “forasteiros” (cariocas, marinheiros).

Desde o princípio, parece-me que a história de Corumbá e Ladário esteve associada com as pessoas que vinham de fora, iam para lá passar um tempo ou construir suas vidas, e influenciaram a organização da vida social naquele lugar. Nada novo, se pensarmos, por exemplo, na Escola de Chicago⁶³, que discute justamente como Chicago se transforma num laboratório para a vida social a partir de uma série de diferenças, que é impulsionada pelos processos migratórios que a fazem se transformar na cidade que foi. Em Corumbá acontece um

⁶³ Foi um movimento acadêmico que surgiu na Universidade de Chicago no início do século XX e tinha como características o enfoque empírico e a análise da realidade social com base em dados coletados em campo.

pouco disso, porque é uma fronteira muito específica, em que as pessoas vão para o turismo no Pantanal, que tem uma enorme contingência militar (Exército e Marinha), enfim, para passar um tempo e ir embora, mas não apenas chegam e levam os seus corpos, elas levam as suas experiências, a sua cultura e as suas diferenças e colocam isso tudo em contato. Lá tem muita gente que transita para a Bolívia e os Andes, porque é o jeito mais barato de chegar à Cordilheira do Andes e a Machu Picchu. Corumbá é o último destino, mas também é um lugar onde se chega ao território nacional, então ocorre esse trânsito. Há uma série de grandes empresas mineradoras, que usam a mão de obra de fora do país, assim como uma pecuária muito forte e mais modernizada. Vemos nas novelas a pecuária mais antiga e tradicional, mas isso se modernizou bastante.

Em todos esses processos há um imenso contingente masculino, são corpos masculinos desterritorializados que estão transitando por lá. Esses corpos desejam, sentem prazer e se relacionam entre si e com as pessoas do lugar. Então, sem dúvida, a fronteira, por si só, é um lugar de trânsito. E me parece que esse lugar de trânsito de Corumbá permite que, justamente, a homossexualidade ocupe um lugar de negociação talvez um pouco maior, porque a cidade acaba dependendo muito dos que transitam por ali. Esses indivíduos ajudam a fazer a cidade ser uma cidade. Assim, não tem como isolar alguma característica das pessoas que estão envolvidas nesse processo. Isso não quer dizer, por outro lado, que não haja violência e discriminação, mas me parece que elas são negociadas a partir de uma série de outros interesses, que também são igualmente fundamentais para a região.

Letícia

Como você vê as representações entre o que a novela mostra e a imagem que o próprio espaço vende? De fato, para quem é de fora – no caso eu, que não conheço a região – se vende um olhar de uma masculinidade, com discurso meio tóxico, e tu nos trazes outros olhares, outras formas de existir. Como você percebe essas relações e como elas chegam para um grande público? Por exemplo, a figura do vaqueiro, do trabalhador rural, rústico. E tu estás nos mostrando que há uma diversidade de identidades. Como essas pessoas vão

negociando, ocupando e ao mesmo tempo tensionando estereótipos? Onde elas conseguem se inserir? Existem lugares que são vedados a elas? Ou elas podem vivenciar a sua perspectiva nessa identidade LGBTQIA+, mas apenas nessas figuras que são quase popularizadas, por exemplo, o cabeleireiro ou alguma outra função que acaba sendo estereotipada? Como as pessoas com quem tu trabalhaste conseguiram ultrapassar essas restrições que são colocadas por questões de identidade de gênero?

Guilherme

Existe um imaginário do Pantanal Rural que é, por exemplo, esse que vemos na novela. No meu campo, tive contato com um sujeito que era fazendeiro e passou a vida inteira ostentando o título de viúvo, nunca mais se casou, mas tinha uma vida secreta. Ele não se assumia porque tinha muitos funcionários e achava que não combinava “ter um patrão gay”. Mas, na roda dos seus amigos mais próximos ou nas festas em lugares distantes, ele convivia com outros homens que também eram gays.

Eu basicamente pesquisei pessoas que viviam na cidade, e, embora Corumbá esteja longe do resto do estado (ou o resto do estado esteja longe de Corumbá), é um lugar que tem todo tipo de contato com a modernidade e, do ponto de vista do “progresso”, não está isolado. E hoje, com a tecnologia, as redes sociais e a comunicação, ela está completamente integrada no século XXI. Há uma diferença muito grande do Pantanal Rural. Claro, o peão pantaneiro também existe como um fetiche, um desejo – embora seja, por um lado, uma espécie de homem macho da região, ele também é um fetiche nesse universo. Mas ele é só uma imagem, uma representação, uma projeção que não necessariamente existe. E as pessoas com as quais interagi durante a pesquisa pertencem a todos os espectros. Havia travestis carnavalescas, travestis artistas plásticas, uma mulher lésbica empreendedora do ramo da gastronomia, jornalistas, cabeleireiros, confeiteiros, empresários, trabalhadores de hospitais, enfermeiros, assistentes sociais, profissões das mais diversas.

É evidente que a relação com as travestis é um pouco mais tensa, porque o “ser travesti” desassossega as outras pessoas

que não conseguem entender direito e, por isso, agem de forma violenta e ignorante com relação a elas, e lá não é tão diferente, embora as travestis que estiveram no meu campo ocupassem sempre lugar de destaque nas produções artísticas, tendo um destaque que, elas diziam, parecia compensar o fato de serem travestis. É como muito do que ouvi em discursos anteriores de homens gays, que achavam necessário ser muito competentes para justificar o fato de serem gays: “sou gay, mas sou um bom profissional”, “sou travesti, mas sou talentosa como carnavalesca, não estou na prostituição”. Uma espécie de carreira da boa travesti, como uma espécie também de carreira do bom homossexual. Essas coisas não estão ausentes. Faz parte do processo de negociação para uma vida minimamente vivível, uma vida em que possam existir com os seus desejos e não apesar dos seus desejos. Elas não estão no centro fazendo as suas farras, estão distantes. E isso também é um processo de negociação.

Os encontros eram em uma casa na beira do rio em Ladário, que era o espaço clássico dessas pessoas, ou em espaços privados, porque estamos falando de uma cidade e uma região que não têm um circuito LGBT. Elas estiveram em festas privadas. As novas gerações experimentam outras possibilidades e outro tipo de visibilidade que as mais velhas não têm. Mas isso não é só em Corumbá. Em São Paulo ou Rio de Janeiro, por exemplo, com todo um contexto de modernidade, de direitos e de visibilidade, quem tem experimentado e desfrutado mais disso é uma geração mais nova, mas quem construiu e cavou essas possibilidades foram as gerações mais velhas, sofrendo escárnio, violência, discriminação, preconceito, sobre uma visibilidade que era indigesta para uma sociedade heteronormativa.

Letícia

Existem alguns espaços de vivências, de ocupação, quase protetivos, dos quais é possível usufruir de forma mais tranquila, como bares, por exemplo?

Guilherme

Lugares específicos não, mas essas pessoas estão em espaços que consideram mais seguros. Elas sabem quais evitar e

a quais ir. Essas casas privadas, distantes do centro da cidade, historicamente foram os lugares mais frequentados. Mas não há um bar, uma boate, um clube de sexo ou um pub, não há lugares assim.

Letícia

As entrevistas foram com gays, lésbicas, bissexuais e transexuais ou houve um recorte na pesquisa? Caso tenha envolvido esses três diferentes públicos, você percebeu diferenças nos seus relatos de vivências da sexualidade na cidade de Corumbá?

Guilherme

É bem interessante, porque isso foi a grande dor de cabeça da minha pesquisa. Quando cheguei, eu queria estudar velhinhos gays; como era ficar velhinho e ser gay? Porque um dia eu também vou ser um velho, então eu queria saber e me preparar para esse processo. Quando cheguei lá, não havia essas pessoas tristes, numa cadeira de balanço, esperando a morte chegar. Vi indivíduos com uma série de atividades, doenças e problemas, mas que estavam ali vivendo. E não eram só homens cisgênero, eram pessoas muito variadas, mulheres, trans. Eram majoritariamente homens cis, mas tinham também algumas mulheres travestis e uma mulher lésbica.

E as experiências são muito diferentes, a vivência das pessoas travestis é muito marcada por um histórico de violência. A conquista desse ser mais feminino ou do perceber-se, do passar-se por mulher e ser reconhecida no campo do trabalho sem ter que passar pela prostituição, parecia uma carreira vitoriosa, uma trajetória de vitória. Isso não aparece no discurso dos homens cis, por exemplo, cuja questão estava muito mais numa visibilidade e invisibilidade da homossexualidade, como se negociava isso até conseguir administrar a sua própria vida de forma independente. No caso da mulher lésbica, a trajetória pessoal parecia vitoriosa na proporção em que ela conseguia se reconhecer como homem pantaneiro, no quanto era respeitada pelos homens porque ela conseguia se parecer ou fazer as atividades dos homens. Essa mulher, por exemplo, foi chefe de comitiva, trabalhou em fazenda até antes de trabalhar em um restaurante.

As vivências dessas sexualidades são diferentes. Não por acaso, também, entre esses segmentos, há um recorte de classe muito significativo, assim como um recorte de raça das pessoas travestis – quase todas mais pobres e quase todas menos brancas – e dos homens que conseguiram estudar fora e voltaram, que conseguiram transitar mais – quase sempre brancos e com uma situação de classe mais confortável. Essas diferenças existem, embora todos se conhecessem, frequentassem e participassem das mesmas rodas.

Letícia

É interessante também esse ponto que tu trouxeste, porque podemos pensar o quanto essa questão de relações de uma comunidade é importante para o reconhecimento desses grupos e uma autoproteção. Pensando sobre a questão da população LGBTQIA+ numa situação de mais idade, o quanto essa vivência em casais com longo tempo de relacionamento é relevante? Trazendo a obra da escritora Natalia Polezzo, de Bento Gonçalves, que escreveu alguns contos sobre casais homoafetivos que envelhecem juntos, poderíamos refletir um pouco, nesse sentido, sobre o modo como essas relações de casais duradouros se colocam dentro dessa realidade, de luta por direitos e por espaços de segurança?

Guilherme

Sobre os casais, é muito interessante, uma parte do meu grupo de interlocutores tinha 50 anos e outra, a maior, mais de 60. Esse pessoal mais velho, que viveu uma juventude antes da aids, não tinha um projeto matrimonial (não quer dizer que não tinham uma vida sexual muito movimentada), e os mais jovens tinham um projeto matrimonial e certa frustração por não conseguirem concretizá-lo.

Não foi minha questão, mas fico curioso sobre o quanto o evento aids impacta na necessidade de constituição de projetos matrimoniais, de projetos afetivos, de parcerias, de casamentos. Acho que isso impacta muito porque era uma espécie de prestação de contas para a sociedade, mostrar que você não é uma pessoa “promíscua”. Para os mais velhos isso seria impossível, porque um projeto matrimonial teria que ser entre dois homens gays, e, para eles, dois homens gays não

se relacionavam. Pensavam numa relação hierarquizada. Não era relação entre dois gays, era uma relação entre um gay e um heterossexual que fazia com o homem gay aquilo que talvez fizesse com as mulheres, adaptando a partir daquele corpo e daquele sujeito. Ou seja, era uma relação hierárquica e tinha uma diferença de orientação sexual: os homens gays se relacionavam com homens heterossexuais. E aí surgem os marinheiros como amantes ideais, outro tipo fetichizado junto com o homem pantaneiro. O projeto matrimonial se estabelece a partir da compreensão de que dois homens gays ou duas mulheres lésbicas, enfim, as variações de casais, conseguem estabelecer uma relação igualitária. Dois homens gays podem estar juntos. Isso é muito recente para alguns dos meus interlocutores, faz parte desse universo de conquistas ou de novidades que eles ainda não usufruíram, porque não estão no seu universo de inteligibilidade.

Interação com o público

Na sua perspectiva, a novela Pantanal apresenta temáticas e vivências da sexualidade, especialmente o amor homoafetivo, de forma a contribuir para a diminuição do preconceito e da discriminação?

Guilherme

Acho que essa versão da novela tem tomado muito mais cuidado do que a primeira na discussão sobre esse tema, até porque passaram 30 anos da primeira versão. Muito se amadureceu. Mas acho que ela trata de um jeito um pouco mais humanizado, o que não quer dizer que não existam tensões nessa relação. Existiu muita tensão especialmente em torno da figura do personagem Zaqueu, mas o jeito como o autor foi resolvendo isso pareceu interessante, no sentido de inserir esse sujeito com as suas diferenças. Agora não sei se ela colabora para pensar no amor homoafetivo, acho que nesse sentido não. Ela nos leva a refletir sobre a presença de pessoas homossexuais em contextos que são heteronormativos e o modo como esse processo se estabelece, não fazendo mal a ninguém.

Interação com o público

De todas as pessoas com quem já trocou experiências nesses anos de trabalho, tem alguma que você jamais esquecerá?

Guilherme

Claro! Tem os meus interlocutores queridos e com os quais não deixo de ter contato; pessoas, por exemplo, que conheci em 2002, em Santa Maria, há 20 anos. Mas tem alguém muito especial que conheci em Corumbá, um senhor que primeiro foi senhor, depois senhora e depois morreu senhor. Ele foi muito requisitado como cabeleireiro, teve uma vida de muito sucesso, muito glamour, e adoeceu. Teve uma doença degenerativa, perdeu parte das extremidades e ficou na extrema pobreza, morando de favor num pequeno quatinho no fundo de uma casa. Ele resistia muito em me dar uma entrevista e, no dia em que aceitou, me disse que ia fazer isso porque ele ia morrer. Isso aconteceu em dezembro de 2013, e em janeiro de 2014 ele morreu, enquanto eu estava de férias no Rio Grande do Sul. Essa foi uma entrevista super bonita, ele estava cansado e falava muito cansado, muito baixo, mas foi um jeito de preservar essa história. Aqueles detalhes, aquelas memórias, aquelas lembranças... Fiquei extremamente tocado quando soube do seu falecimento, mas grato por ele ter confiado a mim a versão da vida que ele queria guardar. Não tinha sofrimento na versão da história que ele me contou, não tinha dor, tinha apenas luz. Tinha uma vida bonita. E um pouco dessa vida bonita eu tentei contar no meu trabalho.

Interação com o público

Ao olhar a sua trajetória, primeiro como pesquisador e depois como dissidente sexual, o que mudou? Você percebe mudanças positivas na sociedade e no meio acadêmico?

Guilherme

A primeira coisa que mudou fui eu. Esses 20 anos de trabalho foram muito importantes para mim, porque eu não enlouqueci nem surtei e porque a minha família não enlouqueceu nem surtou também. Acho que isso é fruto do conhecimento no campo de gênero e sexualidade, o que igualmente foi muito im-

portante para a minha família. Todos conhecemos isso a partir do meu caso. Mas eu também acho que a sociedade e a universidade se transformaram. Quando fiz o meu TCC em Santa Maria, pouco se discutia esse assunto. Hoje existem coletivos em Santa Maria e doutorado em Ciências Sociais discutindo essas teses, professores falando sobre. Do ponto de vista do Direito, uma série de questões em jurisprudências avançaram nisso. Já tivemos um deputado federal assumidamente gay, teremos agora no Congresso duas deputadas trans, sendo uma delas negra. Quero dizer que o avanço não é tão rápido quanto precisamos, mas ele é tão rápido quanto conseguimos. E as coisas estão se transformando dentro e fora da universidade. Já orientei trabalho sobre pessoas trans e jamais disse aos meus alunos que isso estragaria a carreira deles, o que ouvi quando eu estava na graduação, e estou vendo os meus alunos serem aprovados em concursos apesar dos seus currículos estarem cheios de questões de gênero, de sexualidade, de homossexualidade, de travestilidade. Não é um APESAR dessas questões, é um COM essas questões.

Então a resposta é sim, nesses 20 anos tenho percebido mudanças que são muito positivas dentro da universidade e na sociedade, mas, claro, ainda não se chegou onde se precisa chegar. E onde se precisa chegar talvez seja na irrelevância dessas pesquisas. Talvez o fim seja essas coisas não terem mais necessidade, esses temas não serem mais uma questão, não serem mais um problema. Quero chegar em um momento e precisar mudar de tema, porque os temas que pesquiso não são mais questões, eles já estão absorvidos pela sociedade, e que todas essas diferenças importem tanto quanto a cor da meia que vestimos. Enquanto não for assim, nós e tantos outros teremos que trabalhar para que essas reflexões sejam cada vez mais absorvidas pela sociedade.



10

CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul

Em nosso último encontro em diálogo on-line da edição 2022 do projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+”, recebemos, na noite de 28 de novembro⁶⁴, as pesquisadoras do CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul Augusta da Silveira de Oliveira⁶⁵ e Camila Petró⁶⁶. Este bate-papo foi mediado pela professora Mariana Scussel Zanatta⁶⁷ e contou com a participação do bolsista Gustavo Veit Maranguelle trazendo perguntas, comentários e participação do público.

Ambas as convidadas explicaram sobre o CLOSE, um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que congrega pesquisadores e pesquisas sobre história LGBTQIA+ no Rio Grande do Sul. O diálogo inicia com Camila, que também é professora, nos convidando a pensar a urgência de educar para a diversidade e discorrer sobre aspectos conceituais e legais do ensino sobre gênero e sexualidade. Augusta nos apresenta sua atual pesquisa para a tese de doutorado, que está focada na investigação sobre sociabilidades lésbicas no Brasil com o objetivo de elaborar uma cartografia dessas existências ao longo do século XX.

Um diálogo riquíssimo!

Boa leitura!

⁶⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=acF1SaO7liO>

⁶⁵ Doutoranda em História na Brown University com bolsa CAPES/Comissão Fulbright, onde desenvolve pesquisa a respeito da lesbianidade no Brasil durante o século XX. Integrante do Arquivo Lésbico Brasileiro e do CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul.

⁶⁶ Mestre e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa na área relacionada aos Estudos de Gênero e Feministas bem como na da História da Mulher. Faz parte do GT Estudo de Gênero da ANPUH-RS e do CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul.

⁶⁷ Docente do IFRS Campus Caxias do Sul e mediadora do diálogo.

Camila

Começarei falando sobre a questão do corpo e da sexualidade para, posteriormente, pensarmos um pouco sobre outros conceitos que envolvem o gênero e as orientações sexuais e alguns marcadores legais que nos permitem tratar desses assuntos.

Quando falamos na construção histórica do corpo enquanto artefato da sexualidade, utilizamos Foucault. O corpo, enquanto um local de expressão e constituição de identidades, tem uma história que vai sendo constituída na nossa linguagem, por ela e para ela. Ao longo dos mais variados períodos, o corpo foi visto de diversas formas, então ele foi e é produzido ao longo da história. Por isso temos uma série de enunciações sobre o que é o corpo e várias narrativas a partir de instâncias sociais dizendo o que é esse corpo. Na família, na igreja, na mídia, na polícia, nos esportes e até na própria escola vai se falando sobre o que é um corpo e o que é uma sexualidade. O discurso que mais ganha espaço é o biológico, que tem como base o sexo biológico, os sistemas reprodutores, a gravidez na adolescência e as DSTs. Então, quando falamos sobre sexualidade e corpo, isso fica muitas vezes restrito às questões de saúde sexual, reprodutiva, e aos discursos médicos, que não são tão sociais nem tão sociológicos, servindo muito mais para controlar os nossos corpos e sexualidades. Espero que um dia esse tema seja tão abrangente, que não seja necessário, mas hoje ainda é.

Uma questão da história da humanidade, por muito tempo, foi a utilização da palavra “homens” como um reflexo de toda a humanidade. Esse “nós” universal sempre foi masculino. Mas esse “nós” masculino não é tão universal assim. Ele tem uma cor, uma orientação sexual, uma religião ou não. Mas, ao mesmo tempo, e por um longo período, ele foi colocado como um tipo específico, como um homem branco, heterossexual e cristão. O retrato das desigualdades é um pouco mais antigo, mas ainda demonstra uma coisa muito presente na história brasileira: o homem e a pessoa branca são vistos da mesma forma como esses seres universais dentro da história. E a regra vem mudando com os estudos de branquitude. Na sexualidade, a heterossexualidade aparece como universal, enquanto a ho-

mossexualidade é o demarcador da sexualidade, mas não como se toda a sexualidade demarcasse algo, o que é um dos grandes problemas. Se pensarmos que só existe uma pessoa branca porque existe uma negra e só existe uma pessoa heterossexual porque existe uma homossexual, veremos que está tudo relacionado. E a partir daí pensamos nas relações de gênero não como se apenas a homossexualidade marcasse a questão de existir a orientação sexual, mas como toda orientação sexual sendo um demarcador. Dessa forma, podemos desmarginalizar a homossexualidade, assim como as questões raciais, como o desvio da norma. Isso muitas vezes gera racismo, preconceito, LGBTfobia e tudo mais.

É importante pensarmos um pouco e diferenciarmos identidade de gênero, sexo definido como biológico ou não, e orientação sexual. Quanto ao gênero, temos duas formas de pensar: dentro das pesquisas, como um conceito relacional para pensar as relações entre as pessoas; dentro de uma questão corporal, como características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas, enfim, atribuídas aos indivíduos de forma diferenciada de acordo com o sexo que também se define ou que é definido. O próprio sexo, segundo algumas pesquisas e pesquisadores, é algo definido socialmente, no sentido de que os atributos que levam a considerar uma pessoa, por exemplo, homem ou mulher, já estariam demarcados por uma questão social.

A respeito do sexo e do gênero, consideramos o primeiro como as diferenças, que podem ser anatômicas e fisiológicas, que levam a crer na existência ou na classificação das pessoas em homens e mulheres. Percebe-se, hoje, que isso não é algo que necessariamente acontece, dando-se muito pela necessidade de classificação dos indivíduos. Já existem pessoas que se colocam e se definem como não binárias, que não estão dentro dos espectros de homens e mulheres. Então, nota-se que essas classificações estão muito mais no sentido de definir a si do que definir o outro. A questão do gênero está marcando diferenças entre homens e mulheres que vão se apresentar na sociedade, o que é muito constituído de poder. Isso é muito importante, pois o próprio conceito de gênero está muito associado à questão do poder.

A identidade de gênero diz respeito à maneira como alguém se reconhece: homem, mulher ou nenhum deles. Para alguns, pode corresponder ao sexo definido biologicamente, os considerados cisgênero. Para outros não, os transsexuais, ou seja, indivíduos não se veem da forma pela qual foram definidos por outros, quase sempre ao nascer.

A orientação sexual refere-se à sexualidade da pessoa, por quem ela sente atração afetiva e/ou sexual, e não está relacionada necessariamente com o seu gênero. Alguém trans pode ser heterossexual, homossexual ou pansexual.

A classificação do sexo biológico é aberta ao diálogo. É feita entre homens, mulheres e intersexuais – antigamente chamados de hermafroditas e hoje muito baseados na questão da genitália.

Os papéis de gênero são os padrões de comportamento que as pessoas colocam, por isso alguém pode se colocar como não binário quando não se vê em nem um desses espectros considerados totalmente afastados de homens e mulheres.

Para termos um parâmetro, antes do século XIX, a homossexualidade não existia enquanto conceito, mas obviamente as pessoas homossexuais sempre existiram. Isso é uma coisa que até dentro de sala de aula os alunos muitas vezes perguntam. Mas a construção desses conceitos de heterossexual e bissexual vão se concebendo com o desenvolvimento do conceito de homossexual. É a partir dessa outra delimitação que aquele que se diz “normal” vai se delimitar. É sempre a partir do outro.

Há uma tendência, de modo geral, de dizer que a orientação sexual é inata, que é determinada, por exemplo, biologicamente. E isso muitas vezes é utilizado até por parte da militância. Entendo que é uma forma de dizer que não é uma escolha, mas isso também tem que ser debatido, pois não deixa de ser uma forma de dizer que é uma coisa ruim, por, como não é uma escolha, não ter o que ser feito. E não. Ela é apenas uma forma de vivenciar a sexualidade e não deveria ser vista desse jeito.

Em relação à orientação sexual, podemos pensar na atração sexual que alguém vai sentir e na relação que, porventura, poderá ter com outra pessoa a partir dessa atração sexual. A orientação romântica pode existir não necessariamente asso-

ciada a uma atração sexual. Inclusive, há pessoas que não se consideram sexuais.

Especificamente sobre as orientações sexuais. Há indivíduos assexuais, que não sentem atração sexual. Isso não é algo que pode ser considerado 100%, pois às vezes o assexual também pode ter níveis: não ter atração alguma ou ter muito raramente. Existem muitos espectros no meio dessas classificações. A mesma coisa se aplica para a orientação romântica. Quando falamos de sexualidade humana, temos que pensar que ela é algo que é muito mutável com muitas diferenças. Estamos tratando de pessoas, e, por mais que existam muitas, categorias não dão conta de tudo.

Podemos apresentar vários exemplos de orientações e seus significados, mas a ideia não é pegar cada um deles, é mais para visualizarmos. Muitas vezes já escutei, sobre a quantidade de palavras e “letrinhas”, indivíduos falando que ficam perdidos e questionando o porquê de não se colocar só “LGBT”. O que costumo dizer é que, de alguma forma, se uma pessoa não se sentir representada e essa variedade ajudar alguém a se autoconhecer e se ver representada, então há de se buscar outros termos. Como vimos, o corpo e a sexualidade se perpassam na linguagem, então ter esse cuidado é importante.

Como podemos compreender a diversidade sexual? Primeiro, não é necessário entender tudo para conseguirmos respeitar; segundo, acho que a resposta para essa pergunta é estarmos sempre abertos para conseguirmos pensar sobre o assunto e não termos ideias pré-programadas sobre tudo.

Trago um exemplo das categorizações que eram feitas durante a Alemanha nazista, nos campos de concentração, para mostrar o quanto, historicamente, as mulheres lésbicas eram apagadas. Não existia um triângulo de identificação definido para elas, porque sequer eram vistas enquanto orientação sexual. Enquanto existia o triângulo rosa para os homens gays, podemos ver as categorizações e o apagamento de alguns grupos, visto que as mulheres quase sempre eram enquadradas no grupo de antissociais e tinham até a questão de sexualidade negada.

O CLOSE na sala de aula é um dos pontos do grupo: educar para a diversidade e pensar a diversidade dentro da escola.

Sobre o tema “ideologia de gênero”, na verdade a noção de ideologia é qualquer coisa que traga um valor em cima de algo.

Uma frase muito comum é “não tenho preconceito, mas...”. Isso aparece muito nas escolas, quando se faz que o respeito se torne apenas uma tolerância, mas, com isso, se promove um apartheid social. Separem-se essas pessoas e essas sexualidades, como se só fossem possíveis em determinados lugares.

Para finalizar, vou falar sobre o que é o CLOSE, a sigla para Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul. O grupo começou em 2019, e seu nome, dentro de uma terminologia da Dicionária Aurélia, significa “dar close” ou “dar uma olhada”, numa linguagem mais gay, mais afetada. Seria “dar pinta”. Essa expressão demonstra muito bem o que esse ele pretende. Queremos dar uma olhada mais apurada no passado de todos esses grupos de que nós também, em grande maioria, fazemos parte. Buscamos conhecer, construir, discutir, divulgar e ensinar a história LGBTQIA+ do nosso estado fazendo essas conexões com outras partes do Brasil e do mundo, de modo que consigamos repensar a história, a política e a forma como ensinamos a sociedade. O nosso mote é construir uma sociedade menos desigual e uma história mais plural. Temos como orientador, no grupo, o professor Benito Schmidt da UFRGS. Já lançamos alguns produtos, como um vídeo que trata da história do movimento no Rio Grande do Sul e algumas exposições.

Augusta

O CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul, além de um grupo de pesquisa e um centro de referência, também é uma maneira de congregar várias pessoas que estão pesquisando sobre história LGBT+ no Rio Grande do Sul. A iniciativa do CLOSE se justifica por mostrar uma história regional e o papel que ela tem quando se fala em uma lente mais ampla da história LGBT+ no Brasil. Há também o trabalho de buscar e disponibilizar fontes para quem quer pesquisar sobre o assunto.

Enfatizo um projeto realizado durante a pandemia com relatos orais, de gravar e registrar a história oral de mulheres lésbicas no Rio Grande do Sul, que, como a Camila mencionou, é uma das identidades mais marginalizadas dentro da comu-

nidade LGBTQIA+. Acho relevante o trabalho do CLOSE de conseguir traçar uma genealogia crítica da ação LGBTQIA+ no Rio Grande do Sul. Mapear essas resistências lésbicas é politicamente relevante por conta dessa invisibilização.

Vou falar da cena LGBT+ no estado e do modo como ela se constituiu. O movimento LGBT+ surge com a proposta de contestar a norma, pela questão da discriminação histórica, mas também porque tinha uma demanda por cidadania. Hoje estamos aqui fazendo este evento, nesta iniciativa, dentro do Instituto Federal, é uma coisa possível no presente por herança dessa luta. Construímos um histórico de ativismo e houve uma preocupação com preservar esses registros e, a partir disso, uma preocupação também dos historiadores, das historiadoras e das profissionais de história em complexificar essas narrativas que antes privilegiam o homem cisgênero, heterossexual e branco, o sujeito universal. Então, complexificar isso é um processo recente. Em relação ao Rio Grande do Sul, mais especificamente, tinha-se um movimento homossexual, como chamávamos antigamente, que se politiza e incorpora debates a respeito das sexualidades e identidades de gênero até tornar-se LGBTQIA+. É uma sigla muito recente, com menos de dez anos.

Quando houve um ativismo gay, lésbico, principalmente no final da década de 1970, ele era chamado de movimento homossexual e se constituiu principalmente contra a violência policial e a repressão durante a ditadura, muito ligado a uma sociedade civil mais engajada por conta de um período de abertura da ditadura militar. Junto com movimentos negros e feministas, o movimento homossexual aparece, nesse sentido, como uma luta por direitos e visibilidade, pelo direito de existir em um ambiente que era altamente repressivo. Surgiram grupos em São Paulo e Rio de Janeiro no final da década de 1970 e início da década de 1980, como o Somos, que queriam se organizar politicamente por conta dessa identidade. Tinha-se a ideia de que nos outros lugares havia um grande vazio. E isso não é verdade. Pode-se estabelecer um ponto em que indivíduos passam a se organizar e conviver socialmente e uma cena gay, lésbica e trans existia fora de São Paulo e Rio de Janeiro. Nas décadas de 1970 e 1980, em Porto Alegre e em outros lugares, já existia uma cena gay e lésbica de convivência, trocas e sociabilida-

de, principalmente porque essas pessoas eram, muitas vezes, rechaçadas pela família e, por conta disso, criavam famílias escolhidas, uma rede de relações que se estabelecia apesar da repressão. Colocar isso em foco faz com que se perceba que o surgimento do primeiro grupo homossexual organizado no Rio Grande do Sul, que aconteceu só no início da década de 1990, tem uma história pregressa, de redes de afeto e resistência. Inclusive, quando se faz o trabalho de história oral, a história do movimento se mistura com uma história anterior de convivência na noite, nos bares, e de relações entre essas pessoas.

O primeiro grupo que surgiu no estado foi o Nuances, que antigamente se chamava Movimento Homossexual Gaúcho, para fazer uma analogia ao Movimento Tradicionalista Gaúcho. Enquanto o movimento das décadas de 1970 e 1980 se organizava em resposta a uma repressão que aconteceu durante a ditadura e tinha as liberdades democráticas como valor, o do meio da década de 1980 em diante passa a se organizar tendo um outro desafio, que é a epidemia de aids no Brasil e no mundo. Então, o surgimento do Nuances na década de 1990 vem na esteira de outros movimentos que já vinham sendo organizados para lidar com a epidemia de aids no Brasil. Cito o Grupo de Apoio à Prevenção a Aids (GAPA), que surgiu no estado em 1989, mas antes em São Paulo, em 1985. O grupo se organizava e tinha grupos de trabalho para tratar pacientes com aids, os quais não tinham atenção do Estado, além de serem estigmatizados, pois havia a ideia de que a aids era a peste gay e que o Estado não tinha responsabilidade sobre ela.

Dentro do próprio GAPA existiam grupos de trabalho que tratavam especificamente da população travesti e transexual, especialmente afetadas pela aids por conta do trabalho sexual que a maioria exercia. Havia um grupo que trabalhava homens afetados pela epidemia e outros grupos de discussão que partiam da premissa de que aids era uma questão social. Nesses espaços de convivência é que também se articula a ideia de que um grupo politizado era relevante. Embora não exatamente ligadas, as pessoas que viriam a fundar o Nuances estavam inseridas nas discussões a respeito dos movimentos sociais e da preocupação com a luta por direito. A década de 1990 é um período de institucionalização de grupos da sociedade civil, que se formalizam como ONGs para poder participar de editais

públicos de fomento. O Nuances, embora sempre crítico ao Estado, se beneficia disso. Dentre muitas iniciativas, ele cria um jornal de comunicação com a população LGBT+, trazendo notícias, matérias de interesse público e relatos da noite. É relevante dizer que, estando localizados em Porto Alegre, que é equidistante de São Paulo e Buenos Aires, os próprios integrantes do Nuances tinham uma relação com a cena gay da Argentina e do Uruguai. Eles conheciam outras coisas que estavam acontecendo na Região Sul do Brasil e no sul da América Latina. Era um jornal que questionava a norma, e a ideia de que existiria um gay bom, um gay que teria que se conformar com uma certa ideia do que significava ser gay. Eles vinham com essa consciência política em relação a uma identidade gay que não se conformaria à norma e seria contestatória. O jornal, ao longo desse período, de 1998 até 2020, sinalizava a emergência de uma identidade politizada e a maneira como ela dialogaria com a sociedade.

A Parada Livre, ou Parada LGBT+, como chamamos, constitui-se como evento no Brasil só na década de 1990, por uma preocupação de preservar a memória da comunidade LGBTQIA+ e ter o 28 de junho como Dia Internacional do Combate à Homofobia, rememorando a Revolta de Stonewall em Nova Iorque em 1969, uma data relativa à comunidade que tinha ressonância no debate público. É um dia de celebração, mas também de protesto. O surgimento da parada no Rio de Janeiro tem relação com isso. Enquanto a primeira parada no Rio de Janeiro foi em 1994, no Rio Grande do Sul foi em 1997. A daqui, hoje em dia, reúne milhares de indivíduos, a de São Paulo mais de um milhão. A primeira parada em Porto Alegre reuniu cem pessoas, muitas das quais, inclusive, com os rostos cobertos. Não queriam ser identificadas, porque naquela época, trinta anos atrás, era prejudicial ser associado a ser gay ou lésbica, era perigoso. Poderia impactar a sua família ou o seu trabalho. O valor de se afirmar politicamente ainda tinha um risco muito grande.

A parada como um evento de festa e protesto é também um evento de diálogo com a sociedade, um momento para sair da clandestinidade e ocupar o espaço público. Lembramos que na década de 1990 não havia imagens positivas da comunidade LGBT na mídia. A coragem dessas pessoas de se colocar à

prova e criar um evento aqui no Rio Grande do Sul é retratada pelo Jornal do Nuances. Acho que a Parada enquanto evento-chave da luta contra a LGBTfobia tem várias nuances. A primeira é esse diálogo com a sociedade, a segunda é o quanto ela passa, inclusive, a ressoar dentro da comunidade LGBT+. A importância que a visibilidade adquire na comunidade LGBT é relacionada com o sucesso das Paradas. O pensamento de que a sociedade precisa nos incorporar como cidadãos, incorporar nossas famílias, nossos desejos. A visibilidade passa a ser um valor desses grupos que reivindicam a cidadania. O Nuances também passa a trazer notícias de Paradas em Caxias do Sul, Passo Fundo, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas e Pelotas. Esse evento passa a se popularizar dentro da comunidade LGBTQIA+ em outros locais, como ferramenta de pressão política por direitos.

A partir da década de 2000 formou-se um movimento mais complexo, com mais interesses, mais dinâmico, em diálogo mais próximo com o Estado. Atualmente, no meu doutorado, estudo sociabilidades lésbicas no Brasil com o objetivo de conseguir fazer um mapa, uma cartografia dessas existências lésbicas ao longo do século XX. Por isso acho o trabalho do CLOSE de preservar esses testemunhos orais muito importante. O valor dessas histórias de vida é relevante, porque simbolizam a resistência apesar do preconceito.

Mariana

Camila e Augusta mencionaram que só tratamos desses temas porque eles são construções históricas, e hoje podemos conversar no ambiente escolar sobre temáticas que envolvem a comunidade a partir de demandas de organização política e de políticas públicas. Precisamos conhecer o contexto que possibilitou tudo isso, essas histórias que foram – e em certos momentos ainda há tensionamentos para serem – invisibilizadas. A Camila nos traz o conceito das siglas, que para quem discute ou para quem estuda as temáticas parece algo simples e didático, mas para a população ainda gera alguns constrangimentos e algumas perguntas sobre o porquê de tantas siglas, identificações e rótulos para alguém ou para uma população que não quer ser rotulada. Isso nos faz pensar na necessidade

de tratarmos sobre essas temáticas também no ambiente escolar, como estamos tentando fazer.

Camila, a partir da tua atuação como docente, tu comentaste que o CLOSE também tem esse viés e essa preocupação, ou se encaminha para isso. Então, o que tu poderias nos contar sobre o CLOSE desenvolvendo ações que visam ao diálogo com os ambientes escolares? Há conversa com os cursos de licenciatura? Vocês produziram materiais específicos? E se tu quiseres trazer alguma coisa referente à legislação, porque tu trouxeste também a questão da “ideologia de gênero”, que sabemos que é uma construção teórica, elaborada a partir do movimento contrário às conquistas e às demandas da população que estavam se organizando em todo esse contexto. Então, pensando na relação com a escola, como poderíamos dar andamento, quais as estratégias? O que vocês deixam de dicas e de orientação?

Camila

O CLOSE é vinculado ao curso de História da UFRGS, com o professor Benito Bisso Schmidt, mas dentro do grupo temos vários professores do Ensino Básico, então isso é um assunto presente. Fizemos um curso de extensão voltado para professores da Educação Básica e tivemos bastante adesão quando tratamos desses assuntos. Estamos desenvolvendo uma espécie de livro didático com uma linguagem mais acessível para os professores trabalharem com alunos nas escolas. Inclusive, um dos capítulos já apliquei com meus alunos do 7º ano. É uma preocupação nossa.

Temos as questões da escola sem partido e da ideologia de gênero. Existem leis que amparam e incentivam que essas questões sejam trabalhadas. A Constituição Federal Brasileira, por exemplo, tem como objetivo e finalidade promover o bem de todos, dentro da República, sendo isso uma função da família e do Estado. A partir disso, eu poderia dizer que estamos amparados, que estamos abordando assuntos que o Estado aprova para trabalhar dentro da sala de aula. A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) amplia o art. 13 da Constituição, apontando que, dentro dos princípios, devemos basear o nosso ensino em uma série de coisas, como pluralismo de ideias, que leva em consideração a questão da diversidade étnica e racial, que está

na LDB. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente diz que se deve ter liberdade de opinião, expressão e crença.

Dentro da educação, temos os chamados conteúdos ocultos, que acho que são os principais da escola, aqueles que se apresentam na nossa realidade educacional sem estarem previstos objetivamente dentro do currículo e do planejamento, as coisas no dia a dia. Por exemplo, enquanto um professor ou estudante LGBTQIA+ estiver dentro de sala, terão as questões que envolvem esse fato. Existe a questão dos pronomes, mas vai muito além disso. Há uma série de coisas envolvidas quando trabalhamos essas questões de conteúdos ocultos. A realidade escolar é um microcosmo, e nela estarão todas as situações que veremos em qualquer outro lugar da sociedade. O Estatuto da Criança e o Plano Nacional de Educação diz que precisamos erradicar as formas de discriminação, então, para tratar das discriminações, falamos sobre e demonstramos respeito aos direitos humanos e às diversidades. As diretrizes curriculares nacionais, tanto para Educação Infantil como para Anos Finais do Ensino Fundamental, também tratam sobre essas questões de diversidades. Nas diretrizes do Ensino Médio é falado, especificamente, sobre as identidades de gênero, orientação sexual, gênero e discriminação. É importante levarmos isso para dentro dos currículos, mas também estarmos atentos aos conteúdos ocultos.

Mariana

Quando a Camila traz a questão do currículo oculto, nós que estamos em sala de aula podemos pensar muito da nossa prática, porque nesse currículo oculto, que são as situações ricas que acontecem em aula, a nossa ação serve de exemplo. A minha prática diante de uma situação de constrangimento, desrespeito, bullying e piadas pode ser de omissão, de dar aula e refletir sobre aquilo, ou de dizer que aquela prática não é bem-vinda.

Augusta, com toda essa reflexão que tu trazes, tem um texto que fizemos leitura, uma passagem que faz a referência à maneira como a Parada Livre ou as Paradas Livres são o caminho da busca pela visibilidade, como tu mencionas em tuas falas. Tem uma citação que peço licença para ler.

Os milhares que participaram da Parada Gay estão me ouvindo passando o caminhão aqui os milhares que participaram da Parada Gay experimentam sensação de conforto de ser o que se é graças a multidão que está na rua vivenciam um momento de alegria e solidariedade que não é só descontração perdão mas um ato político Independente de suas preferências sexuais estão contribuindo para uma sociedade onde o direito à privacidade se torna realidade na vida das pessoas (Júnior, 2001, Jornal Nuances).

Se tu levas para a visibilidade a tua intimidade sexual, no ato público, como que tu garantes a tua privacidade? Como é que as pessoas podem entender que não é essa tua privacidade que está em jogo ou discussão, se tu puderes falar um pouquinho mais sobre essa relação?

Augusta

É interessante esse discurso do Nuances (grupo pela livre expressão sexual), pois diz respeito a um certo tempo em que existia uma certa dinâmica, um conflito, entre a visibilidade e a privacidade. Partimos, muitas vezes, da ideia de que, se precisamos de visibilidade, tudo tem que estar exposto, absolutamente tudo o que faço, com quem, de que jeito. E o Nuances se contrapõe a isso para dizer que precisamos de uma organização política que seja visível e nos permita mostrar a nossa força por meio da Parada e das atividades que organizamos, assim como os avanços e do que somos capazes de fazer, porque precisamos de direitos, mas, ao mesmo tempo, a minha sexualidade ou o que faço não diz respeito a ninguém. Ganhamos visibilidade e afirmamos, politicamente, o valor da visibilidade, de como é importante chegar e falar: sou Augusta, uma mulher cisgênero e lésbica casada com outra mulher. Ao mesmo tempo em que me afirmo enquanto lésbica, é importante preservar o que é privado, o que faz parte da minha intimidade e não está em jogo para debate público. Esta é a preocupação do Nuances: que isso de a visibilidade dar margem para um escrutínio público, do que é feito, quem faz e com quem, leve a mais marginalização. Então não significa que está “aberto” porque afirmamos ou porque as pessoas especulam. Precisa ser tão natural ou tão naturalizado ao ponto de que, daqui a algum tempo, não fará

diferença eu falar ou não. É a privacidade também como um valor de preservação, de conseguir preservar certas coisas a respeito da vida íntima, ao mesmo tempo em que, politicamente, digo que ocupo esse espaço e quero esse espaço, pois sou uma mulher cis e lésbica.

Interação com o público

Vocês percebem diferença no Rio Grande do Sul, comparando com outros estados brasileiros, em relação aos preconceitos com a comunidade LGBTQIA+?

Augusta

Acredito que não. Eu não posso dizer que a população de um determinado estado é mais preconceituosa do que outra, fazer uma generalização como essa não é garantida de que vai haver mais ou menos discriminação. Mas podemos problematizar muitos dos valores de um senso comum presentes no imaginário do estado, como a masculinidade hipervalorizada, uma masculinidade normativa de uma cultura popular que hegemonicamente se afirma nessa masculinidade e, por consequência, na heterossexualidade também. Podemos criticar isso e o fato de que essa cultura e esses valores disseminados nos discursos correntes impactam, com certeza, nas vivências de indivíduos LGBT. Eu não poderia dizer que é mais preconceituoso ou que tem mais discriminação por conta disso, mas que esses discursos influenciam a maneira como as pessoas percebem a população LGBTQIA+ e lidam com essas identidades. É uma influência de uma cultura e uma disseminação de discursos. Ninguém é inatamente preconceituoso, são construções sociais e culturais baseadas numa estrutura política que chancela isso, assim como a nossa sexualidade. Sua percepção é construída socialmente.

Camila

Para responder uma pergunta dessas precisaríamos fazer algum tipo de recorte de pesquisa considerando o número de casos de mortes de pessoas LGBT por estado e números de casos de homofobia registrados. Existem coisas que não podemos basear apenas nas nossas percepções. Sim, temos um estado bastante conservador, isso é fato, em vários sentidos. Mas não é própria só daqui essa cultura, que também está em

outros estados do Brasil. Não sei se dá para dizer isso, mas temos um perfil de que se espera muito da masculinidade, principalmente. Isso, obviamente, muitas vezes irá refletir em preconceitos homofóbicos, mas acho que não temos como generalizar. Seria uma boa pesquisa, buscar saber quais fatores poderiam ser levados em consideração para se pensar isso. Eu começaria com dados estatísticos, até porque sabemos que há um grupo gay da Bahia que coleta dados mais gerais sobre isso. Por exemplo, a maioria desses dados, tanto de assassinatos como de homofobia, reportados é sempre abaixo, porque muitos não são registrados corretamente. Eu faria entrevistas orais com comunidades de estados diferentes para ver o que se pensa. Generalizamos uma posição política, pensando, por exemplo, que alguém é conservador e, logo, homofóbico, em todos os seus aspectos, enquanto alguém com posição política mais liberal, obviamente, é não conservador, mais respeitoso – e não necessariamente isso é verdade, já vimos que nem sempre vai se apresentar.

Interação com o público

Como vocês sentem que participar do CLOSE influenciou tanto suas vidas acadêmicas quanto sociais?

Augusta

Dou os créditos à iniciativa incansável do professor Benito Schmidt, da UFRGS, em formar um grupo e perceber que havia não só espaço para organizar isso no âmbito institucional mas também interesse das pessoas que identificavam nele, do mesmo modo, uma posição de liderança, como orientador e agitador das coisas. Acho que, academicamente, é benéfico por conta de coisas que fazemos também para fora, para iniciativa de extensão, é interessante conversar com vocês, é interessante fazermos produção do vídeo e do documentário e é interessante a produção do livro paradidático, como a Camila falou, que está em processo de construção. Socialmente, mistura-se com o acadêmico, porque um grupo de relações trabalha e, mesmo que não seja com o mesmo tema, o mesmo período, o mesmo estado e o mesmo recorte geográfico, lê as mesmas leituras, sabendo dessas produções. Então é um

espaço de convivência social e acadêmica por conta das coisas que fazemos e estão próximas.

Camila

Ao meu ver, hoje, não estou dentro da academia mais, pelo menos não por enquanto, e acho que uma das coisas que vejo, até no Benito, por exemplo, é que não é só fazer um livro paradidático, não é só fazer uma extensão. Ele abraça e traz para dentro desse grupo pessoas que, como eu, hoje, não estão diretamente vinculadas ao meio acadêmico, mas estão fazendo pesquisa em campo também. Acho que essa valorização do professor está muito presente ali dentro, e isso é muito importante. Eu sentia falta disso, de estar mais próxima de debates, porque a teoria é muito importante para dar aula. Quem diz que não é porque não entendeu uma coisa nem a outra. Acho que isso é um dos pontos. O Benito é muito importante nesse grupo, e, como a Augusta falou, uma das iniciativas dele é fazer uma diversidade no grupo, acolhendo esses vários tipos de profissionais, e se mais pessoas quiserem participar, mesmo que sejam de outras áreas e queiram fazer parte, serão acolhidas, porque não há restrições.



Posfácio

*Cléo Araújo*⁶⁸

Sou Cléo Araújo e eu gostaria de compartilhar a história do projeto Construindo Igualdade, uma iniciativa que surgiu em 2003 sob o amparo da ONG Igualdade de Porto Alegre. Naquela época, a ONG estava empenhada em criar Organizações Não Governamentais e fortalecê-las, e assim nasceu a Igualdade de Caxias. Contudo, à medida que desenvolvemos nossa própria identidade e nos estabelecemos em outro município, transformamo-nos na que é conhecida hoje como Construindo Igualdade.

Inicialmente, nossa missão era centrada na prevenção, especificamente na distribuição de preservativos. No entanto, quando me juntei à ONG, argumentei que éramos capazes de fazer muito mais do que isso. Afinal, a responsabilidade de fornecer informações e acesso à saúde recai sobre o governo municipal. Decidimos, então, expandir nossos horizontes e lutar para estar onde ainda não havíamos chegado, com foco especial na educação e na melhoria dos serviços de saúde. Foi assim que nossa jornada começou.

Desde 2003 temos trabalhado incansavelmente em Caxias do Sul, e hoje somos reconhecidos como uma referência em nível nacional. Tornamo-nos conhecidos por nossa incansável defesa dos direitos da comunidade LGBT e por inspirar outras instituições por meio de nosso trabalho.

Recentemente, nossa principal iniciativa tem sido o projeto da Casa de Acolhimento, uma empreitada que não recebe qualquer apoio financeiro público e é mantida exclusivamente por

⁶⁸ Foi a primeira vereadora transexual da história da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Reconhecida ativista do movimento LGBTQIA+ de Caxias do Sul, já presidiu o Conselho Estadual de Políticas LGBT e o Conselho Municipal de Direitos Humanos. É fundadora da ONG Construindo Igualdade, na qual atua no acolhimento à população LGBT da região.

meio de doações. Iniciamos esse projeto no auge da pandemia e celebramos dois anos de atividades em 2023. É importante destacar que ele desempenha um papel crucial na reconstrução da vida das pessoas que acolhemos. Por meio dele, fornecemos assistência em questões que vão desde a moradia até a reintegração ao mercado de trabalho, com acompanhamento psicológico e psicossocial, sendo importante notar que todos os envolvidos são voluntários.

Em dois anos de história, já atendemos sessenta e oito pessoas. Ao final de cada ano, fazemos um balanço das ações realizadas e das vidas tocadas pela Casa. Infelizmente, devido à falta de apoio financeiro, quase tivemos que fechar as portas. No entanto, em um esforço para continuarmos a prestar assistência vital, optamos por reduzir o número de pessoas atendidas. Enquanto inicialmente fomos capazes de acolher de dez a onze, agora podemos acomodar no máximo cinco devido às limitações financeiras. É uma situação lamentável, mas foi a única solução viável para evitar o encerramento de nosso serviço. Apesar dessa redução, estamos comprometidos em manter nossas ações e, assim, oferecer oportunidades de emprego e uma segunda chance para aqueles que estão excluídos do contexto familiar e social.

Minhas palavras refletem minha própria experiência, pois passei por situações similares e conheço a crueldade e a dor que podem estar envolvidas. Portanto, sou grata por termos a Casa de Acolhimento Construindo Igualdade hoje, pois, caso contrário, essas sessenta e oito pessoas não teriam um refúgio seguro para recomeçar suas vidas. Essa é a verdadeira essência e relevância do nosso projeto.

Representamos, neste momento, a única Casa de Acolhimento LGBT na Região Sul do Brasil, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, e estamos localizados no interior do estado do Rio Grande do Sul. Nosso compromisso com o acolhimento vai além de simplesmente receber essas pessoas; nosso objetivo é emponderá-las em todas as dimensões das suas vidas. Nosso propósito não é proporcionar um abrigo permanente para cada indivíduo, mas capacitá-los para que possam ingressar no mercado de trabalho e, assim, retomar o controle das próprias vidas.

Almejamos que cada indivíduo que passe pela nossa Casa de Acolhimento tenha acesso à educação e possa construir as bases para uma habitação digna. Cada passo nessa jornada é significativo para nós, mesmo que seja lento, pois entendemos que a transformação e o empoderamento requerem tempo e dedicação.

Quanto aos textos apresentados na publicação *(R)Existir: diálogos sobre gêneros e sexualidades*, eu gostaria de destacar o exemplo da bandeira LGBT. Ela é um símbolo composto por diversas cores, o que espelha a diversidade de vidas e experiências que este livro representa. As narrativas nele contidas são como um arco-íris brilhante, irradiando beleza, amor e carinho aonde quer que cheguem. É a união dessas histórias que traz o amor, a afetividade e, sobretudo, as cores do arco-íris que iluminarão a vida de todas as pessoas que tiverem a oportunidade de lê-lo.

Quero concluir esta mensagem enfatizando a importância da transformação. Este é um convite que venho fazendo há muito tempo: a transformação e o aprimoramento das vidas das pessoas. Precisamos trabalhar juntas para transformar as realidades em que vivemos. Ser uma ativista significa buscar ativamente essa transformação. Esta é minha mensagem final: Vamos construir? Vamos transformar as realidades ao nosso redor?

Cléo Araújo
Setembro de 2023



Glossário

- ★ **Agênero:** Pessoa que não possui uma identidade de gênero; gênero neutro ou ausência de gênero.
- ★ **Andrógeno:** Pessoa que não se limita a pertencer a apenas um gênero, possuindo características físicas e comportamentais que não se limitam a um padrão de gênero.
- ★ **Arromântico:** Indivíduo com pouca ou nenhuma atração romântica e afetiva por qualquer pessoa.
- ★ **Assexual:** Indivíduo com pouca ou nenhuma atração sexual por qualquer pessoa.
- ★ **Cisgênero:** Pessoa cuja identidade de gênero é igual à imposta no nascimento.
- ★ **Crossdressers:** Pessoas que se vestem com roupas designadas do gênero oposto, sem a intervenção cirúrgica ou hormonal.
- ★ **Drag queen:** Performance artística em que pessoas criam personagens com características designadas a mulheres.
- ★ **Drag king:** Performance artística em que pessoas criam personagens com características designadas a homens.
- ★ **Gays:** Pessoas cuja identidade de gênero é masculina ou não binária alinhada ao masculino e se sentem atraídas por outras pessoas que são autodesignadas e relacionadas ao masculino.
- ★ **Gênero fluido:** Pessoa que transita, em diferentes momentos da vida, por diversas identidades de gênero.
- ★ **Heteronormatividade:** Ideia imposta pela sociedade de que pessoas possuem naturalmente o desejo heterossexual, partindo do pressuposto de que a heterossexualidade é uma norma e qualquer comportamento diferente disso é um desvio ou problema.
- ★ **Heterossexual:** Indivíduo que se sente atraído por pessoas que possuem uma identidade de gênero oposta a ele.

- ★ **Homossexual:** Indivíduo que se sente atraído por outras pessoas com a mesma identidade de gênero que ele – importante dizer que não se diz homossexualismo, visto que que a Organização Mundial da Saúde retirou, em 1990, a classificação desse sufixo na palavra como doença.
- ★ **Identidade de gênero:** Maneira pela qual uma pessoa entende sua personalidade e seu gênero e os apresenta ao mundo. Por exemplo, ela pode nascer com o sexo designado feminino mas se identificar com o gênero masculino ou a mistura de ambos. É importante ressaltar que identidade de gênero nada tem a ver com orientação sexual.
- ★ **Intersexo:** Utilizado para definir o indivíduo que nasce com alguma das mais de vinte possibilidades de os genitais externos fugirem ao esperado como macho ou fêmea; no Brasil, desde 2020, podem ser registrados no cartório de registro civil, temporariamente, como “sexo ignorado”.
- ★ **Lésbicas:** Pessoas cuja identidade de gênero é feminina ou nãoobinarie alinhada ao feminino e se sentem atraídas por outras pessoas que são autodesignadas e alinhadas ao feminino.
- ★ **Não binário:** Pessoa que se vê além do gênero binário, além de mulher e homem.
- ★ **Orientação sexual:** Utilizada para nos referirmos à forma como sentimos e nos relacionamos – afetiva e sexualmente – com alguém – importante destacar que não se diz “opção sexual”.
- ★ **Pansexual e bissexual:** Ambas as identidades referem-se a quem sente atração por pessoas independentemente de sua identidade de gênero. Assim, temos que sua diferença remete-se ao contexto histórico, político e social. O movimento bissexual consolidou-se por volta das décadas de 1960 e 1970, já a pansexualidade firmou-se entre 1980 e 2000.
- ★ **Polissexual:** indivíduo que sente atração sexual, emocional, física e/ou romântica por pessoas de mais de dois gêneros, porém não obrigatoriamente de todos os sexos e/ou gêneros.

- ★ **Queer:** Termo guarda-chuva da língua inglesa para minorias sexuais e de gênero, ou seja, que não são heterossexuais ou cisgênero.
- ★ **Sexo biológico:** Conjunto de características cromossômicas, morfológicas, hormonais e gonadais (fêmea, intersexual, macho), que não define identidade de gênero nem orientação sexual.
- ★ **Transgêneros:** Pessoas cuja identidade de gênero é diferente daquela designada no nascimento. São chamadas de mulheres trans e homens trans, que podem ou não recorrer a cirurgia médica. Também inclui todo o espectro não binário, qualquer identidade diferente do sexo biológico.
- ★ **Travestis:** Identidade de gênero, feminina ou não binária, exclusivamente latino-americana. As travestis rejeitam a masculinidade que lhes foi designada no nascimento, podendo ser tanto intersexo quanto endossexo.

Glossário construído a partir do livro *Diversidade sexual e de gênero: construir conhecimentos para desconstruir preconceitos*, de Jair Adriano Strapazzon e Humberto Luis de Cesaro⁶⁹, e do livro *Diversidade sexual e de gênero: conhecimento, relevância e caminhos*, de Deisi Noro⁷⁰.

⁶⁹ STRAPAZZON, Jair Adriano; CESARO, Humberto. *Diversidade Sexual e de Gênero: construir conhecimentos para desconstruir preconceitos*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, 2021. 72 p. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643836>

⁷⁰ NORO, Deisi. *Diversidade sexual e de gênero: conhecimento, relevância e caminhos*. Caxias do Sul: Ueba, 2022.



Autoria, colaboração e organização

Augusta da Silveira de Oliveira

Augusta da Silveira de Oliveira é doutoranda em História na Brown University com bolsa CAPES/Comissão Fulbright, onde desenvolve pesquisa a respeito da lesbianidade no Brasil durante o século XX. Licenciada, bacharel e mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com período de estudo na Universidad de Buenos Aires (UBA) e bolsa ESCALA da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM). Possui experiência nas temáticas de História LGBTQIA+ e História das Relações de Gênero. Cofundadora do Arquivo Lésbico Brasileiro e integrante do CLOSE – Centro de Referência da História da LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul.

E-mail: augusta_de_oliveira@brown.edu

Camila Petró

Mestre e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa na área relacionada aos estudos de gênero e feministas, bem como na da História da Mulher. Faz parte do GT Estudo de Gênero da ANPUH-RS e do CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul.

E-mail: camilaapetro@gmail.com

Camilly Vitoria Vieira de Sousa

Estudante do Curso Técnico em Plásticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Caxias do Sul. Bolsista de extensão no projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” na edição do ano de 2023.

E-mail: camillyvitoriavpp20@gmail.com

Clenio Lopes

Psicólogo formado pela Universidade de Caxias do Sul. Atua nas áreas da Psicologia Clínica e Social. Realiza atendi-

mento psicoterapêutico na clínica psicológica desde 2010. Tem experiência como gerente de serviços sociais em entidades socioassistenciais de Caxias do Sul, coordenando projetos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para adultos e idosos. Desenvolveu voluntariado no Grupo Apoio Fraterno, cuja finalidade é acolher dependentes químicos em recuperação e seus familiares (codependentes), com encontros semanais. Também colaborou, voluntariamente, com o Centro de Valorização à Vida (CVV), por meio de apoio emocional e prevenção ao suicídio com atendimentos no 188. Realiza apresentação de palestras, oficinas e grupos terapêuticos.

E-mail: cleniolopes@hotmail.com

Cléo Araújo

Advogada, foi a primeira vereadora transexual da história da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Reconhecida ativista do movimento LGBTQIA+ de Caxias do Sul, já presidiu o Conselho Estadual de Políticas LGBT e o Conselho Municipal de Direitos Humanos. É fundadora da ONG Construindo Igualdade e da Casa de Acolhimento LGBT+ de Caxias, na qual atua no acolhimento à população da região.

E-mail: cleoaraujors@bol.com.br

Daniel Chies Baldasso

Daniel Chies Baldasso, advogado, pós-graduado em Direito e Processo Civil pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha e em Direitos LGBT+ pela Faculdade Verbo Educacional. Atuante como advogado voluntário na Associação de Transgêneros de Caxias do Sul – Construindo Igualdade desde 2018. Ex-Coordenador da Comissão Especial da Diversidade Sexual da OAB/RS Subseção de Caxias do Sul no período de 17 de novembro de 2020 a 30 de dezembro de 2021.

E-mail: daniel@baldassoadvogados.com.br

Daniela Rangel Tonietto

Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, onde pesquisou sobre história criminal e mulheres na Porto Alegre do final do século XIX e XX. Atualmente, estuda Marketing na Universidade La Salle e pesquisa sobre a história pública como um recurso didático para o ensino de his-

tória na atualidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em estudos sociais, gênero e comunicação.

E-mail: danirtonietto@gmail.com

Deisi Noro

Doutora e mestra em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialista em Administração e Supervisão Escolar, bióloga, licenciada e bacharela pela Universidade de Caxias do Sul. Foi conselheira e presidente do Conselho Municipal de Educação e coordenadora-geral do Fórum Municipal de Educação de Farroupilha, professora da Prefeitura Municipal de Farroupilha, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Bento Gonçalves e da Faculdade São Marcos bem como analista de responsabilidade social da Fundação Marcopolo. Escritora, assessora, consultora e palestrante em educação, diversidade, gênero e sexualidade.

E-mail: deisinoro@gmail.com

Érica Piazza Nogueira

Estudante do Curso Técnico em Plásticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Caxias do Sul. Bolsista de extensão no programa “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” na edição do ano de 2022.

E-mail: erica.nogueira@caxias.ifrs.edu.br

Gilian Vinicius Dias Cidade

Mestre em Ciência Política com pesquisa sobre políticas públicas, segurança pública, políticas sobre drogas e análise de mudanças institucionais, possui experiência profissional em pesquisas socioeconômicas. Licenciado em Ciências Sociais, atua como professor de Sociologia para o Ensino Médio na rede pública de ensino do Rio Grande do Sul. Atualmente cursa Bacharelado em Ciências Sociais e desenvolve atividades de pesquisa bem como projetos de ensino que abordam as relações étnico-raciais, juventude e segurança pública.

E-mail: gilian.cidade@gmail.com

Instagram: @tsunami.gilian

Giovana Piamolini Marques

Estudante do Curso Técnico em Plásticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Caxias do Sul. Bolsista de extensão no projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” nas edições dos anos de 2022 e 2023.

E-mail: gpiamolini05@gmail.com

Grasiela Cemin Gabriel

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade de Caxias do Sul. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem de Doenças Contagiosas. Foi coordenadora do Serviço Municipal de Infectologia da Secretaria da Saúde do Município de Caxias do Sul.

E-mail: grasielagabriel@gmail.com

Guilherme Rodrigues Passamani

Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e Estudos Culturais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Graduado em Ciências Sociais e História nas habilitações de Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, na área de Estudos de Gênero. Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Néstor Perlongher e investigador do Centro em rede de Investigação em Antropologia do Instituto Universitário de Lisboa.

E-mail: gpassamani@gmail.com

Gustavo Veit Maranguelle

Estudante do Curso Técnico em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Caxias do Sul. Bolsista de extensão no programa “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” na edição do ano de 2022.

Helen Dalla Santa Prux

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul. Psicóloga do Serviço Municipal de Infectologia da Secretaria da Saúde do município de Caxias do Sul.

E-mail: hdsprux@caxias.rs.gov.br

João Luís Almeida Weber

Mestre em Psicologia com ênfase em Psicologia Social, graduado em Psicologia e especialista em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor do Centro Universitário da Serra Gaúcha, sendo também membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Bacharelado em Psicologia. Coordenador do Projeto de Extensão Universitária Diversidade em Foco. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário da Serra Gaúcha. Possui interesse em temáticas como: processos migratórios, diversidade e vulnerabilidade social, políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

E-mail: joao.weber@fsg.edu.br

Jocianne Giacomuzzi Pires

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa História e Filosofia da Educação, na Universidade de Caxias do Sul. Especialista em Psicologia Organizacional e Avaliação Psicológica nas Organizações pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha e graduada em Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul. Atualmente, trabalha como psicóloga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Ensino e da Aprendizagem e Psicologia Organizacional e do Trabalho.

E-mail: jocianne.pires@caxias.ifrs.edu.br

Keyllen Yazmin Nieto Bedoya

Imigrante colombiana, antropóloga urbana e mestre em Desenvolvimento Internacional Sustentável. É Fundadora e Consultora Sênior da consultoria Integra Diversidade e coautora do livro *Diversidade e inclusão e suas dimensões*, volumes 1 e 2. Tem ampla carreira nacional e internacional, transitando entre a esfera pública e privada. É mentora execu-

tiva, tendo acompanhado e orientado a carreira de dezenas de lideranças nas últimas duas décadas. É especialista em ESG, Transformação Cultural, Diagnósticos e Governança de DEIP com foco em gênero, comunidade LGBTQIA+, gerações, migração e refúgio. Ativista na Rede de Migrantes Internacionais Lésbicas, Bissexuais e Pansexuais+ do Brasil (Rede Milbi+).

E-mail: keyllen@integraversidade.com.br

Leonardo Simon Covolan

Estudante do Curso de Técnico em Plásticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Caxias do Sul. Bolsista de Extensão do projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” na edição do ano de 2022.

E-mail: leonardo.covolan@caxias.ifrs.edu.br

Letícia Schneider Ferreira

Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduada em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialista em Odontologia em Saúde Coletiva pela Associação Brasileira de Odontologia RS, mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

Maria Antônia Pezzi

Nutricionista (CRN2 16347), graduada pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha, atualmente graduanda de Educação Física (semipresencial) pela UNIASSELVI. Bolsista de extensão da primeira edição do projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+”, no ano de 2021.

E-mail: mariaantoniapuzzi@gmail.com

Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli

Bacharel em Administração, especialista em Administração em Marketing, Dinâmica dos Grupos, Docência em Ensino Técnico e Práticas Assertivas para o PROEJA, mestre em Administração e doutoranda em Educação. É docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio

Grande do Sul Campus Caxias do Sul, contemplada com fomento para afastamento para qualificação. É integrante do NEPGS e do NEABI (IFRS Campus Caxias do Sul) e colaboradora do projeto Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+.

E-mail: maria.pizzoli@caxias.ifrs.edu.br

Mariana Scussel Zanatta

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. Licenciada em Sociologia pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência docente na área de Sociologia para o Ensino Médio e o Ensino Superior. Atua nas áreas de Sociologia e Sociologia do Trabalho e, mais recentemente, iniciou estudos relacionados à diversidade de gêneros e sexualidades. É integrante do NEPGS (IFRS Caxias do Sul). Atualmente, coordena o projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+”. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Caxias do Sul.

E-mail: mariana.zanatta@caxias.ifrs.edu.br

Mônica Montanari

Militante do Movimento de Mulheres. Advogada especializada na área de Direito de Família. Palestrante, conferencista e debatedora sobre questões de Gênero e Violência Doméstica.

E-mail: mmmadvocacia@gmail.com

Rafael Vebber

Estudante do Curso de Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Caxias do Sul. Bolsista do projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” no ano de 2023. Possui Especialização em Cinema e Linguagem Audiovisual e em Gestão Cultural: Cultura, Desenvolvimento e Mercado e Graduação em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense.

E-mail: peripeciasculturais@gmail.com

Rita von Huntz (Guilherme Terreri Lima Pereira)

Rita von Huntz é a persona drag do ator e professor Guilherme Terreri. Com formação em Artes Cênicas na Instituição de ensino superior no Rio de Janeiro e Língua e Literatura Inglesa na Universidade de São Paulo, Rita conduz, por meio dos Estudos Culturais, discussões de temas sociais com horizonte emancipatório radical. Ela tem atuado no cinema, no teatro, na TV e no YouTube, além de seus trabalhos como colunista na Carta Capital e vídeo-colunista em uma série de outros meios. Como professora convidada ou palestrante, Rita já esteve presente em muitos espaços importantes para as lutas sociais, de sindicatos e escolas públicas a universidades tanto no Brasil quanto no exterior. Destacam-se suas passagens pela Universidade de São Paulo, pela Universidade Estadual de Campinas, pela Universidade Estadual da Paraíba, pelo Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Lisboa, e pela École Polytechnique, em Paris.

Rudson Adriano Rossato da Luz

Doutorando e mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. Licenciado em História pela Universidade de Passo Fundo. Integra o grupo de pesquisa do CNPq: Educação, Filosofia e Multiplicidade na Contemporaneidade. Realiza pesquisas sobre gêneros e sexualidades e suas interlocuções com a educação e os processos formativos, na perspectiva da Filosofia da Diferença e de uma política Queer.

E-mail: rarluz@ucs.br.

Sol Ariel Dal Sasso

Pessoa trans não binária, ex-estudante do curso Técnico em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Caxias do Sul. Bolsista no projeto “Origens, Histórias e Trajetórias LGBTQIA+” em 2021 e início de 2022, na sua primeira edição. Acha muito importante a divulgação científica acerca da comunidade LGBTQ+, inclusive como uma forma de resistência.

E-mail: dalsassosol@gmail.com.



Comitê técnico da Coleção

Ordem de Serviço Nº 51/2023 – IFRS
Campus Caxias do Sul

Alexandra de Souza Fonseca – SIAPE nº 1728775

Alfredo Costa – SIAPE nº 1351524

Aline Regina Horbach – SIAPE nº 1888084

Aline Oliveira de Castilhos – SIAPE nº 3313908

Camila Siqueira Rodrigues Pellizzer – SIAPE nº 2156820

Diomar Caríssimo Selli Deconto – SIAPE nº 1179401

Fernanda Ferreyro Monticelli – SIAPE nº 1694156

Gabriela do Amaral Peruffo – docente convidada
(membro externo)

Heloisa Santini – SIAPE nº 2186588

Henrique Cignachi – SIAPE nº 3301023

João Vitor Gobis Verges – SIAPE nº 1280272

Jocianne Giacomuzzi Pires – SIAPE nº 2052964

Kelen Berra de Mello – SIAPE nº 1796302

Liana Ferreira da Rosa Fernandes Vianna – SIAPE nº 1770388

Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli – SIAPE nº 3008414
(Coordenadora)

Mariana Scussel Zanatta – SIAPE nº 1960535 (Coordenadora)

Paloma Suelen Fernandes de França – SIAPE nº 1136194

Querubina Aurélio Bezerra – SIAPE nº 1641868

Vanessa Aparecida de Borba Madalosso – psicopedagoga
convidada (membro externo)

Vanda Aparecida Fávero Pino – SIAPE nº 1995954



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 120 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1.500 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:

Realização:



Apoio:



“Não há existências mais ou menos importantes, melhores ou piores: quando falamos sobre gêneros e sexualidades (e não só nesta dimensão do humano), todas as formas de estar no mundo possuem a mesma legitimidade, pois estamos falando de cada existência, que é única. E isso é fundamental para avançarmos como sociedade: a democracia só poderá ser realmente plena quando todas as pessoas puderem manifestar seus diferentes gêneros e suas diferentes sexualidades sem medo de serem violentadas moral, psicológica ou fisicamente.

Que esta obra seja um convite ao diálogo na e pela diferença. Que ela possa contribuir com a diminuição da LGBTIA+fobia estrutural da nossa sociedade. Que as pessoas que lerem estes textos possam contribuir para, cada vez mais, construirmos outras primaveras possíveis para nós, dissidentes sexuais e de gênero.”

*Rudson Adriano Rossato da Luz
(Prefácio)*



ISBN 978-65-5807-284-3



9 786558 072843

